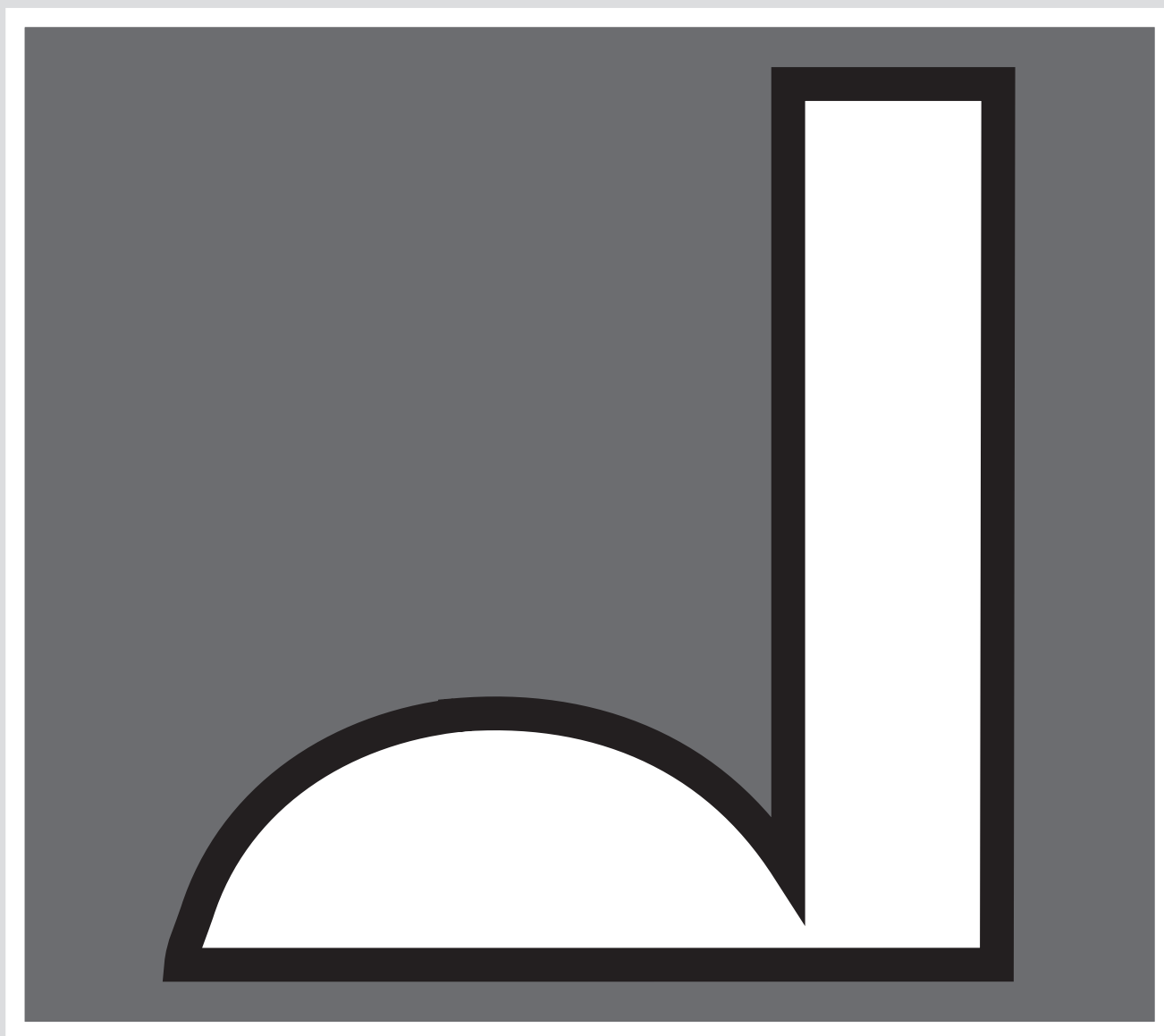




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 214 - SEXTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - *ROFD/UE-4(1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 23 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lidice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 8 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 402, de 2011.....	54206
1.2 – ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 47, de 2011.....	54206
2 – ATA DA 230ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 151, de 2011 (nº 567/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor <i>Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira</i> para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.....	54208
2.2.2 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, cedendo, provisoriamente, ao Bloco de Apoio ao Governo de uma vaga de titular a que tem direito na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN. (Ofício nº 2/2011, de 15 do corrente)..	54212
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN. (Ofício nº 3/2011, de 15 do corrente). <i>Designação da Senadora Ivonete Dantas, como titular, para compor a referida Comissão</i>	54212
2.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADORA ANGELA PORTELA – Relato das reivindicações dos servidores dos ex-territórios federais.....	54212
SENADORA ANA AMÉLIA – Alerta para os estragos causados pelas fortes chuvas em diversos municípios do Rio Grande do Sul; e outros assuntos..	54214
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Análise da questão das Organizações Não Governamentais no Brasil.....	54216
SENADOR CYRO MIRANDA, como Líder – Apelo em favor das reivindicações dos servidores do Poder Judiciário.....	54223
SENADOR PEDRO TAQUES – Reflexões sobre o papel dos Senadores e do Senado Federal.....	54224
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Relato sobre os trabalhos da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.....	54234
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	54236
2.2.4 – Leitura de requerimento	
Nº 1.553, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	54240
2.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentários acerca dos resultados da 17ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.....	54243
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Homenagem à memória de Miguel Arraes que estaria completando hoje 95 anos de idade.....	54246
SENADOR BLAIRO MAGGI – Considerações acerca de artigo do articulista Reinaldo Azevedo, publicado pela revista Veja , intitulado “Ainda há juízes em Brasília”; e outros assuntos.....	54250
SENADOR IVO CASSOL – Satisfação pela instalação de agência do Banco da Amazônia em São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia; e outros assuntos.....	54251
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Discursos	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Considerações acerca da apuração das denúncias que envolvem o Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.....	54256
2.4.2 – Comunicação da Presidência	
Determinando a manutenção do painel de frequência dos Srs. Senadores até a próxima segunda-feira.....	54260
2.4.3 – Discursos (continuação)	
SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Comentários acerca da vinculação horária da classificação indicativa de programas de televisão, destacando	

apelo ao Supremo Tribunal Federal em defesa do art. 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente.	54260	(tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº 152, de 2007). (Ofício nº 278/2011, da Comissão de Assuntos Sociais)	54281
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação pela significativa redução do tumor que acomete o ex-Presidente Lula.	54262	2.4.7 – Recurso	
SENADOR WALDEMIR MOKA – Registro do lançamento, ontem, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), do ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas; e outro assunto...	54264	Nº 21, de 2011, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003.....	54282
2.4.4 – Leitura de requerimentos		2.4.8 – Comunicação da Presidência	
Nº 1.554, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 27 de fevereiro de 2012, destinada a homenagear os 107 anos de fundação do Rotary Internacional. ...	54266	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003.	54283
Nº 1.555, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando voto de congratulação aos cidadãos de Rio Branco – AC.	54267	2.4.9 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 1.556, de 2011, de autoria do Senador Fernando Collor, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.....	54268	Nº 567, de 2011, de 14 do corrente, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006.	54283
Nº 1.557, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008.	54270	2.4.10 – Comunicações	
Nº 1.558, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2007. Deferido.	54270	Do Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, informando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 92, de 2011. (Ofício nº 467/2011, de 6 do corrente)	54283
Nº 1.559, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2011. Deferido.	54270	Da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN. (Ofício nº 503/2011, de 14 do corrente)	54283
2.4.5 – Pareceres		2.4.11 – Ofício do Supremo Tribunal Federal	
Nº 1.426, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2011.....	54271	Nº 8.610/R, de 2011, comunicando que foi proferido despacho no Mandado de Segurança nº 30.896.	54284
Nº 1.427, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2011.....	54274	2.4.12 – Leitura de projetos	
Nº 1.428, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011.....	54277	Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que <i>concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade vigente.</i>	54285
2.4.6 – Comunicações da Presidência		Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que <i>altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.</i>	54289
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 353, de 2009; e 40, de 2011.	54281	Projeto de Lei do Senado nº 739, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que <i>determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.</i>	54289
Reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 20 de dezembro, terça-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	54281	Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que <i>altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcólicas, medicamentos, terapias e</i>	
Término do prazo, ontem, sem oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 57, de 2011.....	54281		
Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007			

defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação. 54291

2.4.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Para Serra, grampo do PSDB é gravíssimo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de novembro último. 54293

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da entrevista com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, intitulada “Por 2014, o PSDB está condenado a ficar unido”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 do corrente. 54294

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro da matéria intitulada “O mal essencial”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente..... 54295

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro dos editoriais intitulados “Ex-militante do PCdoB acusa Orlando Silva” e “Ministro recebeu propina, afirma revista”, publicados nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, respectivamente, edição de 16 de outubro último. 54297

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem pelo transcurso em 20 de novembro, do Dia Nacional da Consciência Negra. 54298

2.4.14 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 16, às 9 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 54299

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

4 – ATAS

4.1 – Ata da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil

Ata da 18ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2011..... 54301

4.2 – Ata da Comissão Temporária de Defesa Civil

Ata da 6ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2011..... 54303

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 15.12.2011

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Fede-

rativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em emenda ou revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 4-10-2011.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 47, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 542, de 12 de agosto de 2011, que “Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia,

do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de dezembro do corrente ano.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 230ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 15 de dezembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg,
Pedro Taques e Jayme Campos*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 17 horas e 36 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

230ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 15/12/2011 07:02:39 até 15/12/2011 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANEH	X	
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCLÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há número regimental.

Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu a **Mensagem**

nº 151, de 2011 (nº 567/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

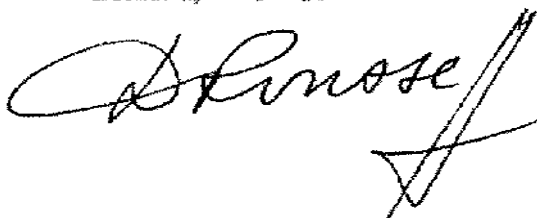
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 151, DE 2011
(nº 567/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 13 de dezembro de 2011.



CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome: BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Filiação: JOSÉ ARNALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
BEATRIZ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Identidade: 159072 - SSP/DF
CPF: 066.814.761-04
Profissão: Economista
Telefone: (61) 3500-8100
Celular (61) 9966-7377
E-mail: bernardofigueiredodeoliveira@gmail.com

FORMAÇÃO

1973 - Graduado em Economia pela Universidade de Brasília
1975 - Pós-Graduado em "Elaboração e Análise de Projetos" pelo
CENDEC – Ministério do Planejamento

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2008/2011 - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT

FUNÇÃO:

Diretor-Geral

2005/2007 - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FUNÇÃO:

Assessor Especial da Sub-Chefia de Articulações e Monitoramento da Casa Civil

2005 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

FUNÇÃO:

Gerente de Projeto do Programa de Parceria Público Privada

2004/2005 - VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

FUNÇÃO:

Diretor Administrativo e Financeiro

1999/2003 - ANTF – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS

FUNÇÃO:

Diretor Executivo

1995/1999 - INTERFÉRREA S.A. SERVIÇOS FERROVIÁRIOS E INTERMODAIS

FUNÇÕES:

Diretor Presidente

Membro do Conselho de Administração da FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA

S.A.

**Membro do Conselho de Administração da FERROVIA SUL ATLÂNTICO S.A.
(atual ALL LOGÍSTICA)**

Presidente da CÂMARA BRASILEIRA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

1994 - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

FUNÇÕES:

Chefe de Gabinete da Presidência

Diretor da Área de Negócios da Região Nordeste

1992/1994 - ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

1990/1991 - GERAIS TRANSPORTES S.A.

FUNÇÃO:

Diretor Presidente

1984/1990 - SIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. – SIDERBRÁS

FUNÇÕES:

Chefe da Assessoria de Transportes

Chefe da Assessoria de Transportes e Comercialização

Adjunto do Diretor de Desenvolvimento

Adjunto do Presidente para Assuntos Estratégicos

Presidente da Comissão de Transportes do Instituto Brasileiro de Siderurgia

**1980/1984 - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE
BELO HORIZONTE - METROBEL**

FUNÇÕES:

Chefe do Departamento de Transporte Ferroviário e Cargas

Superintendente de Planejamento de Transportes

Diretor de Operações

1977/1980 - SIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. – SIDERBRÁS

FUNÇÃO:

Assessor de Transportes

1973/1977 - EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOT

FUNÇÕES:

Coordenador de Avaliação Econômica de Projetos

Chefe de Projetos


BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Aviso nº 899 - C. Civil.

Em 13 de dezembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência comunica que o Bloco Parlamentar da Maioria cedeu ao Bloco de Apoio ao Governo uma vaga de titular a que tem direito na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, conforme **Ofício nº 2, de 2011**, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLDMAI Nº 2/2011

Brasília, 15 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 354/2011-CN, informo à Vossa Excelência que o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de membro titular para o Bloco de Apoio ao Governo na “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência” criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do Bloco Parlamentar da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência designa a Senadora Ivonete Dantas, como membro titular, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, conforme **Ofício nº 3, de 2011**, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLDMAI Nº 3/2011

Brasília, 15 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 354/2011-CN, informo à Vossa Excelência a indicação da Senadora Ivonete Dantas Silva, como membro titular na “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil

e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência” criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do Bloco Parlamentar da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Primeira oradora inscrita, Senadora Angela Portela.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria que me inscrevesse para comunicação inadiável, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª está inscrita.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Senador Moka, Srªs e Srs. Senadores, trago aqui, nesta tarde, à tribuna do Senado, um assunto que é de grande relevância para os servidores dos antigos territórios federais: Roraima, Amapá e Rondônia.

A transformação dos antigos territórios em Estados constituiu enorme avanço em termos de cidadania. O território federal era uma espécie de extensão do poder central da República.

Os governadores e os secretários, nomeados pelo Presidente, congregavam as ações do Poder Executivo e Legislativo. Os cidadãos residentes nessas unidades da Federação, portanto, não contavam com os mesmos direitos políticos dos demais cidadãos brasileiros.

Se a transformação em Estados foi uma questão de Justiça, com resultados imediatos do ponto de vista político e econômico, esse processo não se completou até hoje.

Permanecem pendentes problemas relevantes para a população, dos quais merece especial atenção as condições dos servidores públicos dos nossos Estados.

A maior parte dessas questões refere-se tanto ao nosso Estado de Roraima quanto a Rondônia e Amapá. Entidades sindicais e associações dos servidores públicos e policiais militares realizaram três encontros regionais em outubro, novembro e dezembro no Amapá, em Roraima e em Rondônia respectivamente.

E eu tive o prazer e a satisfação de participar do amplo debate ocorrido em Boa Vista, na capital do nosso Estado de Roraima, com as entidades sindicais, onde eles apresentaram uma série de demandas que são plenamente justas e que precisam do apoio dos parlamentares para que essas questões sejam resol-

vidas da forma mais urgente possível para que se faça justiça com esses servidores.

Para apresentar o resultado desses encontros regionais, aconteceu ontem uma audiência aqui na Câmara dos Deputados e, na ocasião, apresentou-se uma carta de reivindicações dos servidores e policiais militares dos extintos territórios.

Conforme eu dizia, são muitas pendências ainda a resolver. Umas grandes, outras menores, mas todas necessitam de uma decisão por parte dos Ministérios do Planejamento e do Ministério da Fazenda.

São quatro categorias distintas: professores, policiais militares, policiais civis e os servidores técnicos e administrativos. Cada Estado e categoria conta com assuntos específicos e também com temas comuns por resolver.

Há questões de maior dimensão institucional, que necessitam de decisão legislativa, ou seja, dependem de nós, parlamentares. Entretanto, há também processos que tramitam há muito tempo pelos Ministérios e que, mesmo após todos os anos decorridos, ainda não encontraram solução.

Como os assuntos estão sendo tratados no conjunto para o Amapá, Rondônia e Roraima, farei aqui um breve relato dos principais problemas que requerem decisões urgentes por parte das autoridades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Vamos enumerá-los agora:

Pagamento de parcelas retroativas da Gead. É uma demanda desses profissionais.

Plano Collor: retorno da rubrica referente ao percentual de 84,32% para os professores e profissionais da educação do Amapá.

Outra reivindicação: **aprovação da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 2.203, de 2011**, que se encontra na Câmara, para reajustar a remuneração dos professores federais dos ex-territórios.

Outras demandas: reajuste no soldo para a Polícia Militar e unificação remuneratória com a PM de Brasília; plano de carreira para os servidores técnicos e administrativos; emissão de carteiras funcionais para os integrantes da carreira policial civil; aprovação da Emenda Constitucional nº 111, de 2011, para regularizar todas as pendências dos servidores com a transposição dos remanescentes oriundos dos territórios federais; criação de uma coordenação-geral na estrutura da Secretaria de Recursos Humanos, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para administrar os assuntos dos ex-territórios.

Queria destacar aqui, no que diz respeito à criação dessa coordenação, nós encaminhamos ofício, solicitando do Ministério do Planejamento agilidade na resolução desses problemas. Nós temos 44.500

servidores dos quatro ex-territórios federais, e esses servidores precisam de um órgão, de um departamento, de uma coordenação, com pessoal técnico qualificado, conhecedor da sua situação, para ajudar a resolver os problemas desses servidores, problemas referentes às carreiras.

Outro problema também apontado por ele nesses três encontros: emissão de carteiras funcionais para os servidores técnicos e administrativos

Portanto, Srs. Senadores, essas são demandas que dependem da decisão de curto prazo. Sabemos que algumas são mais complexas e outras mais simples, mas todas carecem de ações decisórias por parte do Governo Federal.

E eu queria aqui fazer um apelo ao Governo Federal, à Ministra do Planejamento, para que, na reestruturação do Ministério do Planejamento, vislumbrem a possibilidade de atender a esses servidores dos ex-territórios, afinal de contas, são 44.000 servidores que precisam, dentro da estrutura do Planejamento, de um departamento ou uma coordenação-geral que os atenda, que veja seus problemas.

Por isso, quero aqui, Senador Mozarildo, solidarizar-me com as entidades representativas que estiveram presentes na Câmara dos Deputados, ontem, representativas das categorias profissionais, dos três Estados, quero me solidarizar com eles para ajudá-los naquilo que for necessário.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Angela, quero cumprimentá-la pelo assunto que aborda. E quero dizer que fico, até certo ponto, triste ao ver isso, eu fui constituinte e a nossa batalha era transformar, como disse V. Ex^a, Roraima, de território, em Estado porque a situação de território federal era humilhante para aqueles que viviam lá. Não éramos cidadãos brasileiros de primeira categoria, éramos cidadãos ligados a uma autarquia. Na realidade, um território federal era uma autarquia vinculada ao Ministério do Interior. Os governadores eram nomeados, levavam secretários, enfim, éramos uma espécie de autarquia, mas tínhamos muito mais jeito de colônia. Transformando-nos em Estado, tivemos uma avanço muito grande sob o ponto de vista institucional, mas é lamentável que essa questão venha se arrastando. Fiquei fora, é verdade, do Congresso de 90 até 99, quando assumi o Senado, mas nesse período houve várias iniciativas. Inclusive, logo após a promulgação da Constituição, em 89, as regras estavam lá estabelecidas, sobre como é que deveriam fazer com relação à questão dos funcionários. É um quadro em extinção, mas estão tratando os funcionários como se fossem

extintos. Na verdade, são coisas, como disse V. Ex^a, algumas de fácil resolução; outras, um pouco mais complexas, mas, considerando que Roraima e Amapá foram instalados em 91, com a posse do primeiro Governador eleito, faz 21, então, não se pode esperar mais. Quero louvar a iniciativa dessas entidades que se mobilizaram, envolvendo também Rondônia, que, em alguns aspectos, é um pouquinho diferente, mas que, no âmbito, é igual. Unidos, portanto, temos de dar um basta nisso. Acho que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Fazenda têm de se unir e buscar uma solução rápida para essas 44 mil pessoas – são 44 mil famílias, portanto – que precisam ter uma solução. Quero dizer que todas as iniciativas que eu pude tomar e que pude apoiar, tomei e apoiei. Continuo à disposição. Quero somar-me à iniciativa de V. Ex^a e dos demais parlamentares de Roraima, do Amapá e de Rondônia para que encontremos uma solução definitiva. No jargão médico, acho que temos de aplicar uma medicação que acabe com esse sofrimento, e não apenas ficar dando paliativos, como tem sido feito até agora. Parabéns, espero que a gente possa concluir, no próximo ano, acabando com esse sofrimento que vem se perpetuando. Muito obrigado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador. Conto com o seu apoio para que, juntos, possamos ficar unidos na busca de uma solução técnica, política e administrativa para resolver definitivamente a situação grave e preocupante desses 44 mil servidores dos extintos territórios federais, no qual o nosso querido Estado de Roraima está também envolvido.

Eu acredito que, para encaminhar essas questões, seria...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Para concluir, Sr. Presidente.

Seria indispensável, para resolver essas questões, a criação de um órgão estruturado no Ministério do Planejamento, onde os problemas comuns possam ser examinados no conjunto e a solução seja a mesma para todos os servidores.

Também se permitiria que os processos individuais fossem analisados em um espaço específico, para que o servidor tenha a quem se reportar e não fique sem respostas, como ocorre hoje. Especialmente agora, quando serão incluídos nos quadros da União muitos servidores do Estado de Rondônia – e no futuro eu espero que sejam também incluídos os servidores do Amapá e de Roraima.

Da minha parte, adotei providências no sentido de propor a regulamentação do benefício de assis-

tência à saúde e seu ressarcimento para os policiais e bombeiros militares dos ex-territórios.

Também propus ao secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, criar naquela secretaria uma estrutura organizacional para atender às demandas desses servidores. Solicitei providências ainda para a concessão do plano de saúde da Geap, que é credenciada para atender ao Ministério do Planejamento. Com a assinatura de um termo aditivo, o convênio também poderá ser estendido aos servidores dos ex-territórios. Basta apenas que esse termo aditivo seja assinado para que esses servidores tenham direito ao plano de saúde da Geap.

Há ainda relevantes solicitações individuais de servidores de Roraima que necessitam do acompanhamento de suas questões nos órgãos públicos de Brasília. Meu gabinete tem trabalhado com esses pedidos, tem encaminhado algumas soluções, mas, de todo modo, eu queria aqui parabenizar todos os integrantes do Fórum dos Extintos Territórios, em especial ao Presidente do Sindsep de Roraima, Gilberto Rosas, a Antonia Pereira, nossa amiga, também integrante do sindicato, que participaram dos três encontros regionais, em Macapá, em Boa Vista e em Porto Velho. Cumprimento ainda o Professor Nildo Araújo, a Professora Rosinha, do Sinter de Roraima, o Coronel Maia, da Associação Nacional dos Policiais Militares, e todos os demais participantes dessa reunião realizada ontem na Câmara dos Deputados.

Asseguro, Sr. Presidente, para concluir, à população de Roraima e a todos esses servidores, que estarei na defesa das demandas desses servidores por considerá-las justas e necessárias para fazer com que esses servidores tenham dignidade, que sejam respeitados, afinal de contas, eles já têm muitos serviços prestados ao ex-território de Roraima, hoje Estado, ao Amapá e ao Acre.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, nossos ouvintes da Rádio Senado, esta noite, o Rio Grande do Sul foi, mais uma vez, atingido pelas chuvas. Desta vez, um temporal de granizo causou estragos em três municípios gaúchos.

Em Fazenda Vila Nova, no Vale do Rio Taquari, que fica em torno de 100 quilômetros da capital, 250 famílias foram atingidas, e boa parte delas teve que ser alojada nas casas de parentes.

Em Caxias do Sul, na Serra, as localidades de Vila Cristina e Parada Cristal foram as mais atingidas. Lá, o volume de granizo foi tão forte que chegou a bloquear o trânsito de veículos nas estradas, Senador Moka. Em Flores da Cunha, também na Serra, o distrito de Otávio Rocha teve muitos domicílios danificados.

O Município mais atingido, na região metropolitana de Porto Alegre, foi São Jerônimo. De acordo com o Prefeito Municipal, Marcelo Luiz Schreinert (conhecido como o Prefeito Pata), em torno de duas mil residências, escolas, igrejas e prédios comerciais foram atingidos pela chuva de granizo, que durou 20 minutos e jogou sobre os telhados das casas pedras de gelo de até 15 centímetros de diâmetro, caro Presidente.

Aproximadamente 8 mil pessoas (mais de um terço dos moradores do município de 22 mil habitantes) – casualmente São Jerônimo é a terra da jornalista Patrícia Poeta, agora apresentadora do Jornal Nacional – tiveram as suas residências arrombadas pelas pedras de granizo, que ao derreter inundaram móveis, colchões e eletrodomésticos. Não há material de construção suficiente na cidade, e o prefeito busca junto ao Governo do Estado e Municípios vizinhos conseguir 40 mil telhas, necessárias para consertar as casas atingidas.

A situação de São Jerônimo é preocupante. Esta já é a terceira vez que a prefeitura decreta situação de emergência, neste ano. Em julho, um temporal com ventos fortíssimos provocou prejuízos na cidade, e, em setembro, uma enchente desabrigou milhares de pessoas.

Essa sequência de desastres naturais obrigou a Prefeitura a pedir auxílio de R\$10 milhões ao Governo Federal, isso considerando os dois episódios que antecederam o de ontem. No entanto, mesmo com o reconhecimento de estado de emergência pelo próprio Ministério da Integração Nacional, até agora nenhum tostão foi liberado, Sr. Presidente. Nenhum tostão foi liberado! Exatamente por isso faço um apelo do Governo Federal para que, através do Ministério da Integração Nacional, comandado pelo Ministro Fernando Bezerra Coelho, e através do Ministério da Defesa Civil, libere os recursos para esse Município que, apenas neste ano, sofreu esses três desastres de grandes proporções. É preciso que, nesses casos, haja um tratamento emergencial, dadas as necessidades da comunidade, que foi duramente atingida por esse terceiro acidente climático.

Agora eu trato de outro assunto, Sr. Presidente. A Comissão de Assuntos Sociais desta Casa realizou uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 352, de minha autoria, que inclui o tratamento antineoplásico ou quimioterapia de uso oral,

utilizado no tratamento do câncer, entre as coberturas obrigatórias pelos planos de saúde. O relator desse projeto, com muita honra, é V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, a quem quero agradecer pelo excelente trabalho e pelo empenho pessoal que está dedicando a essa matéria, que, como vimos na manhã de hoje, é de grande relevância.

Estiveram nessa audiência a Dr^a Martha Regina de Oliveira, representando a Agência Nacional de Saúde Suplementar (Agência Nacional de Saúde); o médico Paulo Hoff, médico oncologista, diretor do Icesp e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo; a Dr^a Luciana Holtz de Camargo Barros, presidente do Instituto Oncoguia; o Sr. Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, representando os planos de saúde suplementar; e o Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, novo presidente da Associação Médica Brasileira.

Considero, Sr. Presidente Waldemir Moka, relator deste projeto, um dos projetos mais importantes dos que apresentei neste meu primeiro mandato, que altera a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde.

Naquela época, praticamente não existiam tratamentos quimioterápicos de uso oral. Atualmente, esses tratamentos representam mais de 30% das opções terapêuticas disponíveis no mercado e, segundo estimativa de oncologistas e pesquisadores, no ano de 2021, a quimioterapia oral corresponderá a 80% das opções terapêuticas em oncologia.

Trata-se, caro Presidente Waldemir Moka, o senhor que é médico, de um grande avanço da medicina e que, sem dúvida alguma, traz muitos benefícios aos pacientes, que poderão se tratar no ambiente familiar, o que vai lhes trazer mais conforto, nesse período difícil da luta pela vida.

Com a quimioterapia oral, os pacientes também estarão menos suscetíveis a contrair contaminações e contágios, muito comuns de acontecerem, por causa da sua baixa imunidade, exposta ao ambiente hospitalar.

Os portadores de câncer, Senador Mozarildo Cavalcanti, também médico, terão uma recuperação mais rápida, tendo em vista que a maior eficácia da quimioterapia oral já foi atestada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e pelos médicos oncologistas.

O câncer é hoje o segundo fator de morte no Brasil e brevemente será o primeiro, de acordo com os especialistas ouvidos na audiência pública, na manhã de hoje.

Em 2012, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), o Brasil

terá 518. 510 novos casos de câncer, o que equivale a 59 novos casos por hora, ou 1.416 por dia.

Portanto, essa é uma doença grave. Precisamos tratá-la e dar aos pacientes, principalmente àqueles usuários de planos de saúde, o atendimento e a cobertura para essa medicação.

A indústria farmacêutica brasileira também deve ter participação nesse processo. Quanto maior for a venda, seus preços, hoje elevados, devem diminuir.

Por isso, saúdo a decisão tomada pela Presidenta Dilma Rousseff de recomendar que o BNDES abra uma linha de crédito para que a indústria farmacêutica tenha condições de ampliar a produção dos medicamentos destinados à quimioterapia oral.

Também é importante mencionar – estou finalizando, Sr. Presidente – que, embora o projeto de lei de minha autoria imponha custos aos planos de saúde, a saúde financeira desses planos também é relevante para que possam continuar prestando os seus serviços à população. Sabemos que o SUS não tem condições de atender a todos os brasileiros, e os planos desempenham um importante papel para a saúde de todos. Aliás, os planos de saúde hoje são um sonho de consumo entre os brasileiros; já ocupa o segundo lugar, superado apenas pela casa própria e depois pelo automóvel.

Mas é importante que os planos se atualizem com aquilo que há de moderno e eficiente no tratamento dos seus pacientes. Hoje, as demandas são muito maiores, os tratamentos disponíveis são melhores, e os planos de saúde precisam acompanhar a evolução da medicina.

A maior preocupação dos planos deve ser com a saúde pública dos brasileiros, que pagam pelos planos por décadas, e precisam ser bem atendidos por esse serviço.

Muito obrigada, Sr. Presidente, com os meus renovados agradecimentos pelo seu empenho no trato dessa questão, que interessa a toda a população brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, eu quero lamentar hoje essa questão no seu Estado. Já passamos por isso no Mato Grosso do Sul, e sei quantas famílias sofrem com isso.

Quero dizer que, em relação ao projeto de V. Ex^a, pode ter certeza de que, depois da audiência pública, vamos ouvir e vou continuar ouvindo V. Ex^a até que a gente chegue a um texto que, tenho certeza, será o melhor possível para a gente debater na Comissão de Saúde.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está em muito boas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nos últimos tempos, aliás, não é agora tão recente no Governo da Presidente Dilma, mas já há algum tempo, nós temos lido com frequência e visto na imprensa escândalos envolvendo as organizações não governamentais.

Ora, esse assunto, eu não sei se tive a felicidade ou a infelicidade de começar a tratá-lo durante meu primeiro mandato, aliás, no primeiro ano do meu primeiro mandato. Isso porque já lá, na Constituinte de 1988, Senador Waldemir Moka, eu via as pressões que as ONGs – organizações não governamentais –, notadamente as estrangeiras, exerciam sobre temas de nosso interesse nacional, fosse sobre meio ambiente, sobre questão indígena, sobre questão mineral, enfim, sobre todos os aspectos da vida nacional. E aquilo me causou espécie. Principalmente, chamou-se a atenção aquela presença do cantor Sting, andando para cima e para baixo com o cacique Raoni e pressionando para a aprovação do capítulo dos direitos indígenas. Aquilo parecia uma coisa inocente, alguém apaixonado por uma tese e que veio lá da Inglaterra para abraçar uma causa, aqui, “dos coitadinhos” que estavam desprotegidos pela sociedade brasileira, pelo governo brasileiro.

E como me posicionei em algumas coisas, Senador Taques, como, por exemplo, na proposta de um artigo para ser colocado na Constituição, Senador Waldemir Moka, que dizia que reservas indígenas, na faixa de fronteira, não poderiam ultrapassar dois mil hectares. Recebi um cartão de uma ONG internacional chamada Survival International me chamando de genocida. Convenci-me, aí, de que algo mais existia por trás dessas coisas.

Ora, pensar que os países da Europa ou dos Estados Unidos têm moral para nos dizer como devemos tratar de índio, de meio ambiente, de afrodescendentes é brincar com a inteligência de todos nós, brasileiros. O que eles fizeram com os nativos desses lugares? O que eles fizeram com o meio ambiente deles? Destruíram. Agora, países que são sedes de determinadas ONGs transnacionais fazem, pintam e bordam.

Naquela época, então, briguei para a instalação de uma CPI para investigar essa questão, principalmente investigar, Senador Moka, a atuação de algumas ONGs nas áreas de fronteira, nas questões ambientais, indígenas e de minerais. A CPI trabalhou durante dois anos, com muita dificuldade, porque era uma caixa-preta. Ninguém conseguia informação; nin-

guém conseguia convocar alguém para depor, porque havia uma blindagem total.

Mas, mesmo assim, conseguimos identificar dez ONGs, ou organizações não governamentais, envolvidas em ilícitos as mais diversas, muitas delas envolvidas com assistência à saúde indígena. Isto é, recebiam dinheiro do Governo Federal, sob pretexto de prestar assistência à saúde indígena, e embolsavam esse dinheiro. Não prestavam contas. Os convênios eram feitos sem nenhum tipo de supervisão. Mas tinha outras ONGs, como, por exemplo, uma ONG de São Gabriel da Cachoeira, cujo vice-presidente foi preso pela Polícia Federal transportando minerais, pedras preciosas que estavam sendo descaminhadas, contrabandeadas.

Houve também o evento na Reserva Roosevelt – olha o nome: Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos –, dos Cinta Larga, que tem a maior reserva de diamantes, e de melhor qualidade, do mundo. De acordo com o dispositivo não regulamentado da lei, não se pode explorar mineral em área indígena.

No entanto, aquele mineral é constantemente explorado e descaminhado, e o Brasil não fica sequer com um tostão desse dinheiro.

Mas bem, fomos e avançamos. Listamos essas dez ONGs e enviamos para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas da União. Aí, sim, a providência não poderia ser do Senado; a providência do Senado foi feita.

Mas nós produzimos o projeto de lei, Senador Moka, que foi aprovado neste Senado, em 2003 e foi para a Câmara. Ele está lá desde 2004. Há sete anos, está na Câmara e, nesses sete anos, foram pensados 22 projetos ao projeto originário da CPI das ONGs, aqui do Senado. Vinte e dois projetos estão pensados! Portanto, engatados nas gavetas das comissões da Câmara.

Agora, a Presidente Dilma, depois desses escândalos sucessivos das ONGs no Ministério dos Transportes, no Ministério do Turismo, no Ministério do Esporte... Se formos olhar, em todos os Ministérios, porque, no Ministério da Saúde, com a saúde indígena, por meio da Funasa; na Funai; em todos os órgãos há contaminação. Aquela ideia, aquela aura que existia de que toda ONG era uma entidade sacrossanta, ela caiu por terra.

Portanto, é preciso dizer – e V. Ex^a também é médico – não podemos também generalizar, dizendo que nenhuma ONG presta. Pelo contrário, há muitas ONGs sérias neste País. Aliás, deveriam elas encabeçar o movimento para moralizar o setor. Elas deveriam encabeçar o movimento para que nós tivéssemos uma lei clara, bem, digamos, transparente, para que pu-

déssemos dizer, aí sim, “esta ONG tem condições de exercer esse trabalho, tem qualificação. Vamos fazer o convênio, as regras são essas”.

A Presidente Dilma já tomou medidas. Primeiro, de mandar sustar os pagamentos e mandar fazer um “pente fino”; segundo, baixou um decreto determinando muitas providências no sentido de uniformizar os procedimentos. Porque é muito fácil! Um camarada inventa uma ONG, meia dúzia de pessoas inventa uma ONG, e aí já fazem um convênio com o Ministério A, B ou C, para, por exemplo, treinar pessoal, e, aí, fabrica relatórios falsos, não faz o trabalho e recebe o dinheiro. E recebe o dinheiro de quem? Elas recebem o nosso dinheiro, do que pagamos de impostos. Até aquela pessoa que recebe Bolsa Família, que tem de comprar o seu arroz e o seu feijão, está pagando imposto, porque no preço do feijão e do arroz está o imposto embutido. Esse dinheiro que essas ONGs estão pegando é dinheiro que estão roubando do povo brasileiro. E a Presidente Dilma tem, de fato, que botar ordem, como está botando, nessa questão.

Repito: não tenho preconceito. A minha formação de médico, como a sua, não permite que nós tenhamos preconceito de nenhum tipo. Eu não tenho preconceito com ONGs. Pelo contrário, a minha formação de médico foi feita dentro da Santa Casa de Misericórdia, que é o quê? É uma ONG. É uma entidade filantrópica, uma organização não governamental. Não tenho nenhum tipo de preconceito. No entanto, acho que tem que haver uma fiscalização do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Poder Executivo e do Poder Legislativo sobre essas instituições.

E não posso encerrar, Senador Moka, sem pedir ao Presidente da Câmara que aproveite e dê celeridade a esses projetos, antes que a Presidente Dilma seja forçada a editar uma medida provisória e substituir o trabalho que deve ser do Legislativo. E, aí, nós vamos reclamar aqui que a medida provisória veio para tratar de um assunto que está há sete anos na Câmara dos Deputados, caminhando para o oitavo ano.

Então, quero registrar esse protesto e dizer, ao mesmo tempo, que vou pedir, inclusive formalmente, através de um requerimento, informações a todos os órgãos de fiscalização sobre a atuação dessas ONGs. Ao mesmo tempo, vou formular um documento ao Presidente da Câmara – vou pedir o apoio de todos os Senadores, principalmente do Presidente da Casa – para que dê celeridade, dê urgência a esses projetos, porque se antigamente se pensava que essas ONGs eram, realmente, todas elas sacrossantas, está provado que não é nada disso.

É hora de termos uma lei, um marco regulatório – como está na moda dizer –, um código que possa,

realmente, disciplinar o funcionamento dessas ONGs. Não quero pregar aqui que o Governo não faça convênio com ONGs. Não. Faça, mas faça decentemente. E que o dinheiro seja, de fato, aplicado, e que o efeito seja sentido lá na ponta.

Portanto, quero encerrar o pronunciamento, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição de algumas matérias aqui que dizem respeito a esse tema que abordei.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI Nº 3.877, DE 2004

**Dispõe sobre o registro, fiscalização
e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.**

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado **Nelson Marquezelli**

I – Relatório

O projeto de lei sob apreciação, encaminhado a esta Casa para revisão, pretende disciplinar a instituição e o funcionamento das chamadas “organizações não-governamentais” (ONG’s), impondo-lhes:

- a) a prestação de contas anual dos recursos recebidos (art. 2º da proposta);
- b) a catalogação das entidades em cadastro especificamente voltado a essa finalidade, mantido pelo Ministério da Justiça (art. 3º);
- c) condições específicas para recebimento de subvenções governamentais (art. 4º);
- d) a exigência de autorização do Ministério da Justiça para funcionamento, quando se tratar de entidades de origem estrangeira (art. 5º).

Foram apensadas a matéria sob discussão as seguintes proposições:

- a) Projeto de Lei nº 2.312, de 2003, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, que “dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional das Organizações não) Governamentais”;
- b) Projeto de Lei nº 3.841, de 2004, de autoria do Deputado José Santana de Vasconcelos, que “dispõe sobre as regras para registro de Organizações não Governamentais – ONG’s, estabelece normas para celebração

de convenio entre aquelas e o Poder Público, e da outras providências”;

c) Projeto de Lei nº 3.982, de 2004, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento pelo Poder Executivo de organizações não governamentais estrangeiras que atuem ou pretendam atuar no Brasil e da outras providências”;

d) Projeto de Lei nº 4.259, de 2004, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Trame, que “altera o Código Civil, para estender a fiscalização do Ministério Público as organizações não governamentais que realizem parcerias com o Poder Público”;

e) Projeto de Lei nº 4.574, de 2004, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que “toma possível as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, manter a qualificação obtida com base em diplomas legais diversos”;

f) Projeto de Lei nº 611, de 2007, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, que “dispõe sobre as organizações não-governamentais estrangeiras, cria o Registro Nacional de Organizações Não-Governamentais e da outras providências”;

g) Projeto de Lei nº 644, de 2007, de autoria do Deputado Índio da Costa, que “dispõe sobre a caracterização das Organizações Não-Governamentais para efeito de contratação com o Poder Público e da outras providências”.

Segundo o Senador César Borges, relator da matéria quando de sua tramitação na Casa iniciadora, o projeto vem de encontro com o propósito de “coibir desvios de finalidade na atuação de muitas ONGs, em suas parcerias onerosas com o poder público, ávidas em lançar mão de verbas públicas, especialmente via convênios (...), sem atenção à qualificação mínima obrigatória para tanto”. Essa manifestação descreve bem as intenções do Senador Mozarildo Cavalcanti, autor de uma proposição que tramitou no Senado em conjunto com a afinal aprovada, para quem é indispensável a possibilidade de questionar, em relação às ONG’s, “a legitimidade da forma e dos critérios de escolha de seus representantes e sobre a origem e o destino dos recursos que arrecadam e utilizam”.

II – Voto do Relator

Na tramitação do projeto junto à Casa iniciadora, restou acolhido projeto de lei de autoria de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada justamente a examinar o funcionamento de ONG’s, tal a relevância conferida pelos Senadores ao assunto sob discussão.

E, de fato, não há dúvida de que se multiplicam notícias de irregularidades envolvendo instituições vulgarmente conhecidas como “não-governamentais”.

Em algumas esferas militares, talvez até com algum excesso de zelo, entidades estrangeiras chegam a ser acusadas de conspirar contra a soberania nacional, sob pretexto de defender a preservação da floresta amazônica. Não se pode afirmar sem aprofundado exame a procedência de tais alegações, mas sua simples existência demonstra que o funcionamento das ONG's não pode, como hoje ocorre, seguir sem nenhuma tutela estatal.

Com esse intuito, deve-se elogiar a concisão da proposição principal e o modo abrangente com que trata o tema nela abordado. A capacidade de esgotar a questão de tal modo sobressai que não se verifica, nas proposições apensadas, nenhuma sugestão capaz de enriquecer o conteúdo do projeto que capeia o processo sob análise.

Convém ressaltar que a oportunidade de aprovação do projeto ainda se toma mais evidente na atual conjuntura política. Os sucessivos escândalos envolvendo autoridades públicas, que vêm emparedando o Poder Legislativo e o tomando perigosamente questionável aos olhos da sociedade, receberão uma resposta a altura se a matéria sob crivo merecer a acolhida dos nobres Pares.

Destarte, vota-se pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 3.877, de 2004, e pela rejeição das proposições que lhe foram apensadas.

Sala da Comissão, de 2007. – Deputado **Nelson Marquezelli**, Relator.

REF.: Matéria em tramitação na Câmara dos Deputados que regulamentam as atividades das Organizações Não-Governamentais.

Ao todo foram identificados 17 Projetos de Lei que tratam diretamente sobre o tema. Os projetos

pretendem, em sua maioria, a criação de um cadastro nacional das ONG's, a regulamentação de atividades de ONG's estrangeiras e o estabelecimento de mecanismos de controle para fiscalizar o repasse de recursos a essas organizações.

Muitas destas proposições encontram-se apensadas ao PL 3.877/2011 de autoria da CPI das ONG's, num total de 15 projetos apensados.

Na comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Público (CTASP), o PL 3.877/2004 teve como relator o Dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP), e em 11/07/2007, teve o seu relatório aprovado, estabelecendo a aprovação integral do PL e pela prejudicialidade dos demais projetos até então apensados (anexo o parecer da CTASP).

Após a aprovação na CTASP, ainda no ano de 2007, o projeto seguiu para a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), sendo designado como relator o Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), no entanto até a presente data não foi apresentado relatório na comissão.

Após a designação do relator na CSSF foram apensados mais 07 Projetos de Lei, sendo o último ocorrido no dia 01/12/2011, e por isso a matéria encontra-se na Mesa da Câmara.

Outro projeto também de autoria da CPI das ONG's é o PL 4.844/2005 que modifica o Código Penal, para tipificar como crime a apropriação indébita de recursos públicos destinados às ONGS. A proposição tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), tendo como relator o Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP), porém ainda não foi apresentado relatório.

Segue anexo relatório de todas as demais proposições identificadas.

Portaria em Transição no Câmara dos Deputados que regulamentam as Atividades das Organizações Não Governamentais - ONG's									
TIPO	Nº	ANO	EMENTA	LOCALIZAÇÃO	AUTOR	RELATOR	ÚLTIMA AÇÃO	DATA	ARTICULAÇÃO
PL	3877	2004	Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.	MESA	CPI DAS ONG'S	Não Designado	01/12/2011: Apense-se a este o PL-2764/2011.	7/12/2011	
PL	4844	2005	Acréscita artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar como crime a apropriação indébita de recursos destinados às entidades que indica.	CCI	CPI DAS ONG'S	Dep. Regis de Oliveira	20/11/2007: Parecer do Relator, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.	7/12/2011	
PL	3841	2004	Dispõe sobre as regras para registro de Organizações não Governamentais - ONG's, estabelece normas para celebração de convênio entre aquelas e o Poder Público, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. José Santana de Vasconcellos		12/07/2004: Apensação deste ao PL 3877/04	7/12/2011	
PL	2312	2003	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional das Organizações Não-Governamentais.	Apensado ao PL 3877/2004	SUG 33/2003 CLP Associação Comunitária do Chonin de Cima		12/07/2004: Apensação deste ao PL 3877/04	7/12/2011	
PL	3982	2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento pelo Poder Executivo de organizações não governamentais estrangeiras que atuem ou pretendam atuar no Brasil e dá outras providências.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Ivan Ranzolin		12/07/2004: Apensação deste ao PL 3877/04	7/12/2011	

TIPO	INSCRIÇÃO	ANO	EMENTA	LOCALIZAÇÃO	AUTOR	RELATOR	ULTIMA AÇÃO	Atualização
PL	4574	2004	Torna possível às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, manter a qualificação obtida com base em diplomas legais diversos	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Ronaldo Vasconcellos		28/03/2006: Apresentação do REQ 3806/2006, pela Dep. Ann Portes, que "requer seja o Projeto de Lei nº 4.574, de 2004, do Sr. Ronaldo Vasconcellos, que torna possível às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, manter a qualificação obtida com base em diplomas legais diversos, desapensado do Projeto de Lei nº 3.877, de 2004."	7/12/2011
PL	4259	2004	Altera o Código Civil, para estender a fiscalização do Ministério Público às organizações não-governamentais que realizem parcerias com o Poder Público.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame		02/06/2005: Apense-se a(o) PL-3877/2004. Deferido o Requerimento nº 2356/04, solicitando esta apensação.	7/12/2011
PL	3982	2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento pelo Poder Executivo de organizações não governamentais estrangeiras que atuem ou pretendam atuar no Brasil e dá outras providências.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Ivan Ranzolin		12/07/2004: Apensação deste ao PL- 3877/04	7/12/2011
PL	3877	2004	Dispõe sobre as organizações não-governamentais estrangeiras, cria o Registro Nacional de Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Sebastião Bala Rocha		10/04/2007: Apensação deste ao PL- 3877/04	7/12/2011
PL	644	2007	Dispõe sobre a caracterização das Organizações Não-Governamentais para efeito de contratação com o Poder Público e dá outras providências.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Indio da Costa		03/12/2011: Apense-se a este(e) o(e) PL- 2730/2011.	7/12/2011
PL	4366	2008	Estabelece exigência para entidades compostas de estrangeiros que atuem na Amazônia Legal.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Rodovalho		10/04/2007: Apensação deste ao PL- 3877/04	7/12/2011

TIPO	Nº	ANO	EMENTA	LOCALIZAÇÃO	AUTOR	RELATOR	DELIBERAÇÃO	APRESENTAÇÃO
PL	3330	2008	Acrescenta o inciso XII, alíneas "a" e "b" ao art. 25 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para estender a fiscalização do Ministério Público às Organizações Não-Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e demais Associações sem fins lucrativos, com Personalidade de Pessoas Jurídicas de Direito Privado.	Mesa	Dep. Cleber Verde		21/05/2008: Devolvida ao Autor, nos termos do § 1º do artigo 137 do RICD.	7/12/2011
PL	4507	2008	Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Osório Adriano		18/12/2008: Apense-se a este(a) o(a) PL-3877/24.	7/12/2011
PL	5070	2009	Acrescenta o inciso VI ao art. 2º da Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, para estender a competência do Conselho de Segurança Nacional no que tange à instalação e controle das organizações não-governamentais (ONG's) e entidades similares, criadas ou administradas por estrangeiros.	Apensado ao PL 3877/2004	Dep. Osório Adriano		29/04/2009: Apense-se à(ao) PL-3877/2004.	7/12/2011
PL	385	2011	Estabelece exigência para entidades compostas por estrangeiros que atuam na Amazônia Legal.	Apensado ao PL 4366/2008	Dep. Roberto de Lucena		30/03/2011: Apense-se à(ao) PL-4366/2008. Proposição sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Transição: Prioridade	7/12/2011

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra, falando pela Liderança da Minoria, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Waldemir Moka, sinto-me honrado de falar nesta sessão que V. Ex^a preside.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores, venho a esta tribuna fazer um apelo em nome dos servidores públicos do Poder Judiciário à Presidente Dilma Rousseff – faço-o em nome de uma servidora, Dona Neila – e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro César Peluso, para que encontrem uma forma de implantar o plano de carreira da categoria.

O descaso com que os servidores do Poder Judiciário têm sido tratados ao longo dos últimos anos, além de ser injustificado, pode trazer graves consequências para a qualidade dos trabalhos nos diversos níveis da Justiça.

Não se pode conceber que, depois de o Poder Executivo e o Poder Legislativo terem aplicado realinhamentos de tabelas salariais, bem como implantação de planos de carreiras para diversas categorias, se deixem agora os servidores do Poder Judiciário literalmente na mão.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a que é da área, de 2008 a 2010, mesmo com as consequências da crise mundial, o Governo brasileiro gastou mais de R\$38 bilhões para realinhar as tabelas salariais de diversas categorias, mas agora trata com absoluta indiferença as reivindicações dos servidores do Poder Judiciário.

O Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário em todo o Brasil requer pouco mais de meio por cento do Orçamento para ter implantada a primeira etapa em 2012.

Quantitativo semelhante será necessário para a implantação das demais etapas ao longo dos próximos anos.

Trata-se de uma reivindicação coerente e justa, que merece ser acolhida, sob pena de haver um sucateamento das carreiras.

Hoje o servidor de nível superior, analista judiciário, tem um piso salarial de R\$4.633,00.

Para o servidor de nível médio, o valor é R\$2.908,00 e, para o de nível básico, R\$1.447,00.

Mesmo com os anuênios, gratificações e progressões inerentes a cada categoria, a verdade é que a remuneração média dos servidores do Poder Judiciário está bem abaixo dos valores pagos no Poder Legislativo e em diversas categorias do Poder Executivo, sobretudo às do Fisco e de Gestor Público.

Esse quadro de remunerações baixas tem provocado uma situação muito grave nas diversas esferas da Justiça: os novos servidores fazem concurso, assumem os cargos, mas só ficam até quando conseguem passar num concurso melhor.

É difícil imaginar que o Poder Judiciário deixou de ser atrativo, sobretudo quando se considera o nível de escolaridade e formação dos servidores que conseguem ser aprovados nos concursos públicos.

Nesse ritmo, Senador Mozarildo, em médio prazo, o Poder Judiciário poderá correr um risco de descontinuidade permanente do trabalho administrativo, que, para ser garantido, requer a substituição dos servidores aposentados por novas levas desejosas de fazer carreira.

Quem garante o fluxo dos processos e a tramitação na Justiça são os valorosos servidores que, direta ou indiretamente, assessoram juízes, desembargadores e ministros.

Sem os servidores de carreira, a Justiça para e deixa de fazer a prestação jurisdicional que lhe cabe.

Esse jogo de empurra que tem sido feito com os servidores do Poder Judiciário, além de injusto, é indigno com uma categoria que garante o funcionamento de um dos três pilares da República.

Na verdade, a forma como a Presidente da República tem tratado a questão fere o princípio de freios e contrapesos, porque faz prevalecer a mão pesada do Poder Executivo sobre o Poder Judiciário.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Cyro Miranda, digno representante de Goiás, que honra o povo de sua terra, quero apoiar V. Ex^a nessa reivindicação porque os servidores do Poder Judiciário representam uma carreira de Estado que deve ser valorizada. Mexer na subsistência é mexer na consciência, já foi dito num livro chamado *O Federalista*. Esses servidores precisam ser valorizados. Infelizmente, no Brasil, nós temos o vazio, somos useiros e vezeiros, como se diz, de desvalorizar o servidor público de carreira. Ele, servidor público de carreira, representa o nosso Estado, independentemente de governo. Por isso, quero apoiar essa reivindicação. Já conversei com o Presidente do Sindicato dos Servidores do Estado de Mato Grosso, marquei uma reunião com ele, para que eu possa, aqui no Senado, bem representar o povo da minha terra e defender os interesses desses servidores públicos. Também, como Senador da República, destinei emendas parlamentares individuais para que o Poder Judiciário Federal do nosso Estado possa exercer a sua atribuição. Muitos dizem que existe morosidade no Poder Judiciário. Nós podemos combater essa morosidade por meio de leis que façam com que o processo se proceda em

tempo razoável, mas também valorizando o servidor público, que é aquele que vai levar os autos do processo ou vai digitar os processos para que esse processo cumpra um requisito fundamental da Constituição, que é a razoabilidade no tempo do processo. Parabéns pelo seu discurso. V. Ex^a tem o meu apoio nesta luta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques, que é profundo conhecedor dessa matéria e também um homem de carreira no Poder Judiciário.

Concedo o aparte também, com muito prazer, a S. Ex^a, Senador Mozarildo

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero cumprimentá-lo pelo tema importante que aborda. No diapasão do que disse o Senador Pedro Taques, quero dizer que realmente é interessante haver uma reclamação geral da morosidade da Justiça como se a Justiça pudesse caminhar mais rápido sem cumprir o que manda a lei, os códigos de processo. De forma que tem de haver a tramitação de acordo com a lei. Fora isso, como foi bem frisado por V. Ex^a, se nós não tivermos funcionários de carreira, e há de se considerar, como foi dito, que o funcionário de carreira do Judiciário deve ser considerado como uma carreira de Estado, e o Poder Judiciário, que nem legisla, nem executa, tem de ter o apoio dos outros Poderes para que possa bem exercer o seu mister, sem ficar subserviente, sem ficar submisso a qualquer dos Poderes. Então, eu o defendo e sempre digo que é muito difícil você pensar numa democracia sem um Judiciário forte. Você pode até ter uma democracia de vários modelos, mas nunca com o Judiciário fraco, capenga ou submisso. Então, quero endossar as palavras de V. Ex^a e apoiar a reivindicação dos servidores do Poder Judiciário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Suas palavras e seu apoio enaltecem meu pronunciamento, porque V. Ex^a é um profundo conhecedor dos planos de carreira na sua área médica e sabe o sacrifício que é para poder alcançar esse objetivo.

Quero também dizer aos Senadores que nós, como segundo Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento, estamos procurando já ampará-los para que amanhã o Executivo não diga que não tem como respaldar esse aumento.

O que se configura é um flagrante desrespeito do Poder Executivo à devida autonomia financeira e orçamentária garantida ao Poder Judiciário pela Constituição de 1988.

Levados a rigor os dispositivos assentados na Carta de 1988, a postura da Presidência da República afronta o princípio da separação dos Poderes e atenta contra o Estado democrático de direito.

Mas creio, Sr. Presidente, que, neste caso específico, falta mesmo é o bom senso e a vontade política.

Não se pode trazer aqui o argumento de que faltam recursos, sobretudo quando se consideram os montantes arrecadados pelo próprio Poder Judiciário e os recordes crescentes de arrecadação federal.

De janeiro a setembro de 2011, a arrecadação aumentou mais de 20%, quando comparado ao mesmo período de 2010, e pelo menos 15% do orçamento de 2011 continuam sem serem executados.

A Justiça do Trabalho e a Justiça Federal arrecadaram mais de R\$50 bilhões em 2009 entre depósitos e custas.

Ademais, o Poder Judiciário usa apenas metade dos 6% do montante orçamentário que lhes são devidos nos termos constitucionais.

Não faz sentido, portanto, o tratamento que o Poder Executivo tem dado às reivindicações dos servidores do Poder Judiciário, que, para 2011, representa R\$1,5 bilhão.

A situação é grave e demanda um entendimento urgente entre a Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Da nossa parte, devemos garantir, por meio de emenda ao Orçamento de 2012, como falei, que se conceda o plano de carreira dos servidores da Justiça.

Exatamente por isso, faço um apelo aos Líderes da Bancada do Governo para que conversem com a Presidente Dilma Rousseff no sentido de ela não vetar uma possível emenda aprovada pelo Congresso Nacional.

Se os servidores do Poder Judiciário continuarem abandonados como estão, entendo que poderemos começar 2012 com um quadro de greve e radicalização, nada desejável para o Brasil.

Sem os servidores, a Justiça não anda e não julga as contendas dos milhares de brasileiros que recorrem aos tribunais nas mais diversas instâncias.

Que se faça justiça aos servidores do Poder Judiciário!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelo tempo extra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, na minha primeira fala nesta tribuna, eu respondi à indagação de um taxista da minha cidade. Ele perguntou o que faz um Senador. Isso foi no início do mandato.

Eu disse a ele que, basicamente, um Senador não constrói casas, não constrói hospitais, não constrói estradas. Esta não é a função de um Senador. Um

Senador, basicamente, exerce três atribuições. A primeira atribuição é criar leis. Eu respondi isto a ele e falei no meu primeiro discurso desta tribuna. Um Senador busca criar leis, lei em sentido genérico, para que tenhamos segurança e tranquilidade jurídica. Essa é uma atribuição básica de um Senador.

Segunda atribuição: ele busca recursos da União Federal para repassar ao seu Estado ou aos Municípios do seu Estado, em razão do chamado federalismo cooperativista que existe entre as três pessoas jurídicas com capacidade política.

E, sobretudo, um Senador fiscaliza a aplicação desses recursos.

Ontem, eu fiz aqui, desta tribuna, um discurso referindo-me ao que fiz com as emendas que são destinadas a cada Senador. Cada Senador, eu disse ontem, possui R\$15 milhões de emendas parlamentares individuais. Isso é uma ficção, porque uma grande parte desses valores não é paga, não é liquidada. Isso depende da conveniência e da oportunidade política daquele que tem a chave do cofre, que é o Poder Executivo.

Muito bem. Na data de hoje, eu quero expressar ao povo de minha terra, ao povo que para cá me mandou os projetos que aqui apresentei. Por óbvio, um Senador não pode ser avaliado pelo número de projetos que apresenta, porque, número de projetos, você pode copiar os 30 mil projetos de lei que existem nesta Casa, fazer um cola-cola e apresentar projetos que possam tramitar o resto da vida.

Neste ano, apresentei, nesta sessão legislativa desta 54ª Legislatura, 27 projetos de lei e 6 propostas de emenda à Constituição. Vou fazer referência a alguns deles, para que eu possa, no último discurso que farei este ano, fazer uma indagação: aquele valor que a União Federal me pagou para que eu aqui representasse o meu Estado é compatível com o que fiz?

Antes de fazer a relação desses projetos, Sr. Presidente, para a minha honra, concedo um aparte a S. Exª o Senador Suplicy, honrado representante do Estado de São Paulo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Prezados Senador Pedro Taques, V. Exª nos ensina a cada dia, dizendo as coisas e tudo, mas permita que eu acrescente, então, uma função de Senador que V. Exª aqui exerce tão bem. V. Exª expressou, sim, a função de legislar – nesse sentido, cada Senador aqui examina os projetos de lei do Executivo e de todos os colegas do Congresso Nacional, debate, modifica e aprova ou não. A função de legislar é muito importante. V. Exª também falou da importante função de fiscalizar os atos do Executivo. As duas estão muito bem explicitadas na Constituição brasileira. E V. Exª mencionou também a função de destinar recursos e explicou como se faz com as emendas, como nós fazemos. Acho muito

bom que V. Exª aqui reporte o que irá fazer com o conteúdo de seus projetos e de suas propostas de emenda à Constituição, mas pode também se referir a outra função muito importante que V. Exª exerce tão bem, que é a de representar o povo do seu Estado, o povo brasileiro e o seu Partido. Essa função é muito importante, porque, a cada momento, seja quando estiver, amanhã, dando uma aula em cursos de Direito de faculdades em São Paulo, seja quando estiver, até na hora do almoço, no Bolinha, em qualquer coisa que estiver fazendo, V. Exª estará imbuído da representação do povo. Hoje, quando a Senadora Ana Amélia expressou a sua preocupação com os estragos havidos em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, ela expressou o seu sentimento representando o povo com respeito às atitudes que se esperam dela. V. Exª tantas vezes expressa muito bem esse sentimento. Ainda ontem, analisando como V. Exª tem visto o Poder Executivo, o Poder Judiciário, os três Poderes, de uma forma que hoje isso mereceu – eu li na imprensa – repercussão. Então, é o sentimento de V. Exª como representante do povo do seu Estado que está sendo aqui colocado. Então V. Exª pode, sim, dizer na sua aula amanhã ou para o motorista de táxi: “Afinal, o que faz um Senador? Representa o povo, fiscaliza o Executivo, legisla, estabelece designações sobre o que fazer com os recursos a que como Senador tem direito”. Mas essa função de representar o povo – eu sempre explico para quem me pergunta – é muito importante. E V. Exª o faz muito bem. Certamente as pessoas que o estão escutando, no Mato Grosso, ficam pensando: o que o Senador Pedro Taques vai dizer hoje? E em geral, consideram que V. Exª os representa muito bem. Disso tenho certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Peço à Presidência que junte essa expressão do Senador Suplicy à minha fala.

V. Exª tem razão. O Senador representa o povo e o Estado que para cá o enviou. Essa é uma construção de Stuart Mill. Como V. Exª bem sabe, nós aqui representamos. Qualquer palavra que aqui eu diga, estou falando em nome do povo da minha terra. Por isso nós todos, de acordo com o art. 53 da Constituição, temos a liberdade de opinião, de palavra. Tem razão V. Exª.

V. Exª fez referência ao que eu disse ontem, a respeito das relações entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que sofreu essa repercussão na imprensa hoje. Eu disse que algumas pessoas entendem que esta Casa, que é o Legislativo, não passa de um puxadinho do Poder Executivo. Um puxadinho do Poder Executivo. Mas não é bem assim. Isso ocorre porque, no Brasil – estou repetindo o que disse ontem, Sr. Presidente –, o Poder Judiciário legisla, temos um presidencialismo

monárquico e, infelizmente, alguns legisladores parece que têm dobradiças nas costas.

Nós não podemos ter dobradiças nas costas aqui, porque nós estamos representando o povo da nossa terra, estamos representando o nosso Estado.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, digno representante de Roraima, Estado em que já tive oportunidade de exercer as minhas atribuições naquele Portal do Milênio, na Avenida Ayrton Senna.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a é, com certeza, exemplo de um Parlamentar que se preocupa. Tem muita gente que acha que o Parlamentar vem para cá para apresentar emenda e levar dinheiro para o Estado e só. É evidente que isso também é uma atividade parlamentar. Infelizmente, a parte das emendas, Senador Taques, V. Ex^a que é jurista, não atende aos princípios da administração pública, que são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. As emendas parlamentares foram desmoralizadas pelo Poder Executivo, na medida em que são liberadas ao alvedrio de todos esses princípios, de acordo com a pessoa: se é do compadrio ou não. E pior, a grande maioria delas é aprovada e aplicada de maneira corrupta. Então, muito mais importante do que fazer do seu mandato só esse meio de liberar emendas, é fiscalizar, apresentar projetos produtivos, enfim, defender, como disse V. Ex^a, o povo que nos mandou para cá, defender os interesses do nosso povo e do nosso Estado. Portanto, parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a tem razão na sua fala. Também concordo com isso.

Quando iniciei o mandato – como todos aqui sabem, nunca fui nem síndico de prédio antes de ser Senador da República –, uma pessoa me disse o que as votações aqui representariam nas emendas parlamentares individuais. Disseram-me exatamente o seguinte: quando você falar com o Ministro, fazendo algum pedido, ele vai puxar a sua capivara, a votação em que você apoiou ou não o Poder Executivo.

Tenho a compreensão de que a República Federativa do Brasil passa por um momento diferenciado, um momento de transformação e que o Poder Executivo sabe da importância de um Legislativo que seja independente, que não seja um *puxadinho* do Poder Executivo.

Com muita honra, concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Pedro Taques, V. Ex^a e eu temos, digamos, no aspecto dessa experiência nova de vida, o exercício de um mandato parlamentar nesta Casa, a mesma origem, porque nunca disputamos sequer para síndico de um prédio. Estou na mesma situação que a sua, V. Ex^a

vindo da Procuradoria da República; eu vindo do escritório da comunicação. Diferentemente de mim, com o rigor na atividade de representar a sociedade, o Estado e o interesse do Estado, V. Ex^a chegou a ser ameaçado de morte nesse escritório, tendo de sair, por questão de segurança pessoal, de alguns dos lugares onde atuou como Procurador da República. Para quem não o conhece, isso mais ou menos pode definir o papel que V. Ex^a desempenhou na Procuradoria da República. Eu não sofri ameaça, mas penso que a prestação de contas que V. Ex^a faz quebra um paradigma e ajuda a sociedade a valorizar o trabalho do Parlamento, porque há um descrédito, há uma desconfiança da sociedade em relação ao Parlamento, que é frequentemente criticado e atacado nas suas mazelas. Temos defeitos? Temos. É claro que temos. Quem não tem? O Poder Judiciário tem. O Poder Executivo tem. E nós temos que assumi-los de maneira construtiva e protagonizar essa quebra de paradigma como está fazendo V. Ex^a: prestando contas do seu mandato, do que fez, aos eleitores de Mato Grosso, que fizeram bem em mandá-lo para cá para enriquecer, como uma contribuição valiosa, pela sua experiência pessoal, uma qualificação do Senado da República. Tenho aprendido muito com V. Ex^a. E essa prestação de contas, como eu disse, é uma quebra de paradigma que mostra que a política tem de ser feita dessa forma. Para o Governo, V. Ex^a e eu atuamos com independência. Nossos partidos são da base do Governo, mas nós temos, digamos, a coluna vertebral que não se dobra, em função de nossas convicções, que são as mesmas convicções que nossos eleitores e a sociedade que representamos têm a respeito de determinados assuntos. Foi o caso do combate à corrupção, quando estivemos juntos no mesmo grupo de Senadores. Isso fez a diferença. Quero lhe dizer que eu não tenho queixa, faço críticas quando preciso. Para o Governo, para o Poder Executivo e para a democracia, isso é muito bom, é muito construtivo e muito positivo. Acho que a sociedade melhora, mas, sobretudo, a prática política e prática legislativa. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, digna representante do Rio Grande do Sul, Estado muito importante para a consolidação da nossa Federação.

Quero recordar momentos alegres que passei em Porto Alegre, ao lado do Parcão, um Município de um Estado muito bonito. Ontem, estávamos conversando sobre Gramado. O povo do Rio Grande do Sul, tenho absoluta certeza, está orgulhoso pelo trabalho de V. Ex^a. Às palavras que V. Ex^a me dirige, expresso a minha reciprocidade.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Taques, de todos os nossos colegas aqui do Senado, V. Ex^a é quem mais bem representa a atuação em defesa do Poder Judiciário, da legislação brasileira. Quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que, na minha opinião, o Congresso Nacional é, sim, um Poder independente e tem a sua atuação, as suas prerrogativas de forma... que vem fazendo a legislação para o nosso País. Mas ainda acho, não de arrasto, de maneira alguma, que somos pautados, sim, pelo Governo Federal, mas também pelo Poder Judiciário. Isso levados, um pouco, pela morosidade do Congresso Nacional. Acho que temos de ser um pouco mais ágeis. E o sistema bicameral não nos propicia essa agilidade de que precisamos na elaboração de um processo legislativo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a quer acabar com o Senado?

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Não, não quero acabar com o Senado, Senador Mozarildo, de forma alguma. Muito pelo contrário, acho que teríamos de dar maior celeridade aos processos e às idéias. Por exemplo, reforma política. Todo início de legislatura se debate reforma política e muito pouco se avança. De repente, o Judiciário vem e normatiza isso em uma súmula vinculante ou em uma jurisprudência consolidada. Aí, sim, o Congresso vai se manifestar. Então, eram essas as minhas palavras, para me solidarizar com V. Ex^a no que diz respeito a esse tema.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio, digno representante do Paraná. Eu concordo com V. Ex^a. O processo legislativo no Brasil ainda é um processo legislativo do início do século XIX. Nós estamos tratando de um bicameralismo que é de equilíbrio; precisamos repensá-lo. Alguns temas poderiam ser votados na Câmara, e, de forma diferenciada aqui, poderíamos dar mais importância às comissões parlamentares, notadamente as comissões temáticas ou materiais, puxando o que existe da Itália, o chamado processo legislativo abreviado; inclusive faço referência a isso em um dos projetos que eu aqui apresentei.

Sr. Presidente, tenho 27 projetos a relatar e seis propostas de emenda à Constituição. Indago a V. Ex^a se posso continuar, pois me faltam 23 segundos.

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Waldemir Moka deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado pelos dois minutos.

Eu apresentei, como fiz referência, 27 projetos de lei e seis propostas de emenda.

Faço referência a um deles, aquele que transforma a corrupção em crime hediondo, cujo Relator é o Senador Alvaro Dias, que aqui se encontra. Esse projeto recebeu o apoio de mais 540 mil brasileiros no site do Senado. Esperamos que seja colocado em pauta na primeira reunião da CCJ, na próxima sessão legislativa desta legislatura.

Apresentei um projeto que trata da transparência de todos os atos do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, através da rede mundial de computadores, isso para que todos possam ter conhecimento do que é feito pela administração pública, cumprindo um dever constitucional do servidor público que é a publicidade; o cidadão tem o direito constitucional de saber o que nós aqui estamos a fazer.

Apresentei uma proposta de emenda à Constituição que veda que Senadores e Deputados possam exercer o cargo no Poder Executivo, isso para que nós possamos ter uma maior capacidade de fiscalização.

Apresentei um projeto para que nós tenhamos maiores poderes às comissões temáticas ou materiais, como fiz referência no aparte do Senador Sérgio, isso para que as comissões possam ter o poder de aprovar projetos, independente do plenário, como está no art. 91 do Regimento Interno desta Casa e art. 58, §2º, da Lei Fundamental da República.

Apresentei projetos que tratam da prestação de contas durante o período eleitoral: não só os valores, mas os doadores de campanha devem ser identificados antes das eleições. Apresentei um projeto que muda as condutas vedadas e responsabiliza aquele que doa de forma ilegal.

Apresentei um projeto para que nós tenhamos uma maior participação popular no ajuizamento das ações de improbidade administrativa. A Lei nº 8.429, de 1992, como V. Ex^a bem sabe, precisa ter uma maior participação de associações no exercício deste direito constitucional de todos de fiscalizar a administração pública. Isso, mais uma vez no que se denomina de Democracia Dialógica, Democracia Participativa.

Apresentei um Projeto de Lei, também, que muda a Lei nº 8.429 para que as ações de improbidade tenham preferência nos julgamentos, isto para que os temas mais importantes que desassossegam uma maior parte da sociedade possam ter um resultado num tempo que seja razoável;

Apresentei um Projeto de Lei para que nós tenhamos uma modificação da Lei de Licitação, para que nos casos de dispensa de licitação seja comunicado o Ministério Público e também ao Tribunal de Contas, para que imediatamente possa instaurar um procedimento administrativo e fazer com que essa dispensa seja acompanhada e;

Apresentei dois Projetos, e já encerro, Sr. Presidente, para que nós possamos ter um novo repensar sobre as organizações não-governamentais Senador Mozarildo. Organização não-governamental não pode

viver apenas e tão somente de receita pública, ela precisa ter um tempo de maturação para que possa receber recursos públicos, senão estamos transformando as organizações não-governamentais em atividade pública, e esta não é a finalidade de uma organização não-governamental. Dentre outros projetos.

Agora a pergunta: Esses projetos eles possuem relatores todos eles? Não. Isso em razão da falta de um Processo Legislativo que seja mais ágil, de um Processo Legislativo que possa nos dar a resposta

num tempo razoável, num tempo devido. Eu quero pedir, que dentro da forma Regimental, o teor inteiro da minha fala possa constar nos Anais desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado Srs. Senadores por me ouvirem.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO TAQUES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do Art. 210, Inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Total de Projetos de Lei: 27

Total de PEC: 6

CRIME HEDIONDO

PLS 204/2011: Insere o inciso VIII no art. 1º da Lei nº 8.072/90 (Lei dos crimes hediondos) para estabelecer como crimes hediondos a concussão, a corrupção passiva e a corrupção ativa. A proposta também altera o Código Penal (arts. 316, 317 e 333) para aumentar as penas mínimas previstas para os referidos crimes, passando a ser de 4 anos de reclusão.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

TRANSPARÊNCIA

PEC 20/2011: Altera o art. 37 da Constituição Federal, para determinar a publicação, em meio impresso e eletrônico, dos atos da administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

INDEPENDÊNCIA LEGISLATIVO

PEC 21/2011: Altera a Constituição Federal, para vedar a investidura de membros do Poder Legislativo nos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou de chefe de missão diplomática temporária.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

EMPONDERAMENTO COMISSÕES

PEC 49/2011: Altera os arts. 50 e 58 da Constituição Federal, para acrescentar competências às comissões do Congresso.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

ATO JUDICIAL

PLS 308/2011: Inclui no Código Penal o artigo 357-A, com a tipificação de crime de corrupção de ato judicial.

Se aprovado: aquele profissional de direito que praticar corrupção será penalizado com reclusão, de quatro a doze anos e multa.

Local: CCJ

Situação: Com o relator (Demóstenes)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PLS 601/2001: Obriga candidatos a cargos eletivos a divulgar a relação de doares de suas campanhas antes da eleição, bem como os valores doados. A medida visa alcançar principalmente os eleitores que terão acesso a informações essenciais de seus candidatos para a formação de sua consciência político-moral.

Se aprovado: Os candidatos também deverão declarar os gastos efetuados durante toda a campanha eleitoral, em média a cada 15 dias.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

DOAÇÕES VEDADAS

PLS 659/2011: Altera a Lei das Eleições para prever representação e sanção para os doadores que efetuarem doações vedadas às campanhas eleitorais. A proposta prevê que a doação proibida sujeita o doador à multa de, no mínimo, metade da quantia doada e, no máximo, duas vezes o valor da doação.

Se aprovado: Além da imposição da multa, o doador pessoa jurídica ficará impedido de participar de licitações e celebrar contratos com o Poder Público, pelo prazo de 1 a 3 anos.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

IMPROBIDADE

PLS 600/2011: Prevê que as ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa poderão ser propostas por qualquer entidade da sociedade, como sindicatos e organizações. Hoje, as ações civis públicas nessa área são propostas apenas pelo Ministério Público Federal (MPF) ou Ministério Público Estadual (MPE), dependendo de onde o dano foi causado.

Se aprovado: O projeto permitirá maior participação da sociedade no processo democrático.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 722/2011: Altera a Lei n. 8.429 – Lei de Improbidade Administrativa – para prever o ato de improbidade administrativa consistente no nepotismo, estipular a prioridade de tramitação das ações de improbidade administrativa, estabelecer nova condição para interposição de recurso contra decisão de órgão colegiado em ação de improbidade administrativa e regular a possibilidade de afastamento cautelar da função pública com prejuízo da remuneração.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PLS 654/2011: Obriga o agente público a notificar o Ministério Público e demais órgãos de controle quando houver dispensa ou inexigibilidade de licitação, ou o retardamento da execução dos contratos. O prazo para a notificação dos órgãos de controle será o mesmo da publicação do ato, ou seja, cinco dias.

Se aprovado: O projeto facilitará a fiscalização dos princípios da impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade, bem como a identificar se o ato administrativo realmente encontra respaldo fático e legal.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

OSCIPs

PLS 677/2011: Cria novas exigências para a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). A proposta visa evitar que o poder público estabeleça parcerias com entidades não consolidadas, casuístas, com objetivo apenas de receber recursos públicos enquanto dure um determinado governo ou mandato político.

Se aprovado: O projeto impedirá que as OSCIPs tenham recursos públicos como única fonte de financiamento.

Local: CCJ

Situação: Com o relator (Pedro Simon)

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

PLS 456/2011: Equipara a funcionário público o servidor aposentado ou fora do exercício da função que pratica delito de violação de sigilo profissional. O objetivo é alterar o art. 325 do Código Penal, evitando insegurança jurídica e impunidade.

Se aprovado: A medida coibirá atos como aqueles assistidos na última campanha presidencial, quando dados fiscais de candidatos (e de seus familiares), protegidos pelo sigilo, foram violados por pessoas que têm ou já tiveram direito ao acesso restrito.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

DEFICIENTES FÍSICOS

PLS 130/2011: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.

Local: CAE

Situação: Com relator (Lidice da Mata)

PLS 323/2011: Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Local: CAE

Situação: Com relator (Randolfe)

SUSTENTABILIDADE

PLS 135/2011: Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.

Local: CI

Situação: Com relator (Vital do Rego)

CÓDIGO PENAL

PLS 280/2011: Acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 306/2011: Adiciona a alínea "d" ao art. 1º da Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997, tornando crime de tortura a cobrança de dívida de qualquer natureza realizada com o emprego de violência ou grave ameaça.

Autor: Senador Pedro Taques

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 308/2011: Acrescenta o art. 357-A ao Código Penal, para tipificar o crime de corrupção de ato judicial.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 337/2011: Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para substituir as atividades do condenado no regime aberto por cumprimento de penas restritivas de direito.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 376/2011: Acrescenta o parágrafo segundo no art. 8º da Lei nº 8.072 de 1990, para dobrar a pena nos casos de quadrilha ou bando armado nos casos ali previstos.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 385/201: Altera os arts. 288 e 344 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de quadrilha ou bando e a pena do crime de coação no curso do processo.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

PLS 501/2011: Acrescenta o inciso III ao art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a conduta de quem aproveita de segredo revelado por funcionário público, sabendo de sua origem ilícita.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

DROGAS

PLS 705/2011: Altera o art. 53 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 - Lei de Drogas -, para prever a possibilidade de exercício da ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operação de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita, independentemente de autorização judicial e oitiva do Ministério Público.

Local: CCJ

Situação: Aguardando relator

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cyro Miranda.

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Cyro Miranda, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cumprimento o Senador Pedro Taques pelo seu pronunciamento. V. Ex^a que tem sido um grande Senador; Senador Pedro Taques, certamente o seu primeiro ano de mandato honrou muito o Estado de Mato Grosso. E é uma alegria muito grande poder conviver com V. Ex^a e aprender com os conhecimentos jurídicos de V. Ex^a ao longo deste ano.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pedi minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a, Senador Pedro Taques será atendido na forma do Regimento.

E V. Ex^a está inscrito como Líder, Senador Alvaro Dias.

Na ausência do Senador Jayme Campos, passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero dizer, Senador Pedro Taques, que esse projeto de sua autoria, sobre a majoração dos crimes ambientais, também estava nos meus pensamentos, mas eu já conversei com o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Presidente Rollemberg, para ser o relator desse projeto. Eu acho de extrema importância e gostaria muito de participar ativamente do debate desse tema.

Sr. Presidente, também venho à tribuna do Senado na tarde de hoje para fazer um relato sobre os trabalhos da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Aprovamos, na data de ontem, o seu relatório, o relatório final, apresentado pelo relator, Deputado Márcio Macedo.

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas foi instalada neste ano, de forma tardia, mas, em apenas 90 dias, nós conseguimos desenvolver um trabalho intenso. Foram cerca de 17 reuniões, incluindo

aí a de instalação. Houve 16 audiências públicas, sendo três delas audiências regionais. Uma foi realizada no Estado do Paraná; outra, no Estado de Sergipe; e também no Estado de São Paulo.

Entre as audiências, Sr. Presidente, nós tivemos dezenas de debates, já programados no plano de trabalho daquela Comissão. Trouxemos, por exemplo, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores. Inclusive ele foi o chefe negociador da delegação oficial brasileira na Conferência das Partes, ocorrida agora, recentemente, na cidade de Durban, na África do Sul.

Para debater os novos resultados do IPCC, nós trouxemos o José Antonio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Inpe, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia. Também esteve presente o Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Para debater sobre o Programa Antártico Brasileiro, nós trouxemos o Contra-Almirante Marcos José de Carvalho e também o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, além do Capitão de Mar e Guerra Márcio Renato Leite.

Também esteve presente, representado o Ministério da Pesca, a Jaqueline Leal Madruga; representando o Ministério da Ciência e Tecnologia, esteve presente o Sr. Edson Rodrigues, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros, quando debatemos esse programa.

Fizemos também uma audiência pública para debater o plano de agricultura de baixo carbono, com a presença de representantes de diversos ministérios, inclusive da Embrapa.

Debatemos, em audiência pública, na cidade de Foz do Iguaçu, no interior da usina de Itaipu, com a presença de vários convidados: Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Amílcar Guerreiro, Diretor de Estudos de Economia da Energia e Meio Ambiente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Albert Cordeiro, Diretor-Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel); Dr. Celso Vainer Manzatto, Chefe-Geral da Embrapa, além dos diretores da Itaipu Binacional. Tivemos a oportunidade de discutir o Programa Brasileiro de Geração de Energia Limpa, a energia produzida por meio de hidrelétricas, e seus impactos no ambiente brasileiro.

Tratamos também da gestão das águas, com a presença de várias autoridades nesse sentido. Fizemos uma audiência pública na cidade de São Paulo para

debatermos os impactos ao meio ambiente causados pelos grandes centros.

Também fizemos uma audiência pública na cidade de Aracaju, Sergipe, para debatermos os biomas brasileiros: o cerrado, a mata atlântica, a caatinga, inclusive a Amazônia.

Debatemos, recentemente, em uma audiência conjunta com a Comissão do Meio Ambiente, os impactos ambientais causados pelo desastre ocorrido na bacia de Campos, no campo de Frade, de responsabilidade da empresa Chevron.

Fizemos também, entre outras audiências, Sr^a Presidente – estamos aqui relatando as mais importantes –, uma, na data de ontem, para debater os resultados da COP-17. No que diz respeito à COP-17, que é a Convenção das Partes, que ocorreu na cidade de Durban, na África do Sul, agora no final do mês de novembro, início do mês de dezembro, entendemos que houve um avanço. Mas esse avanço foi um pouco prospectado dentro de uma ansiedade que havia de uma possível frustração da COP. Primeiramente, criou-se, no cenário mundial, a expectativa de que haveria um esvaziamento ou mesmo a não prorrogação do Protocolo de Kyoto, e, ao final da Convenção das Partes, conseguiu-se a prorrogação desse Protocolo, e isso foi tido como grande avanço na COP-17. Acreditamos que foi realmente, mas não é o suficiente. Esperávamos muito mais no que diz respeito ao tema da COP-17, porque a COP-17 foi especificamente para tratar de mudanças climáticas. Ela tinha como tema principal mudanças climáticas. E qual foi o avanço no campo das mudanças climáticas? O máximo a que chegamos foi um acordo assinado pela China, pelos Estados Unidos, de que, a partir de 2015, começar-se-ia a escrever algo para entrar em vigor somente em 2020 sobre mudanças climáticas. Esperávamos muito mais disso. E isso tudo com um trabalho grande, intenso da delegação brasileira.

E aqui eu quero enaltecer a pessoa da Ministra Izabella e também a do Embaixador Corrêa do Lago, que tiveram um papel fundamental na prorrogação do Protocolo de Kyoto, bem como nesse acordo em torno do clima até 2015, para entrada em vigor em 2008.

Mas a decepção, Sr. Presidente, vem com a saída do Canadá, da Rússia e do Japão. Esses três países não saem, é lógico, até 2012, mas não são signatários da prorrogação. Isso é um sinal de descomprometimento no que diz respeito ao clima, no que diz respeito ao aquecimento global, no que diz respeito à mitigação da emissão de gases nocivos à atmosfera. E entendemos que isso é um mau sinal.

Não sabemos como vai ser a partir de 2017, ou 2020, quando venceria o Protocolo de Kyoto. Talvez

a nossa esperança resida ainda na Rio+20, que vai acontecer no ano que vem, na segunda quinzena do mês de junho, na cidade do Rio de Janeiro.

A Rio+20, por mais que tenha como objetivo tratar do Fundo Verde, e o Fundo Verde Sustentável, colocando aí a erradicação da pobreza como item prioritário também, mas eu acho que nós temos que começar a dar a importância necessária à Rio+20, Senador Mozarildo, porque ela vai ser aquele evento onde vamos comparar o que foi feito desde a ECO 92 e o que é possível e necessário se fazer a partir de 2012.

Nós temos que ter a responsabilidade, e acho que o Governo brasileiro, acho que a Presidente Dilma tem que chamar para ela a responsabilidade de trazeremos para a Rio+20 uma concentração de chefes de Estados jamais vista no que diz respeito ao meio ambiente, porque, sem um meio ambiente adequado, não haverá sobrevivência no Planeta.

Não estamos aqui, Sr. Presidente, tratando da sobrevivência no Planeta nas próximas décadas, mas talvez nos próximos séculos. O que será deste Planeta daqui a duzentos, daqui a trezentos, daqui a quinhentos anos? Não sabemos. E, se não cuidarmos do Planeta de forma global – e, daí, precisamos da intervenção de todos os países –, não sabemos o que poderá ser. Sabemos o que éramos há duzentos anos. Éramos um Planeta quase que na totalidade verde, e éramos um Planeta que consumia poucos recursos naturais; mas o que seremos daqui a duzentos anos?

Quero ainda, Sr. Presidente, para concluir, destacar que acontecerá na data de amanhã, na cidade do Rio de Janeiro, o lançamento da Primeira Cúpula Mundial de Legisladores como parte integrante da Rio+20. Acho o evento de uma importância ímpar e tenho ciência de que V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg, estará presente lá amanhã, na cidade do Rio de Janeiro, para representar o Congresso Nacional, o Senado Federal e dizer que estamos atentos e que estamos cuidando dos assuntos do meio ambiente e dos assuntos que são de interesse de toda a Nação brasileira.

Sr. Presidente, essas eram as considerações que eu tinha para fazer sobre a Comissão de Mudanças Climáticas e dizer que assumimos a presidência no final do mês de agosto e, em pouco mais de noventa dias, conseguimos fazer um relatório com as recomendações ao Poder Executivo e também sugestões de proposições ao Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho realizado à frente da Comissão de Mudanças Climáticas, mos-

trando todo o seu compromisso, todo o seu dinamismo em relação a esse tema tão importante.

Passo a palavra, para falar como líder, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Presidente Dilma tem relações administrativas com o Ministro Fernando Pimentel, alvo de denúncias veiculadas pela imprensa fartamente, nos últimos dias, mas possui também relações pessoais históricas com o Ministro. Talvez isso justifique seu empenho na sua defesa. A Presidente Dilma tem se constituído advogada de defesa de todos os Ministros denunciados desde o início de seu Governo. Nesse caso, no entanto, é uma advogada mais dedicada, mais aplicada e protege o Ministro denunciado, inclusive determinando que não venha ao Senado Federal prestar esclarecimentos. Senador Pedro Taques, é um comportamento inusitado. De início, a decisão foi de apoiar a vinda dos Ministros denunciados para que pudessem aqui apresentar sua defesa. Vieram todos, com exceção de dois, coincidentemente filiados ao PT, o partido da Presidente da República, o Sr. Palocci e o Sr. Pimentel. Os outros vieram, de todos os outros partidos, com apoio da Presidente e do PT. Por que essa discriminação? Por que utilizar-se de dois pesos e duas medidas em matéria que deveria ter tratamento isonômico? Por consequência da não aprovação do requerimento que pedia a presença do Ministro para falar ao Senado, estamos apresentando hoje um requerimento de informações. É evidente que há uma burocracia, e esse requerimento não deve ser respondido no curto prazo. É possível até que, quando as respostas forem enviadas ao Senado Federal, elas já estejam superadas pelos fatos, mas é nosso dever utilizar todos os expedientes possíveis para cumprir a tarefa fiscalizatória que se impõe ao Congresso Nacional, especialmente à oposição.

Uma das indagações diz respeito à série de palestras que teria o Ministro Pimentel proferido em nome da Federação das Indústrias de Minas Gerais, pelo interior do Estado. Quando abordamos essa questão no debate sobre o requerimento que convidava o Ministro, afirmamos que dirigentes dessa federação mineira desconheciam a existência dessas palestras. Disseram que essas palestras não haviam sido realizadas. E agora, no dia de hoje, o jornal *O Globo* confirma: visitou as cidades citadas como palco dessas conferências e constatou que elas não se realizaram. Portanto, o que houve foi uma mentira combinada. É o que fica explicitado. Nós somos forçados a entender, dessa forma, que houve uma mentira combinada entre o Presidente da federação e o Ministro Pimentel.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou conceder, Senador Pedro Taques, com o maior prazer. Mas fazendo referência ao número de indagações que elenquei, são doze indagações. A Presidente da República afirma que não se trata de assunto do Governo Federal, que o Ministro não era Ministro quando prestou consultorias. Ora, parece-me que a Presidente deseja tergiversar.

Ocorre que o Ministro deixava a Prefeitura, onde, como Prefeito, havia celebrado contratos com empresas que agora contratavam serviços de consultoria do Ministro. É evidente que há aí uma conexão entre público e privado. Mas estava o Ministro num período que antecedia a eleição presidencial já exercendo função de comando na campanha da candidata que tinha perspectiva de vitória; portanto, proximidade com o poder. Não há como negar essa relação do setor...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado pelo som.

Não há como negar essa conexão do poder público com o setor privado. Coincidentemente, as empresas que pagaram por consultoria, algumas delas, tiveram contratos celebrados com o Governo Federal, prestaram serviços ao Governo Federal. Portanto, como negar a existência do conflito de interesses?

Eu vou conceder o aparte, com satisfação, ao Senador Pedro Taques, pedindo autorização ao Presidente da sessão.

Senador Pedro Taques, com prazer.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Alvaro, apenas para apoiar esse pedido de informações. Vejo que essa atribuição seja não só da oposição, mas de todo parlamentar, porque uma de nossas atribuições básicas é a fiscalização. E quanto ao argumento de que era uma atividade privada, mas o recurso da Federação das Indústrias decorre, é originário de contribuições a sindicais patronais, portanto, são recursos públicos, são recursos que pertencem a todos nós, e a República precisa saber de que maneira foi pago isso. Eu concordo com V. Ex^a e me associo a esse pedido de informações, sem prejudicar quem quer que seja. Mas um Senador, um parlamentar, tem o dever de saber o que ocorreu.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

V. Ex^a lembra muito bem que há recursos públicos, sim, envolvidos, já que uma federação das indústrias integra o Sistema S e, obviamente, vale-se de recursos públicos.

Eu queria, Sr. Presidente, pedir a V. Ex^a, agradecendo a concessão do tempo, a publicação do texto em sua íntegra e também do requerimento que estamos encaminhando à Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

- Diversas matérias foram publicadas nos últimos dias acusando o Ministro Fernando Pimentel de ter recebido R\$ dois milhões por serviços de consultoria prestados entre 2009 e 2010.

- Segundo essas matérias, as atividades do ministro têm fortes indícios de tráfico de influência e revelam um forte conflito de interesses.

- Ao contrário de Palocci, o Ministro Pimentel até se antecipou fornecendo os nomes de seus clientes e os valores pagos. Mas muita coisa ainda precisa de respostas.

- Em princípio, foram quatro os casos citados: R\$ um milhão da FIEMG, R\$ 514 mil da construtora Convap, R\$ 400 mil da QA Consulting e R\$ 130 mil da ETA Bebida do Nordeste.

- Para algumas existem recibos, mas não existem os contratos.

- Para outras, não foram apresentados os recibos de pagamento.

- Não há, também, clareza com relação a que tipo de serviços foram prestados.

- Precisamos ter em mente que o Ministro Pimentel não era um consultor qualquer. Era um consultor muito influente no governo, com notória ligação pessoal com a então ministra Dilma Rousseff.

- No caso dos serviços prestados a empresa de informática QA Consulting, foram R\$ 400 mil entre 2009 e 2010.

- Um dos proprietários da empresa e filho de Otílio Prado, sócio minoritário de Pimentel na P-21 Consultoria.

- Segundo o próprio Pimentel, os serviços descritos na nota fiscal de R\$ 200 mil emitida pela empresa são genéricos para atender o enquadramento tributário dos serviços.

- A QA pagou a primeira parcela dois dias antes de ser contratada pela empresa HAP, que pagou R\$ 230 mil para executar serviço de infraestrutura para soluções de rede.

- No CREA-MG, não há Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica referente a esse serviço no período.

- O Ministro Pimentel é amigo pessoal do dono da HAP, Roberto Senna.

- Com relação a Convap, da qual recebeu R\$ 514 mil, não há informação sobre a assinatura de contrato para a prestação de serviços.

- Após a consultoria, a Convap assinou com a prefeitura de Belo Horizonte dois contratos que somam R\$ 95,3 milhões.

- Da ETA, a empresa de Pimentel recebeu R\$ 130 mil em duas parcelas. Primeiro, os sócios da ETA negaram que tinham contratado a P-21. Depois, apareceu um antigo dono que confirmou a contratação.

- Inicialmente, nenhum dos três sócios da empresa admitiu este pagamento. Roberto Ribeiro Dias disse que o negócio é “muito estranho”; Adriano Magalhães da Silva disse não saber “nada” sobre o caso; e Eduardo Luis Bueno afirma que é “difícil” a empresa ter feito uma contratação deste tamanho.

- Pimentel inicialmente também omitiu a prestação de serviços a ETA quando foi questionado sobre suas atividades como consultor.

- Com relação a FIEMG, foi mais R\$ um milhão. Metade do valor teria vindo da prestação de consultoria a empresas associadas a Ciemg.

- O então presidente da FIEMG, hoje presidente da CNI, confirmou que contratou Pimentel para que ele auxiliasse na preparação de projetos e programas de desenvolvimento, que pudessem ser apresentados ao poder público, para redução de carga tributária, melhoria das condições e do ambiente de trabalho e de investimento, por exemplo.

- Robson Andrade disse também que Pimentel fez palestras nas dez unidades regionais da federação em cidades-polo da indústria mineira.

- O presidente do Conselho de Política Econômica Industrial da FIEMG, Lincoln Gonçalves Fernandes, e o gerente de economia, Guilherme Leão, responsáveis por esse tipo de atividade na entidade, não se lembram da participação de Pimentel.

- Portanto, o que pedimos ao ministro é simples: que ele apresente cópias das notas fiscais de cada um dos pagamentos feitos à consultoria, bem como dos contratos assinados com as empresas, dos projetos apresentados à FIEMG, dos relatórios dos eventos dos quais participou como palestrante com, por exemplo, data dos eventos, cópia dos bilhetes das viagens realizadas, quem teria participado das palestras, programação enfim, o mínimo de comprovação de que os fatos realmente ocorreram.

- Se o Ministro Pimentel e sua consultoria – P-21 – não tem os comprovantes do recebimento dos pagamentos, com certeza as empresas que pagaram pelos serviços terão como comprovar, pois, numa eventual

fiscalização da Receita Federal, os administradores teriam que prestar contas desses pagamentos.

- É bom lembrar: o Ministro Pimentel não é um consultor comum. Tinha – e tem – fortes relações com o governo. Há um claro conflito de interesses na atuação do ministro que, de uma forma ou outra, envolve recursos públicos.

- Muitas das empresas atendidas pelas consultorias de Pimentel obtiveram sucesso em contratos com a Prefeitura de Belo Horizonte.

O jornal **O Globo** publicou, hoje, perguntas que o ministro Fernando Pimentel ria”o respondeu sobre suas atividades como consultor de empresas em 2009 e 2010.

O Ministro Pimentel, se quiser, poderá responder essas perguntas. Basta aceitar nosso convite para audiência pública nesta Comissão. As perguntas são as seguintes:

1 – A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) informou que Pimentel, então ex-prefeito de Belo Horizonte, foi contratado, por meio da P-21 Consultoria e Projetos Ltda. para propor programas de desoneração tributária e desenvolvimento ao governo federal. Quais foram esses programas?

2 – A Fiemg informou que Pimentel deu “orientação aos técnicos e colaboradores para elaboração e desenvolvimento de conteúdos”. Quem são os técnicos e colaboradores que trabalharam sob sua orientação?

3 – Por que negócios de R\$ 514 mil, R\$ 400 mil e R\$ 130 mil foram feitos por Pimentel sem contratos formais – apenas verbais?

4 – Que garantias de prestação do serviço Pimentel dava aos seus clientes?

5 – E por que o ministro não apresenta a comprovação dos serviços prestados, já que confirma ter recebido todos os valores publicados pelo O GLOBO?

6 – Por que o ministro omitiu ao jornal O GLOBO ter prestado serviços à ETA Bebidas Ltda., de Pernambuco, na hora de somar os valores recebidos com sua atividade de consultoria?

7 – O ministro conhece Eduardo Luis Bueno, sócio da ETA Bebidas e acusado por doação ilegal de recursos na campanha eleitoral de 2006? Se sim, desde quando e como se conheceram?

8 – Para prestar serviços à ETA, Pimentel viajou a Pernambuco para conhecer detalhes do mercado de refresco de guaraná no Nordeste? Ou prestou o serviço a partir de Belo Horizonte?

9 – Na última quarta-feira, O GLOBO contactou todos os donos da ETA desde a sua fundação. Eles negaram conhecer Pimentel. No dia seguinte, a empresa divulgou nota confirmando a contratação de Pimentel como consultor e informou que ninguém daria

mais entrevistas. Quem são os diretores da ETA com quem Pimentel afirmou ter mantido contato telefônico durante a prestação de seus serviços de consultoria?

10 – O ministro sabe dizer qual era o faturamento médio da ETA quando prestou a consultoria?

11 – Quem é o dirigente da Federação das Indústrias de Pernambuco que Pimentel afirmou, em entrevista à “Folha de S. Paulo”, ter indicado seu trabalho aos donos da ETA?

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre as suas atividades como consultor.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior sobre as suas atividades como consultor:

1 – A P-21 Consultoria e Projetos Ltda, cujo um dos sócios é o Ministro Fernando Pimentel, propôs, a FIEMG, programas de desoneração tributária e desenvolvimento ao governo federal. Quais foram esses programas? Anexar cópias dos programas apresentados a FIEMG.

2 – O presidente da FIEMG, Robson Andrade, afirmou que o Ministro Pimentel fez palestras nas dez unidades regionais da federação em cidades-polo da indústria mineira. Em quais cidades foram realizadas essas palestras? Qual o conteúdo de cada uma delas? Quanto o Ministro Pimentel recebeu em cada uma dessas palestras? Anexar cópia das notas fiscais referentes a cada um dos pagamentos.

3 – A Fiemg informou que o Ministro Pimentel deu “orientação aos técnicos e colaboradores para elaboração e desenvolvimento de conteúdos”. Quem são os técnicos e colaboradores que trabalharam sob sua orientação? Que tipo de orientação foi dada a esses técnicos? Quanto o ministro recebeu por essas orientações? Anexar cópia das notas fiscais referentes a cada um dos pagamentos.

4 – A Atual Secretária de Desenvolvimento da Produção, Heloísa Regina Guimarães Menezes, foi indicação do Presidente da FIEMG, Robson Andrade?

5 – O Ministro Pimentel prestou serviços à empresa ETA bebidas Ltda, de Pernambuco? Que tipo de serviços foram prestados? Quanto recebeu por esses serviços? Anexar cópia das notas fiscais referentes a esses pagamentos.

6 – Para os serviços prestados à empresa de informática QA Consulting, foram pagos ao Ministro Pimentel o equivalente a R\$ 400 mil. O Ministro Pimentel tinha conhecimento de que um dos proprietários da empresa é filho de Otílio Prado, sócio minoritário do Ministro na P21 Consultoria?

7 – O Ministro Pimentel não vê conflito de interesses nessa relação?

8 – Que tipo de serviços foram prestados à QA Consulting?

9 – A QA consulting foi contratada pela HAP consultoria para executar serviço de infraestrutura para soluções de rede. O Ministro Pimentel tem conhecimento de que não há, no CREA-MG, Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica referente a esse serviço no período?

10 – O Ministro Pimentel é amigo pessoal do dono da HAP, Roberto Senna?

11 – Por que negócios envolvendo volume tão alto de recursos foram feitos pelo Ministro Pimentel sem contratos formais – apenas verbais?

12 – Que garantias de prestação dos serviços o Ministro Pimentel dava aos seus clientes?

Justificação

Diversas matérias foram publicadas nos últimos dias acusando o Ministro Fernando Pimentel de ter recebido R\$ 2 milhões por serviços de consultoria.

Segundo essas matérias, as atividades do ministro têm fortes indícios de tráfico de influência e revelam um forte conflito de interesses.

Em princípio, foram quatro os casos citados: R\$ 1 milhão da FIEMG, R\$ 514 mil da construtora Convap, R\$ 400 mil da QA Consulting e R\$ 130 mil da ETA Bebida do Nordeste.

Para algumas existem recibos, mas não existem os contratos. Para outras, não foram apresentados os

recibos de pagamento. Não há, também, clareza com relação a que tipo de serviços foram prestados.

O Ministro Pimentel não era um consultor qualquer. Era um consultor muito influente no governo, com notória ligação pessoal com a então ministra Dilma Rousseff.

Portanto, o presente requerimento visa oferecer ao Ministro Pimentel uma oportunidade para que ele esclareça as denúncias de tráfico de influência e de conflito de interesses publicada pela imprensa nos últimos dias.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto o Senador Suplicy chega à tribuna, com a permissão de V. Ex^a.

O Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. PDT – MT) – Pois não, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de anunciar a presença, na tribuna de honra, de Duarte Marques, Deputado Federal português, Juan Martinez, da Juventude Democrática da Venezuela, e Collin Jergens, Assessor de Mídias Sociais do Presidente Barack Obama.

Agradecemos a visita dos três jovens, o parlamentar português e os demais jovens, que se encontram honrando-nos com as suas presenças aqui no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Alvaro.

Também agradeço a presença e desejo a todos boas-vindas e que levem, assim que se forem do Brasil, que aqui nesta República temos coisas boas, coisas muito bonitas. Sem bem-vindos ao Brasil!

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.553, DE 2011

Solicita informações ao
Excelentíssimo Ministro do
Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior sobre as suas
atividades como consultor.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior sobre as suas atividades como consultor:

1. A P-21 Consultoria e Projetos Ltda, cujo um dos sócios é o Ministro Fernando Pimentel, propôs, à FIEMG, programas de desoneração tributária e desenvolvimento ao governo federal. Quais foram esses programas? Anexar cópias dos programas apresentados à FIEMG.
2. O presidente da FIEMG, Robson Andrade, afirmou que o Ministro Pimentel fez palestras nas dez unidades regionais da federação em cidades-polo da indústria mineira. Em quais cidades foram realizadas essas palestras? Qual o conteúdo de cada uma delas? Quanto o Ministro Pimentel recebeu em cada uma dessas palestras? Anexar cópia das notas fiscais referentes a cada um dos pagamentos.
3. A Fiemg informou que o Ministro Pimentel deu "orientação aos técnicos e colaboradores para elaboração e desenvolvimento de conteúdos". Quem são os técnicos e colaboradores que trabalharam sob sua orientação? Que tipo de orientação foi dada a esses técnicos? Quanto o ministro recebeu por essas orientações? Anexar cópia das notas fiscais referentes a cada um dos pagamentos.

4. A Atual Secretária de Desenvolvimento da Produção, Heloisa Regina Guimarães Menezes, foi indicação do Presidente da FIEMG, Robson Andrade?
5. O Ministro Pimentel prestou serviços à empresa ETA bebidas Ltda, de Pernambuco? Que tipo de serviços foram prestados? Quanto recebeu por esses serviços? Anexar cópia das notas fiscais referentes a esses pagamentos.
6. Para os serviços prestados à empresa de informática QA Consulting, foram pagos ao Ministro Pimentel o equivalente a R\$ 400 mil. O Ministro Pimentel tinha conhecimento de que um dos proprietários da empresa é filho de Otilio Prado, sócio minoritário do Ministro na P-21 Consultoria?
7. O Ministro Pimentel não vê conflito de interesses nessa relação?
8. Que tipo de serviços foram prestados à QA Consulting?
9. A QA consulting foi contratada pela HAP consultoria para executar serviço de infraestrutura para soluções de rede. O Ministro Pimentel tem conhecimento de que não há, no CREA-MG, Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica referente a esse serviço no período?
10. O Ministro Pimentel é amigo pessoal do dono da HAP, Roberto Senna?
11. Por que negócios envolvendo volume tão alto de recursos foram feitos pelo Ministro Pimentel sem contratos formais – apenas verbais?
12. Que garantias de prestação dos serviços o Ministro Pimentel dava aos seus clientes?

JUSTIFICATIVA

Diversas matérias foram publicadas nos últimos dias acusando o Ministro Fernando Pimentel de ter recebido R\$ 2 milhões por serviços de consultoria.

Segundo essas matérias, as atividades do ministro têm fortes indícios de tráfico de influência e revelam um forte conflito de interesses.

Em princípio, foram quatro os casos citados: R\$ 1 milhão da FIEMG, R\$ 514 mil da construtora Convap, R\$ 400 mil da QA Consulting e R\$ 130 mil da ETA Bebida do Nordeste.


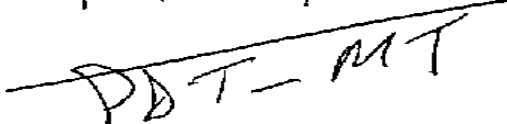
Para algumas existem recibos, mas não existem os contratos. Para outras, não foram apresentados os recibos de pagamento. Não há, também, clareza com relação a que tipo de serviços foram prestados.


O Ministro Pimentel não era um consultor qualquer. Era um consultor muito influente no governo, com notória ligação pessoal com a então ministra Dilma Rousseff.

Portanto, o presente requerimento visa oferecer ao Ministro Pimentel uma oportunidade para que ele esclareça as denúncias de tráfico de influência e de conflito de interesses publicada pela imprensa nos últimos dias.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2011.


Senador **ALVARO DIAS**
LÍDER DO PSDB



(À Mesa para decisão)


ANA AZEITE (PPRS)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, gostaria de, antes, saudar a presença do Deputado Vicentinho, de São Bernardo do Campo, do Partido dos Trabalhadores, meu companheiro de partido, de anseios, de objetivo, que acompanha o casal Amanda Dimitrova e Alexandre Dimitrova, empresários na produção de queijos na região de São Bernardo.

Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, Senadora Ana Amélia e Srs. Senadores, quero fazer uma reflexão sobre os resultados da Conferência de Durban, que foram objeto de reflexão hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em especial por iniciativa do Senador Fernando Collor de Mello, que esteve em Durban. Ainda há pouco, tivemos aqui também uma reflexão importante do Senador Sérgio de Souza, do Paraná, a respeito.

O relatório final da conferência de Durban, na África do Sul, que reuniu representantes de 194 países do mundo, não teve os resultados esperados por aqueles que estão preocupados com o meio ambiente. Embora tenham participado a China e os Estados Unidos, dele não fizeram parte Índia, Japão e Rússia – também grandes poluidores – o que impediu significativos progressos na discussão do clima.

O aspecto mais grave, registrado pelo *Valor Econômico*, do dia 12 de dezembro de 2011, em sua página A12, é que:

“Os resultados da 17ª Conferência das Nações Unidas sobre o clima não levam o mundo a um aumento da temperatura menor de 2 graus Celsius, como a ciência considera prudente, mas a algo entre 3 graus Celsius e 4 graus Celsius, um horizonte de intensos desastres naturais”.

Recentemente, uma conferência sobre o clima na usina de Itaipu, no Estado do Paraná, da qual participou Leonardo Boff e alguns dos maiores climatologistas do Brasil como Carlos Nobre e seus irmãos Antonio e João Nobre, apresentaram a tese de que os cientistas do mundo inteiro estão estudando agora o crescimento abrupto do efeito estufa. Eles afirmaram que um aumento acima de 2 graus Celsius fará com que a agricultura não seja mais possível em nosso planeta. Além disso, o *permafrost*, que é a terra permanentemente gelada e que está por baixo das grandes geleiras das regiões polares Nórdica e Antártica, está

se derretendo, o que liberará gigatoneladas de gás metano e ácido nítrico. O primeiro escondido, desde a Pré-História sob as geleiras Nórdicas e o segundo liberado do fundo dos mares. O gás metano é trinta vezes mais danificador da atmosfera do que o dióxido de carbono e o ácido nítrico.

Se ligarmos os resultados de Itaipu aos de Durban, chegamos a graves conclusões. Em 2020, prazo dado pela mesma Conferência das Nações Unidas e pelo Brasil para que se ultrapasse o resultado do Protocolo de Kyoto, pelo qual se reduziriam 5% das emissões mundiais sobre o nível de 1990 e que não foi cumprido até hoje, demonstra-se muito pequeno diante da quantidade enorme de gás carbônico que seria preciso retirar da atmosfera.

O resultado, proposto em 1992 no Rio, era para ser alcançado no ano 2000. Pelo que pudemos julgar da comparação dos dois eventos, não será sequer atingido em 2020. Foi uma notícia impactante para o mundo, diante dos resultados da conferência de Durban.

Segundo Leonardo Boff, a subida dos 2 graus Celsius, acima dos quais a agricultura se inviabiliza, será atingido em cinco ou seis anos e o processo de elevação da temperatura será excepcional, exponencial.

Cabe ressaltar os esforços da delegação brasileira em Durban, chefiada pela Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira e pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, nosso negociador-chefe, um dos responsáveis pelo fechamento do acordo final, conseguido após entendimentos com representantes da Índia e da Comunidade Europeia.

A participação do embaixador Luiz Alberto Figueiredo foi tão decisiva para o fechamento do Acordo que o ministro britânico de Energia e Clima, Chris Huhne, com quem Figueiredo havia se desentendido durante boa parte da conferência, acabou elogiando o brasileiro. “Luiz é um advogado criativo e um grande parceiro nas negociações. O Brasil, por sua vez, que tem um histórico de conquistas incrível, está sendo cada vez mais projetado no âmbito internacional”, disse Chris Huhne, em entrevista coletiva.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, presidente de nossa missão, considerou Durban uma vitória da diplomacia do clima, que deu novo fôlego para que o mundo alcance um acordo capaz de combater o aquecimento global. A posição do Brasil, que desde o início aceitou cumprir metas, foi elogiada por diplomatas europeus e americanos.

Em face desses resultados, sugiro que o Governo brasileiro intensifique suas ações no sentido de mobilizar a população brasileira, na Rio+20, onde estarão Chefes de Estado do mundo inteiro, pressionando-os para salvar nosso Planeta.

Os dois graus Celsius – era um consenso, até este mês, que seriam atingidos apenas em 2100 – já estão batendo à nossa porta. As catástrofes previstas para segunda metade deste século, entre eles o desaparecimento dos recifes de corais e da floresta amazônica, já poderão ser vistas por nossos filhos e netos, e até, quem sabe, por nós mesmos.

Nessas condições, como chegarmos até 2020 sem inviabilizarmos a agricultura, que é dependente direta das condições climáticas? E como sobreviver à impossibilidade de vivermos sem a vida submarina, que está se extinguindo?

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), hoje realizada, o Presidente, Senador Fernando Collor, que esteve na Conferência de Durban, alertou-nos sobre como os resultados ali obtidos ficaram aquém dos esperados, apesar dos esforços da delegação brasileira, chefiada pela Ministra Izabella Teixeira, pelo embaixador Luiz Alberto Figueiredo e também pelo Embaixador André Corrêa do Lago.

Avaliou o Senador Fernando Collor que se fará necessário um empenho pessoal muito grande da Presidenta Dilma Rousseff – aliás, como aqui também expressou o Senador Sérgio de Souza – para que a Rio+20, a ser realizada em 2012, venha, de fato, a alcançar os objetivos de cuidarmos do meio ambiente e do clima de forma a evitar os desastres previstos pelos cientistas.

A CRE hoje decidiu que, no início dos trabalhos de 2012, realizaremos audiências – inclusive o Senador Mozarildo Cavalcanti foi um dos proponentes – sobre a Rio+20, para que possamos ouvir, logo no início de fevereiro, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e estudiosos do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, o Prof. Ignacy Sachs, amigo do Senador Cristovam Buarque, e o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, que avaliou como melancólicos os resultados obtidos pela Conferência de Durban, Leonardo Boff e outros sobre o balanço da reunião de Durban e as perspectivas da Rio+20.

Foi bem recebida a sugestão do Senador Cristovam Buarque de também ouvirmos o Presidente Mohamed Nasheed, das Ilhas Maldivas, que estão ameaçadas de submergirem pelos efeitos das mudanças climáticas.

O Senador Fernando Collor observou que, como se trata da visita de um chefe de Estado, será sugerido ao Itamaraty e à Presidenta Dilma que faça o convite proposto pelo Senador Cristovam Buarque.

Tem o aparte, Senador Cristovam Buarque, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, fico muito feliz de vê-lo trazendo

este assunto aqui. Senador Taques, que preside esta sessão, o Brasil inteiro está de olho em 2014, porque tem uma Copa; em 2016, porque tem Olimpíadas. Não está olhando que, em 2012, nós vamos ter uma reunião dos Chefes de Estado e de governo do mundo inteiro para discutir, aqui no Rio de Janeiro, o futuro da humanidade.

É claro que não estamos no bom rumo com esse tipo de desenvolvimento. A crise europeia mostra. Aquela não é uma crise apenas financeira. Aquilo é uma crise de um modelo de desenvolvimento baseado, sobretudo, no consumo material que depreda a natureza, que concentra renda, ou pelo menos aumenta a concentração, que gera desemprego, que vive, em parte, das indústrias voltadas para a guerra. Não é possível continuar mais cem anos nesse rumo. Aqui se deveria discutir isso. Nós temos dois problemas sérios. Um problema é que ninguém tem certeza de quais virão aqui representando os grandes países. Pode haver uma crise, um apagão de representatividade. E, segundo, ninguém sabe o que é que vai sair da reunião, do ponto de vista de propostas. O que hoje o Presidente Collor fez, a meu ver, de extremamente positivo foi uma cobrança à Presidenta da República de que ela assuma isso para valer. Outro problema é a desmobilização da sociedade civil e suas organizações que, em geral, nessas reuniões, terminam trazendo mais vantagem do que os próprios governos. Temos que mobilizar a opinião pública brasileira, e uma maneira é trazer o Presidente Nasheed, das Ilhas Maldivas, porque é um país que vai desaparecer em poucas décadas. Desaparecerá um país, Senador Taques, coberto pela água! Ele aqui, com o carisma que tem, certamente, traria mobilização à opinião pública, chamaria a atenção quando ele falasse do drama do povo inteiro, que vai perder o país por causa das mudanças climáticas. O Presidente Collor foi muito enfático hoje na reunião da Comissão de Relações Exteriores, e eu fico feliz que o senhor esteja repercutindo esse debate que ali tivemos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Cristovam Buarque a sua sugestão de o Presidente das Ilhas Maldivas vir ao Brasil para que tenhamos consciência do que pode vir a ocorrer com o seu país.

Se me permite, Senador Pedro Taques, tendo em vista que ainda são poucos os oradores nesta tarde, eu gostaria de concluir com reflexões – se possível, o quanto V. Ex^a permitir – de Leonardo Boff sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Suplicy, a Presidência dará o tempo que V. Ex^a desejar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi um texto que ele enviou para a Sr^a Rosemarie Muraro, nossa líder feminista querida, que me encaminhou e eu avaliei que merece ser dito daqui da tribuna em um alerta importante.

De Leonardo Boff:

“Está em muitos relatórios já publicados pelo mundo afora que o grande problema agora é o degelo das calotas polares e do permafrost (o solo congelado do norte da Europa, Sibéria e Canadá). Por debaixo existem bilhões de toneladas de metano que está sendo liberado. Ele vai ao ar e é 23 vezes mais agressivo do que o dióxido de carbono. Ele pode provocar o “aquecimento abrupto” de até 4-5 graus Celcius. Com esta temperatura grande parte da vida hoje conhecida não vai poder subsistir; inclusive milhões de seres humanos poderão morrer.

Esse aquecimento abrupto está sendo apontado há tempos pela US National Academy of Sciences. Cito: De acordo com o relatório da Academia, de 2002, evidência científica recente mostra que mudanças climáticas de larga escala têm acontecido com velocidade cada vez maior. O novo paradigma de uma mudança abrupta do sistema climático está muito bem estabelecido por pesquisa através da última década, mas esse pensamento é novo e ainda pouco conhecido e não suficientemente apreciado pela comunidade dos cientistas sociais e pelos que definem as diretrizes políticas pelo País”.

Outro cientista, Andrew C. Revkin, Tipping Points and the Climate Challenge, em 28 de março de 2009, mencionou que, basicamente, nós estamos praticando a roleta russa, com o revólver apontado para a geração de nossas crianças e netos.

O antropoceno: uma nova era geológica, enfatiza Leonardo Boff.

As crises clássicas conhecidas, como, por exemplo, a de 1929, afetaram profundamente todas as sociedades. A crise atual é mais radical, pois está atacando o nosso *modus essendi*: as bases da vida e de nossa civilização. Antes, dava-se por descontado que a Terra estava aí, intacta e com recursos inesgotáveis. Agora não podemos mais contar com a Terra *sã* e abundante em recursos. Ela é finita, degradada e com febre não suportando mais um projeto infinito de progresso.

A presente crise desnuda a enganosa compreensão dominante da história, da natu-

reza e da Terra. Ela colocava o ser humano fora e acima da natureza com a excepcionalidade de sua missão, a de dominá-la. Perdemos a noção de todos os povos originários de que pertencemos à natureza. Hoje, diríamos, somos parte do sistema solar, de nossa galáxia que, por sua vez, é parte do universo. Todos surgimos ao longo de um imenso processo evolucionário.

Tudo é alimentado pela energia de fundo e pelas quatro interações que sempre atuam juntas: a gravitacional, a eletromagnética e a nuclear fraca e forte. A vida e a consciência são emergências desse processo. Nós humanos representamos a parte consciente e inteligente da Via-Láctea e da própria Terra, com a missão, não de dominá-la, mas de cuidar dela para manter as condições ecológicas que nos permitem levar avante nossa vida e a civilização.

Ora, essas condições estão sendo minadas pelo atual processo produtivista e consumista. Já não se trata de salvar nosso bem-estar, mas a vida humana e a civilização. Se não moderarmos nossa voracidade e não entrarmos em sinergia com a natureza dificilmente sairemos da atual situação. Ou substituímos estas premissas equivocadas por melhores ou corremos o risco de nos autodestruir. A consciência do risco não é ainda coletiva.

Importa reconhecer um dado do processo evolucionário que nos perturba: junto com grande harmonia, coexiste também extrema violência. A Terra mesma no seu percurso de 4,5 bilhões de anos, passou por várias devastações. Em algumas delas perdeu quase 90% de seu capital biótico. Mas a vida sempre se manteve e se refez com renovado vigor.

A última grande dizimação, um verdadeiro Armagedon ambiental, ocorreu há 67 milhões de anos, quando, no Caribe, próximo a Yucatán no México, caiu um meteoro de quase dez quilômetros de extensão. Produziu um tsunami com ondas do tamanho de altos edifícios. Ocasinou um tremor que afetou todo o Planeta, ativando a maioria dos vulcões. Uma imensa nuvem de poeira e de gases foi ejetada ao céu, alterando, por dezenas de anos, todo o clima da Terra. Os dinossauros, que, por mais de cem milhões de anos, reinavam, soberanos, por sobre toda a Terra, desapareceram totalmente. Chegava ao fim a Era Mesozóica, dos répteis e começava a Era Cenozóica, dos mamíferos.

Como que se vingando, a Terra produziu uma floração de vida como nunca antes. Nossos ancestrais primatas surgiram por esta época. Somos do gênero dos mamíferos.

Mas eis que, nos últimos trezentos anos, o homo sapiens/demens montou uma investida poderosíssima sobre todas as comunidades ecossistêmicas do Planeta, explorando-as e canalizando grande parte do produto terrestre bruto para os sistemas humanos de consumo. A consequência equivale a uma dizimação como outrora. O biólogo E. Wilson fala que a “humanidade é a primeira espécie na história da vida na Terra a se tornar numa força geofísica” destruidora. A taxa de extinção de espécies produzidas pela atividade humana é cinquenta vezes maior do que aquela anterior à intervenção humana. Com a atual aceleração, dentro de pouco – continua Wilson — podemos alcançar a cifra de mil até dez mil vezes mais espécies exterminadas pelo voraz processo consumista. O caos climático atual é um dos efeitos.

O prêmio Nobel de Química de 1995, o holandês Paul J. Crutzen, aterrorizado pela magnitude do atual ecocídio, afirmou que inauguramos uma nova era geológica: o antropoceno. É a idade das grandes dizimações perpetradas pela irracionalidade do ser humano (em grego ántropos). Assim termina tristemente a aventura de 66 milhões de anos de história da Era Cenozóica. Começa o tempo da obscuridade.

Para onde nos conduz o antropoceno? Cabe refletir seriamente, Sr. Presidente.

Por essas razões, quero incluir entre os convidados para a preparação da Rio+20 na Comissão de Relações Exteriores Leonardo Boff, pelo alerta tão significativo que aqui nos faz.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT - MT) – Parabéns, Senador Suplicy, pela verticalidade e profundidade do seu discurso.

Passo a palavra agora, por permuta, ao Senador Rodrigo Rollemberg. V. Ex^a tem o tempo regimental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer hoje uma celebração especial ao futuro. Eu não me refiro aqui ao futuro de forma abstrata, tampouco ao futuro de nossas projeções. Falo de um futuro concebido por um dos brasileiros mais notáveis de nossa

história política, Miguel Arraes, que hoje completaria 95 anos de idade.

Arraes foi um homem de futuro, não apenas pelas gestões e ideias visionárias e por um modelo de desenvolvimento integrado, que lhe deram uma nobre biografia como homem público, mas pelo profundo compromisso com sua vocação humanista, sua consciência libertária, pela generosa entrega que teve com a sua gente, pela coragem de lutar e pela vontade explícita de mudar. Arraes costumava dizer que agora é hora de fazer o futuro e que o futuro seria o tempo de fazer do homem brasileiro. Falava do tempo em que todos os brasileiros teriam condições de se expressar em suas diversas matrizes étnicas e culturais. Falava do tempo em que todos os brasileiros teriam meios de participar efetivamente da história do País, do tempo em que teriam condições de assumir as suas liberdades em seu sentido mais concreto e que todas as liberdades implicariam o exercício de um poder efetivo.

Enfim, ele falava de utopias, mas também de realidades possíveis, porque hoje, sem dúvida, já vivemos parte do futuro sonhado por Arraes, quando nos reposicionamos na economia e na governança internacional; quando evoluímos, ainda que a passos lentos, rumo a um Brasil mais alfabetizado; quando mais de 40 milhões de brasileiros pobres ascendem para a classe média; quando se multiplicam instrumentos democráticos e medidas de gestão participativa, como as conferências e pactos federativos firmados nacionalmente; e também quando se amplia massivamente o acesso à Internet e, com isso, os meios de expressão. Digo isso porque, hoje, certamente a “inclusão digital” não está apenas ligada ao acesso, mas também – e cada vez mais – à produção do conhecimento. Ninguém quer Internet só para trabalhar, aprender, interagir e se divertir. Os brasileiros querem Internet para escoar sua imensa capacidade criativa, para se expressar, para opinar, para denunciar e reivindicar e, portanto, para transformar.

Temos ainda um Brasil com desafios gigantescos por uma educação de qualidade e pela garantia de direitos básicos da população, mas, frente a tudo isso, posso dizer, com segurança, que hoje temos um País com indivíduos mais aptos a criar do que a assimilar, a agir do que a reagir e, portanto, mais aptos a participar de forma mais efetiva e consciente da história do País.

Esse é o futuro que Miguel Arraes tanto sonhou e lutou para construir. Como ele mesmo dizia, “um tempo brasileiro, marcado nem de pessimismo nem de otimismo, nem de desencanto nem de ilusão, mas da vontade de fazer”. A construção desse tempo foi para ele uma prática maior do que o discurso. Foi assim em suas três gestões como Governador de Pernambuco

e foi assim nos doze anos em que esteve à frente do Partido Socialista Brasileiro.

Falo aqui da prática traduzida em investimentos expressivos em infraestrutura; na ampliação do fornecimento de água e energia em Pernambuco; na ênfase na alfabetização de crianças e adultos; na criação do Movimento de Cultura Popular em Recife; na valorização da ciência e tecnologia como instrumento de desenvolvimento regional e local. Foi Arraes quem criou a primeira Secretaria de Estado no Nordeste para tratar do desenvolvimento científico e tecnológico, além da Facepe, Fundação de Amparo à Ciência do Estado de Pernambuco.

Lembro que o Ministro Sérgio Resende foi o primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo Arraes e, depois, Ministro da Ciência e Tecnologia no Governo do Presidente Lula.

Arraes também criou o Parque Tecnológico de Eletro-Eletrônica – Parqtel; a Biofábrica de Cana de Açúcar de Itapirema – a maior do País; desenvolveu e implantou um dos melhores sistemas de informações e gerenciamento de recursos hídricos do Brasil e criou o Programa Estadual de Difusão Tecnológica – Peditec, para capacitar trabalhadores e dar suporte às microempresas em todas as regiões do Estado.

Por fim, quero também destacar o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco, o Lafepe, um dos principais feitos de Arraes. O Lafepe ocupa hoje posição de destaque entre todas as indústrias farmacêuticas do País, comercializando em rede própria de farmácias a um custo em média cinco vezes inferior ao da rede comum e ainda com lucro para reinvestir.

Quero registrar que sempre me chamaram muito a atenção os últimos anos de vida de Arraes, já próximo dos noventa anos, sempre pensando no futuro, sempre procurando se informar, procurando ler e procurando formular para o futuro.

Enfim, são numerosas as iniciativas de Arraes que traduzem concretamente sua visão revolucionária e de vanguarda, como político e homem público ligado ao povo. Arraes foi um dos políticos mais completos que o Brasil já teve. Eu tive a honra de conviver com ele, principalmente nos últimos anos da sua vida, e o que sempre me impressionou em Arraes, já com 90 anos, é que ele jamais tergiversou em relação aos seus compromissos com o povo.

Esta certamente foi a maior lição que dele obtive: seu vínculo radical com o povo brasileiro, uma aliança real, profundamente ética e comprometida. A sociedade brasileira ainda não tem a dimensão do quanto pode significar a participação popular sobre bens públicos e o quanto isso pode implicar, realmente, na oxigenação de pontos esclerosados da máquina do Estado.

Eis um dos tantos desafios do sonho de Arraes que ainda temos pela frente.

Em seu discurso de posse no governo de Pernambuco, em 1963, ele citou uma frase de Carlos Drummond de Andrade: “Tenho duas mãos e o sentimento do mundo”. É. De fato, Arraes nos deixou como legado o dom de sentir o sentimento do mundo. Hoje não temos mais suas mãos, mas temos, sim, a sua consciência, que nos inspira e nos une em um projeto, em um sonho comum. Que façamos com as nossas, com as mãos de todo o País, o futuro do Brasil desejado por Arraes e por nós brasileiros.

Arraes costumava dizer que milhares de brasileiros poderiam estar no seu lugar. Sim, Miguel Arraes, é verdade, mas talvez você tenha sido o político brasileiro que mais chegou perto de fazer do seu lugar, efetivamente, o lugar de milhares de brasileiros.

Não poderia deixar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de, neste momento em que Miguel Arraes, Presidente do nosso Partido durante doze anos, completaria 95 anos de idade, fazer uma homenagem a ele, que deixou um legado de tantos que o seguiram politicamente – e vêm seguindo o seu exemplo –, a exemplo do que hoje ocorre com o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, seu neto, que vem desempenhando um papel brilhante à frente do governo de Pernambuco e agora também à frente do Partido Socialista Brasileiro.

Peço licença para ouvir, com muita alegria, Sr. Presidente, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Moka, Senador Rodrigo, fico feliz o nome de Miguel Arraes aqui, levantado em seu discurso. Creio que posso fazer ao Dr. Arraes o maior elogio que alguém pode fazer a um político: quase 50 anos depois de eu ter votado nele, meu primeiro voto, quase menino, posso dizer, muito seguro, que não me arrependo. É isso que gostaria de ouvir dos meus eleitores daqui a algum tempo. Explico por que não me arrependo: não pela convivência que tive com ele anos depois, mas por algumas das qualidades fundamentais que um político deve ter. A primeira é a coerência. Miguel foi um homem coerente do primeiro ao último voto que recebeu. Todo mundo sabia quem era Arraes. Não havia dúvidas quanto a ele. Era transparente em suas posições. Segundo, essa transparência entrava nas causas. Ele tinha causas. A causa da Nação brasileira. Ele era um nacionalista. A causa do povo brasileiro. Ele defendia o fim da exclusão social. Ele tinha essas duas bandeiras fundamentais. Terceiro, a coragem. Não esqueçam que lhe foi oferecido em 1º de abril de 1964 sair do Palácio das Princesas, onde era Governador, e ir direto ao exílio bem protegido. Ele disse: *Não saio*.

Não renuncio. Ali ficou até ser preso no Quartel dos Bombeiros. Eu fazia parte dos meninos que estavam ali na frente, gritando o nome dele. Desse movimento em frente ao Palácio, dois meninos morreram pelas balas das tropas que cercavam o Palácio. Arraes foi um homem de uma coragem ao longo de toda a sua vida. Por tudo isso – e não deveríamos, no mundo de hoje, lembrar de uma coisa óbvia –, a honestidade dele, nunca posta em suspeição. Então, Arraes é um homem que passou pela política, entrou na história podendo ter aqui, hoje, uma pessoa, mas sei que centenas de milhares do nosso Estado de Pernambuco podem dizer: “Eu tenho orgulho de ter votado em Dr. Arraes e nunca me arrependi do voto que dei a ele”. É isso que queria colocar como parte do seu discurso, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Acolho com muita honra sua contribuição ao meu discurso.

Ouçõ, também como muita alegria, o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Rodrigo Rollemberg, tal como o Senador Cristovam Buarque, tenho também as melhores memórias do Deputado Miguel Arraes, que foi Governador, mais de uma vez, do Estado de Pernambuco e que tanto honrou a sua terra, o seu Estado de Pernambuco e o Brasil. Uma pessoa de extrema coragem, firmeza, com ideais de construção de um Brasil mais igualitário, com justiça, solidariedade e real dignidade para todos. Eu tinha, por volta de 1962, 1963, os meus 21 anos e, como estudante, conheci, por intermédio de amigos comuns, a filha de Miguel Arraes, que se encontrava em São Paulo, fazendo uma visita. Como estudantes, interagimos. Naquela época, lembro-me de que o Governador Miguel Arraes fora convidado a participar de um programa de entrevistas de alta audiência na TV Tupi, ali no Sumaré. Estávamos em um momento de tensão. Alguns tinham muito receio do que iria acontecer com o Brasil. Eram iniciadas marchas, como a da família, com Deus, pela propriedade, e outras ações de grupos muito preocupados com a eventual esquerdização, comunização do Brasil. Miguel Arraes foi uma das pessoas visadas naquela época, e um grupo de pessoas foi lá tentar impedir que ele fosse realizar aquela entrevista. Lembro-me de ter sido um dos que foram lá garantir que ele pudesse dar aquela entrevista. Neste momento em que V. Ex^a o homenageia por seus 95 anos, veio-me à memória essa defesa que fiz do direito de Miguel Arraes, então Governador, poder ser entrevistado por um dos programas de maior audiência, lá, na TV Tupi Difusora.

Era uma espécie do que hoje é o Roda Viva, Canal Livre, mas era um programa de grande repercussão política, e estavam querendo impedir que Miguel Arraes pudesse ali dizer o que pensava sobre a realidade brasileira. Feliz é o Partido Socialista Brasileiro por ter como seu Presidente maior Miguel Arraes, pelo menos dentre as suas maiores figuras e maiores figuras da história da democracia e da realização de justiça em nosso Brasil. Parabéns.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Também acolho, com muita alegria e com muita honra, a contribuição de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Ouçõ com muita alegria, o Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB) – Senador Rollemberg, para que eu possa, como vizinho do Estado de Pernambuco, na condição de Senador representante da Paraíba, trazer o testemunho da trajetória desse extraordinário brasileiro que foi Miguel Arraes. Tive a honra e o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, de com ele conviver, ainda como Governador de Pernambuco, posteriormente como Deputado Federal, e o que mais marca a trajetória de Miguel Arraes é a sua absoluta coerência, a forma sempre reta, firme e contundente, em alguns momentos, quando necessário, para defender as suas ideias, o seu ponto de vista e contribuir para momentos decisivos da história do Estado de Pernambuco. Hoje, Pernambuco, governado por seu neto Eduardo Campos, experimenta um dos seus mais vibrantes e importantes momentos de pujança econômica. O Governador Eduardo Campos, com o seu talento, seu brilhantismo, seu espírito público, sua extrema competência, tem feito um trabalho – posso dizer na condição de vizinho e que acompanha de perto essa evolução – e uma verdadeira revolução em Pernambuco, inclusive com repercussões no próprio Estado da Paraíba, como posso citar, a título de exemplo, a instalação da fábrica da Fiat na nossa fronteira, que trará, inclusive, repercussão econômica também para o Estado da Paraíba, não apenas com a mão de obra que será aproveitada dos nossos Estados, tanto Pernambuco quanto Paraíba, como também, na sequência das instalações da unidade da fábrica da Fiat, as indústrias de autopeças na vizinhança dos Municípios de Pitimbu, de Alhandra, do Conde e de Caaporã. Portanto, somo esta minha palavra em homenagem à memória e à trajetória de Miguel Arraes e estendo-a ao trabalho profícuo, competente e dedicado do Governado Eduardo Campos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima,

também incorporo com muita alegria e com muita honra as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que certamente Arraes estaria muito feliz de estar acompanhando o desenvolvimento brasileiro, o fato de o País ter voltado a crescer, aliando crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Ficaria muito feliz em ver as taxas expressivas de crescimento do Estado de Pernambuco e as políticas implementadas por seu neto Eduardo Campos terem tanto sucesso, reconhecidas pela população; foi o Governador que teve o maior índice de votação e tem o maior índice de aprovação neste momento entre todos os Governadores do País.

Portanto, são lições e exemplos que Miguel Arraes deixou, que vêm sendo seguidos por muitos socialistas em todo o País. Nós temos muito orgulho de Arraes, e, quando nos reunimos, sempre os militantes do PSB gostam muito de dizer “Arraes, guerreiro do povo brasileiro”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do Orador.) – Eu gostaria de registrar a presença no Plenário do Senado de um brasileiro extraordinário. Aqui ao meu lado, Patrick Teixeira Dorneles Pires, que vem nos visitar acompanhado de seu pai, que está na tribuna de honra, Everton Pires, e de Glaucia, e que vem, nascido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mas hoje residindo em João Pessoa, na Paraíba, demonstrar a força de um viver.

Patrick é portador uma doença rara e degenerativa, que é a mucopolissacaridose.

A mucopolissacaridose, conhecida como MPS, possui seis tipos e três subtipos, totalizando assim, desta doença rara, nove tipos. Patrick é portador da MPS IVA, com a precisão da informação dele.

Tem 14 anos. Tive oportunidade de conhecê-lo mais recentemente. Carismático, inteligente, contava-me agora, na hora do almoço, uma lição de vida, eu que sou fumante, confesso o pecado de fumar e tento já parar há algum tempo, já parei, já voltei. Patrick me contava uma história do vigilante, do segurança, do inspetor da escola em que ele estuda em João Pessoa,

Pio XI. Esse funcionário da escola fumava 30 cigarros por dia. E Patrick chegou certo dia para ele e disse: por que você não para de fumar? Enquanto eu estou lutando para viver, você está lutando para morrer. E conseguiu com essa frase, impactante, sincera, fazer com que o cidadão que cito pudesse parar de fumar. Falou a mesma coisa para mim hoje no almoço.

Estamos aqui, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em busca da vida, da esperança. Em outros países do mundo, a exemplo da Argentina, Colômbia, Venezuela, para citar apenas alguns do nosso continente, já vem sendo desenvolvida uma pesquisa que permite resultados positivos para a ampliação da qualidade de vida dos portadores de MPS.

O Dr. Roberto Giugliani já encaminhou ao Conep o pleito para que os 50 portadores de MPS4a do Brasil – e são apenas 50 portadores, dos quais 15 vivem na Paraíba – possam receber os medicamentos desse estudo científico, dessa pesquisa.

O primeiro apelo que foi feito nesse sentido foi negado pelo Conep. Ontem, em contato telefônico com a Dr^a Sara, que foi de extrema solidariedade e que com certeza se sensibilizou com o depoimento do próprio Patrick, conseguimos finalmente agendar para amanhã, às dez horas da manhã, o encontro do Dr. Roberto Giugliani, que é o pesquisador responsável no Brasil, para que ele possa fazer uma sustentação oral e apresentar um recurso à decisão que negou a essas crianças o direito de viver mais.

Estou aqui, portanto, para comunicar ao Senado da República não apenas a presença de Patrick, mas também para sensibilizar todos os Senadores e Senadoras para que possamos olhar para os portadores de doenças raras, de uma forma geral, no Brasil, para que, se Deus quiser, amanhã o Conep autorize essa pesquisa que, repito, já está sendo feita nos Estados Unidos, está sendo realizada em outros países, e o Brasil ainda não foi incorporado a esse grupo.

Quero registrar, para concluir, agradecendo a extrema generosidade de V. Ex^a e a tolerância do orador inscrito, por justiça, a dedicação e o empenho da Dr^a Paula Francinete, que, de Campina Grande, na Paraíba, no Hospital Universitário, também realiza um trabalho extraordinário de assistência e de apoio às crianças portadoras de MPS na Paraíba.

Portanto, fica registrada a nossa alegria de recebê-lo, Patrick, e a certeza de que você é um exemplo a ser seguido, de força, de coragem, de determinação, de carisma.

Temos a certeza, Senador Vital do Rego Filho, Senador Wellington Dias, de que estaremos empenhados para que amanhã o Conep possa rever a sua decisão e autorizar a pesquisa com os portadores de MPS,

o que, na verdade, em outras palavras, representará vida e esperança para essas 50 crianças portadoras do MPS tipo IV no nosso Brasil.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Agradeço a Patrick pela presença. Vamos torcer para que amanhã a vida de Patrick comece um novo capítulo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebe o seu pronunciamento e o parabeniza. Cumprimento também Patrick por sua presença aqui. Tenho certeza, Patrick, de que com o esforço do Senador Cássio Cunha e com o apoio desta Casa poderemos fazer o encaminhamento e que você possa, em breve, se beneficiar desse tipo de pesquisa que já está sendo feita em outros países. Um abraço para você.

Regimentalmente inscrito, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi em permuta com o Senador Waldemir Moka.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o que me traz à tribuna na tarde de hoje é fazer dois pronunciamentos em um só, ou falar de duas pessoas do meu Estado, Mato Grosso, que foram, durante a semana, matéria de revistas importantes de circulação nacional.

O primeiro é um sobre artigo da revista *Veja*, assinado pelo articulista Reinaldo Azevedo, que fala sobre uma obra do Ministro Gilmar Mendes, que é mato-grossense de Diamantino. Eu vou fazer aqui a leitura de parte da publicação, enfim, o comentário.

A revista *Veja* que chegou às bancas em todo o País no último domingo traz publicado o artigo *Ainda Há Juízes em Brasília*, assinado pelo articulista Reinaldo Azevedo, que faz uma avaliação do livro *Estado de Direito e Jurisdição Constitucional*, do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e destaca a publicação como uma espécie de regra de conduta para os magistrados brasileiros.

Mato-grossense de Diamantino, o Ministro Gilmar Mendes, mais uma vez, ousa e, mais uma vez, dá a cara a tapa quando critica os abusos contra o Estado de direito e contra atos lesivos aos cidadãos e à sua civilidade. O próprio articulista ressalta, em seu artigo, que o ministro se submete a um escrutínio severo. Aliás, Gilmar Mendes foi duramente criticado quando ousou apontar, durante certo período, o estado policial-lesco, e especialmente nas operações espetaculares da Polícia Federal que feriram, de maneira inequívoca, os direitos individuais.

Em seu livro, o Ministro Gilmar Mendes volta a jogar luzes sobre as trevas dos abusos praticados por autoridades deste País e que muitas vezes não reconhecem o direito às leis em suas ações. Infelizmente,

toda sorte de abuso ainda é praticada contra cidadãos brasileiros, em franco desrespeito aos direitos fundamentais.

Vou tomar emprestado um trecho do brilhante texto do jornalista Reinaldo Azevedo, segundo o qual “o clamor público não é o critério de justiça, como se sabe no fascismo, e não raro está contaminado pela máquina de propaganda dos governos”.

Indo mais além, Azevedo constata que a tarefa de um magistrado é aplicar os códigos segundo a vontade consolidada democraticamente nas instituições. Não segundo as maiorias da ocasião ou as minorias influentes. Ou seja, a regra básica de respeito aos direitos fundamentais deve servir – insisto em ressaltar a todos aqui presentes – para todas as autoridades que têm responsabilidade de zelar pela coisa pública.

Por essa razão, quero parabenizar o Ministro Gilmar Mendes pela coragem de fazer esse enfrentamento contra o clamor fascista e de supostos justiceiros. Mendes é um juiz num país livre, que quer continuar livre, como bem reconhece o jornalista Reinaldo Azevedo.

Quando afirma que “quem na democracia viola a lei para fazer justiça, comete a injustiça e toda a sociedade brasileira está cansada de injustiça.

Peço o registro do artigo nos Anais desta Casa de leis e, mais uma vez, reitero que é sabido que o homem que respeita os parâmetros da lei faz justiça.

Esse é um pronunciamento para registrar esse artigo que foi publicado na revista *Veja* semana passada. E por falar de um mato-grossense dos mais ilustres que temos, faço questão de deixar registrado esse artigo aqui no Senado Federal.

O outro mato-grossense de quem quero falar hoje, para mim, é mais fácil falar dele, Senador Moka, primeiro, porque está em minha atividade, atividade da agricultura e da pecuária. E, segundo, porque é meu parente, é meu primo.

Falo do meu querido amigo e primo, Eraí Maggi Scheffer, que foi eleito pela revista *Época* desta semana um dos cem mais influentes homens da Nação brasileira. E registro aqui no Senado Federal porque conheci esse garoto quando, em sua infância, perdeu o pai, e a sua mãe, minha tia Luzia, ficou viúva com nove filhos, sem eira e nem beira, e, a partir daí, os moleques crescerem. O Eraí não era o mais velho da família, era o do meio, mas logo assumiu os negócios da família, que era um pequeno sítio na cidade de São Miguel do Iguaçu. Depois, se transferiu para Mato Grosso, na década de 70, junto com meu pai, junto comigo. Lá começou, ele e a sua família, a construir o que hoje é chamado Grupo Bom Futuro. É o maior produtor de soja do Brasil e o maior produtor de algodão do Bra-

sil. Plantam eles mais de 250 mil hectares de lavouras esparramadas pelo Brasil.

Lá estão o Eraí, o Elusmar, o Fernando, a irmã deles Marina, o Zeca que é cunhado deles, tocando esse negócio.

Quero aqui, então, fazer esse registro e dizer que a posição que o Eraí conquistou nessa eleição, de um dos homens mais influentes no Brasil no ano de 2011, não foi uma coisa gratuita, foi uma coisa construída do nada para chegar aonde chegou. Não é pelo capital financeiro, Senador Moka, que venho a esta tribuna falar sobre Eraí, meu primo, mas é pela sua coragem e participação, dele e da família dele, em fazer o crescimento e o desenvolvimento no Estado do Mato Grosso. São parceiros ou foram parceiros, quando fui Governador do Estado do Mato Grosso, a abrir, a asfaltar, a chamar os agricultores, os pecuaristas, todos aqueles que viviam anos e anos sem ter uma estrada asfaltada para circular pelo Estado de Mato Grosso, de criar consórcios, Senador Mozarildo, e convencer os produtores que, além dos impostos que pagavam, deveriam participar com 50% do custo de uma rodovia.

Falo de um cidadão que, além de seus negócios, participa, articula, formula, participa das associações, participa das federações, está constantemente olhando o futuro, preocupado com a infraestrutura deste País, que não sai do lugar. Pelas mesmas estradas que circulavam 30 mil toneladas de mercadorias do Mato Grosso, no ano de 1979, hoje são mais de 35 milhões de toneladas de grãos, que continuam saindo pelos mesmos caminhos que tínhamos há 30 anos.

Esse cidadão, que foi eleito um dos homens mais influentes do Brasil, agora em 2011, pela revista Época, quero deixar aqui registrado, se fez justiça com alguém que não faz política, mas faz programas de desenvolvimento, alguém que pensa no futuro do País, alguém que é responsável pelas coisas que acontecem no dia a dia no nosso Estado e no nosso País.

Quero deixar registrado aqui no Senado Federal meus cumprimentos ao Eraí Maggi Scheffer e toda a sua família, todo o seu grupo, o Grupo Bom Futuro, que conta com mais de quatro mil funcionários Brasil afora, que são um exemplo daquilo que deve ser feito na agricultura e nos negócios do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela troca, para podermos falar aqui agora.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR BLAIRO MAGGI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do Art. 210, Inciso I, § 2º do Regimento Interno.

Eraí Maggi Scheffer

O pé no chão levou o roceiro paranaense
ao trono de rei da soja

O otimismo do governo sobre as consequências da crise econômica mundial sobre o Brasil parece especialmente fora de lugar porque, de Brasília, não costuma sair nada de bom com relação a nosso mundo rural. É possível que o Brasil venha a sofrer menos com a crise, mas em grande parte será graças ao sucesso do agronegócio brasileiro, que representa 40% do PIB nacional e é invejado no mundo. Eraí Maggi Scheffer representa como ninguém nossa nova agricultura, tecnológica, planejada, moderna. O percurso de Eraí é notável desde que começou garoto de pé no chão na rocinha do pai no Paraná – o menino não ia para a escola antes de tirar leite, não ia dormir antes de alimentar os porcos – até chegar a maior produtor de soja e de algodão do país. Com sabedoria genuína: um passo depois do outro, empréstimos pagos com produção, reinvestimento contínuo dos resultados. Os feitos de Eraí são ainda mais notáveis porque ainda existem em nosso país preconceitos contra o lucro e contra os que produzem no campo, estímulo à baderna do MST e ainda um cipoal de regras legais e burocráticas que ameaçam diariamente a vida de quem investe e trabalha duro no campo.

Revista Época – 12 de dezembro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabeno-o pelo pronunciamento. Também mando um abraço ao Eraí. Acho que se fez uma grande justiça a um grande brasileiro, Senador Blairo Maggi.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Gostaria de pedir para falar pela Liderança no momento oportuno. Queria pedir a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será inscrito.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que mais uma vez ocupo esta tribuna. Desta vez, é para fazer um agradecimento especial a toda a família. Quando falo família, são a diretoria e os funcionários do Banco da Amazônia, o conhecido Basa, especialmente na gestão do Presidente Abadia José de Souza Júnior, também do Superintendente Regional Wilson Evaristo, que foi superintendente por vários anos no Estado de Ron-

dônia, e também do Superintendente em Rondônia, Valdecir José de Souza.

Na época em que eu era Governador, até o ano passado, várias vezes encaminhei documento para o Ministério da Fazenda, para o Ministério do Planejamento e para o Basa, para termos agência de fomento em várias cidades-polo no Estado de Rondônia. Graças a Deus, as nossas solicitações foram atendidas, tanto na Ponta do Abunã, Extrema, como também na cidade de Jaru, que é a maior bacia leiteira do Estado de Rondônia.

Há poucos dias também houve a inauguração da agência de fomento do Banco Basa na cidade de Pimenta Bueno, que é o polo de confecções, é o polo de cerâmica e é a cidade onde se fabricam as bicicletas Cairu. Foram homenageados nesta Casa tanto o Eugênio quanto o Flávio.

Na última segunda-feira, tivemos a alegria de ter o Banco Basa também na cidade de São Miguel do Guaporé, no Vale do Guaporé. Ao mesmo tempo, essas agências vêm ao encontro para poderem atender especialmente os nossos pequenos produtores rurais, aqueles que tinham de se deslocar das cidades de Jaru, Jorge Teixeira, Theobroma, Vale do Anari, Mirante da Serra, Nova União para a cidade de Ji-Paraná ou para a cidade de Ariquemes.

E muitos desses nossos agricultores, comerciantes e empresários sequer tinham acesso ao crédito a juros subsidiados. Agora, Jaru tem agência. Então, estamos de parabéns.

Não é diferente com Pimenta Bueno, de onde as pessoas tinham de se deslocar para a cidade de Cacoal. Não é diferente da Ponta do Abunã, de Extrema, de onde os agricultores, produtores e comerciantes tinham de se deslocar 360 quilômetros, passando por uma balsa na rodovia que interliga Porto Velho ao Acre e a Rio Branco, para vir a Porto Velho, gastando mais de cinco, seis horas de viagem, para ter acesso ao crédito, para ter acesso a juros subsidiados.

Da mesma maneira, todos os Municípios da BR-429. Tanto de Costa Marques como de São Francisco, de Seringueira, de São Miguel e de Brasilândia, as pessoas se deslocavam para cidade de Rolim de Moura para serem atendidas com crédito a juros baixos, para fomentar indústria, agricultura e o comércio.

Graças a Deus, São Miguel do Guaporé, a cidade do nosso Prefeito Ângelo Pastório, recebeu, na última segunda-feira, uma agência. Desta vez, uma agência de fomento do Basa, para incentivar ainda mais aquela região.

Mas quero aqui, além de parabenizar o presidente e o supervisor-geral Wilson Evaristo, parabenizo também o superintendente de Rondônia e solicito mais

agências do Basa. Nós precisamos também urgentemente de uma agência do Basa na grande região de Ouro Preto, uma região rica, uma região que tem uma agricultura forte, que tem uma cafeicultura forte e que tem também uma bacia leiteira muito forte. Não é diferente da região de Presidente Médici, próximo à cidade de Ji-Paraná, onde a produção é muito grande, assim como de São Francisco do Guaporé, que praticamente margeia o rio São Miguel; o rio Guaporé na divisa com a Bolívia, cujos produtores têm de se deslocar em torno de 150 quilômetros de Costa Marques para poderem ter acesso, ainda hoje, na cidade de São Miguel.

Então, essa é a nossa busca, essa é a nossa reivindicação. É a busca no dia a dia para fortalecermos ainda mais o setor produtivo do nosso Brasil, especialmente da região amazônica.

Mas, além disso tudo, Sr. Presidente, quero dizer que a nossa Bancada de Rondônia, unida e integrada, trabalhou e esteve na Casa Civil, com a Ministra Gleisi Hoffmann, entregando solicitações para que sejam liberadas emendas de bancada, especialmente para fomentar o Estado de Rondônia.

Muitos dos que estão nos vendo em Rondônia podem até estranhar: "Mas o Senador Cassol é um Senador de oposição ao Governo do Estado!" Eu sou oposição politicamente, mas administrativamente eu sou a favor do desenvolvimento e do progresso do nosso Estado.

Nós não podemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, perder nenhum tostão. Nós temos de angariar todos os recursos possíveis para fortalecer o Estado. Assim trabalhamos para fazer a reforma e a ampliação do aeroporto de Ji-Paraná. Não foi diferente com um pedido da associação dos Municípios do Estado de Rondônia para comprar máquinas e equipamentos, mas, ao mesmo tempo, nós ficamos tristes.

Eu fico triste, porque nós fomos beneficiados com uma emenda do anel viário, em 2009, na cidade de Ji-Paraná, quando o Estado de Rondônia estava sob o meu comando como Governador. O Ministério dos Transportes nos autorizou a fazer o projeto. Nós fizemos o projeto do asfaltamento do anel viário para tirar o trânsito pesado do centro da cidade de Ji-Paraná. Fizemos o projeto. Os recursos estavam empenhados no Ministério dos Transportes: R\$12 milhões. Doze milhões: um empenho de dez e outro de dois. Infelizmente, a gestão da nova Rondônia, do Governo do Estado, perdeu o dinheiro por não ter equipe, não ter pessoas comprometidas.

Aí, eu até fico, em momento de reflexão no final de ano, pensativo e analisando quando, muitas vezes, a gente ouve. A gente analisou um projeto, nesta se-

mana, de empréstimo. Mas para que pegar dinheiro emprestado se a equipe nem competência tem para garantir os recursos que já estão assegurados, recursos colocados pelo Governo Federal?

A ponte o Governo do Estado fez, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nós fizemos a ponte. Investimos em torno de R\$20 milhões na ponte do anel viário de Ji-Paraná, com recursos próprios, ponte que foi inaugurada no ano passado. Mas, infelizmente, não tiveram competência sequer para fazer o aterro. Por que não pegaram esses R\$12 milhões e fizeram o aterro? Não fizeram pelo menos o cascalhamento, para poder tirar o trânsito pesado?

Infelizmente, perderam R\$12 milhões, R\$12 milhões, gente! Para muitos, parece pouco, mas para quem sabe administrar, para quem sabe fazer, é muito dinheiro.

O anel viário de Ji-Paraná... Especialmente as nossas lideranças, vereadores e presidente da Câmara de Ji-Paraná, a sociedade, comerciantes, empresários, motoristas, proprietários de caminhões, quem não gostaria que fossem utilizados esses R\$12 milhões para se fazer o aterro da ponte do rio Machado? Para se fazer o cascalhamento dos dez quilômetros que interligam esse anel viário, da entrada de Ji-Paraná, à esquerda, até a saída de Ji-Paraná para Porto Velho?

Infelizmente, por falta de equipe, por falta de gestão, perderam os recursos.

É difícil para nós, aqui, batermos de porta em porta nos ministérios, diuturnamente, para liberar algumas migalhas de reais. E é mais triste ainda vermos que, quando o dinheiro está para chegar ao Estado, por falta de licitação, por falta de contratar obras, perdem-se os recursos. E quantas empresas paradas! Quantas empresas do nosso Estado paradas porque não têm recursos, paradas porque há obras, infelizmente, precisando ser concluídas, e não há dinheiro. Quando se tem dinheiro, não foram contratadas.

Vão dizer: "Culpado é o Cassol, que saiu". Não! Eu preparei o projeto, estava pronto para ir para a licitação. Não fizeram. Mas esse cargo não me cabe mais.

Mas cabe-me aqui, desta tribuna, dizer que perdemos. Sr. Presidente, R\$12 milhões do anel viário de Ji-Paraná. Foram embora, foram cancelados; esses não voltam mais. A Ministra Miriam, do Planejamento, disse-nos, hoje: "Não tem como recuperar; não tem como recuperar". A bancada até que tentou, unida, fazer isso, mas perdemos.

Então, infelizmente, vou para casa, neste fim de semana, triste, porque Rondônia não pode desperdiçar R\$12 milhões da maneira como foram desperdiçados.

Agradeço a oportunidade, deixo o meu abraço, e quero, aqui, dizer aos prefeitos e ao Governo do Esta-

do: trabalhem para não perderem recursos, porque o trabalho do parlamentar aqui é diuturno para conseguir essas verbas e, se os perder, quem perde é o povo, e quem sai no prejuízo é a população do nosso Estado, e a população da cidade de Ji-Paraná perdeu o anel viário porque a ponte está pronta, mas não fizeram o aterro. Portanto não há como passar e utilizar esse desvio, esse anel viário.

Meu abraço.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney.Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Na forma do acordo formado pelos Líderes na Casa, as matérias constantes da Ordem do Dia de hoje não serão sujeitas à deliberação e continuarão na pauta da próxima semana.

Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney.Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar que há acordo das lideranças também para que amanhã nós tenhamos a Ordem do Dia, e que o primeiro item seja a discussão da DRU. Eu queria apenas reforçar isso e, em seguida, se encerra. Há apenas um item. É consensual.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney.Bloco/PMDB – AP) – A Mesa assim providenciará, na forma já acordada entre os Líderes.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2011 (nº 227/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de De-

pendentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.

Parecer favorável, sob nº 1.379, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Gim Argello.

2

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

3

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

4

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

5

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de STEVEN PAUL

JOBS, co-fundador, presidente e, até agosto de 2011, diretor executivo da Companhia Apple, ocorrido no dia 05 de outubro de 2011, na cidade de Palo Alto, Califórnia, Estados Unidos da América.

Parecer favorável, sob nº 1.399, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Sérgio Souza.

6

REQUERIMENTO Nº 1.422, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.422, de 2011, da Senadora Ana Rita, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (proíbe visitas íntimas aos presos por crime organizado).

7

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007, 169, de 2008, e 494, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (destinação e descarte de embalagens e resíduos).

8

REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (sociedades cooperativas).

9

REQUERIMENTO Nº 1.432, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.432, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*).

10**REQUERIMENTO Nº 1.438, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.438, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inserir no manual automotivo referência das principais peças que compõem o veículo).

11**REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva).

12**REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.440, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva).

13**REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.446, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro).

14**REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.453, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de sua autoria.

15**REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.454, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2006; e 635, de 2007-Complementares, por regularem matéria correlata (cobrança *de multa decorrente de inadimplência de obrigações do consumidor*).

16**REQUERIMENTO Nº 1.522, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.522, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).

17**REQUERIMENTO Nº 1.523, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.523, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; e 21, de 2011, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limitação de empenho e movimentação financeira no Orçamento da União).

18**REQUERIMENTO Nº 1.524, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.524, de 2011, do Senador Inácio Arruda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010 (*descontos nas tarifas de energia elétrica*).

19**REQUERIMENTO Nº 1.532, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1532, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney.Bloco/PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

Senador Cristovam Buarque, como Líder.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ao longo destes anos em que tenho estado aqui, eu creio que tenho passado a imagem de um Senador que se considera Senador da República. Eu não falo especificamente sobre Brasília, salvo em momentos especiais, por uma razão muito simples – Brasília é a capital de todos os brasileiros. Se não tivermos um bom Brasil, nós não teremos uma boa Brasília. Mas hoje eu não posso deixar de falar de Brasília, diante da situação que o Distrito Federal vem atravessando nos últimos, digamos, dois anos.

Nós tivemos denúncias em relação ao Governador Arruda. É preciso lembrar que o Partido Democratas imediatamente tomou posição. Eu, aqui desta tribuna, cheguei a sugerir ao Governador Arruda, com quem sempre tive boa relação pessoal, que ele deveria se licenciar enquanto aquelas denúncias eram apuradas, para proteger a imagem da nossa cidade, porque, quando um governador está sob suspeita, a cidade também está.

O Governador Agnelo foi eleito e eu fiz uma força muito grande por essa eleição. Sinto-me responsável por essa eleição, com uma tarefa acima de todas as outras: recuperar a autoestima da população brasiliense e o respeito de Brasília no cenário nacional. Até porque a nossa imagem era a imagem de pioneiros que do nada fizeram a metrópole que hoje é o Distrito Federal. Pioneiros também em políticas sociais que daqui do Distrito Federal se espalharam por todo o Brasil e até ao exterior. Essa visão de pioneiros tem sido abalada diante de suspeitas sobre a gestão feita pelos governadores que nós elegemos.

O Governador Agnelo não pode, não tem o direito, pela importância dele, de continuar deixando as suspeitas que existem sobre ele sem uma resposta clara, nítida, dizendo “tudo isso é falso”. E não é o que a gente tem visto. O que a gente tem visto é uma posição de que já entrou na Justiça contra os caluniadores, de que não deve nada, de que a palavra do governador vale mais do que a dos outros. E não está bastando! Essa posição está constrengendo a cidade, envergonhando a cidade.

Nós precisamos apurar. Não estou aqui jogando nenhuma ideia de que as suspeitas são a verdade. Não são, ainda, mas poderão vir a ser. E esse “poderão vir a ser” traz uma suspeita sobre toda a cidade. Nós não podemos continuar sem que o Governador mostre que essas denúncias são calúnias. E, since-

ramente, eu torço para que isso aconteça, até porque eu não só votei nele; eu fiz campanha; eu pedi voto; eu disse que ele ia resgatar a nossa autoestima e a nossa credibilidade. Mas não é só ele que tem que fazer algo. É preciso que nós todos que participamos do processo eleitoral, que amamos esta cidade, que estamos envergonhados com o que pesa por causa de suspeitas tomemos posição, tomemos posição de cobrar a apuração de tudo. Aqueles que sabem e têm informações de que tudo isso é falso que digam que é falso. E aqueles que têm informação de que isso é verdade têm que dizer que isso é verdade.

Nossos jovens de Brasília foram para as ruas pedir a cassação do Governador Arruda. Esses jovens não podem ficar encabulados agora, escondidos. Eles têm que ir para a rua, defender o Governador Agnelo ou denunciar o Governador Agnelo e pedir que ele seja tratado como foi o Governador Arruda. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. E hoje nós estamos tendo essa posição de incômodo sem afirmação.

Lembro que eu propus que o Governador Arruda – sugeri aqui para ele – deveria se licenciar por 30 dias enquanto tudo aquilo que era denunciado fosse apurado. Repito aqui para o Governador Agnelo o que sugeri ao Governador Arruda naquele momento. O Governador Agnelo precisa que um grupo de personalidades muito respeitadas, onde esteja gente do Ministério Público, onde haja pessoas da imprensa, pessoas sem partido, de preferência, ele tem que abrir o seu coração para essas pessoas. Ele tem que abrir suas contas para essas pessoas. Ele tem que abrir sua vida para essas pessoas. E, ao abrir sua vida, ele deve esperar que as pessoas analisem e, no final, digam: “Governador, o senhor está sendo injustiçado com calúnias” ou “Governador, nós temos informações que permitem dizer que isso tudo é verdade e que, diante disso, o senhor não pode continuar Governador sob o risco de continuar afundando a autoestima do povo de Brasília e a credibilidade do povo de Brasília fora daqui.

Eu quero dizer – antes de dar apartes –, Senador Moka, nosso Presidente, que faço isso com certa tristeza, porque me empenhei muito. Eu diria que talvez ninguém se tenha empenhado tanto na eleição do Governador Agnelo quanto eu próprio.

Eu, depois de eleito no primeiro turno, suspendi todos os meus compromissos locais, nacionais, internacionais, familiares e me dediquei, das oito da manhã até a hora que fosse, pela eleição do Governador Agnelo.

Não estou aqui, ainda – ainda –, pedindo desculpas ao povo do Distrito Federal. Estou pedindo um pouco de desculpas ao povo brasileiro, porque para a Capital da República, pela qual sou um dos responsáveis – não estou fugindo disso –, para a nossa cidade,

nós não estamos conseguindo garantir o respeito lá fora, nem conseguindo manter a autoestima aqui dentro.

Não estou ainda pedindo desculpas aqui dentro, porque ainda tenho esperança de que essas coisas que são faladas sejam falsas, uma injustiça com o Governador. Mas digo que essa esperança diminui a cada dia; que, a cada dia, a esperança se transforma em dúvida e que a dúvida se transforma automaticamente na ideia de que tudo isso pode ser verdade.

E, quando tudo isso parecer verdade – vejamos bem –, quando tudo isso parecer verdade, creio que Brasília tem de tomar uma posição.

Neste momento, a posição tem de ser do próprio Governador: a de abrir tudo. Não pode apenas dizer que é falso: tem de mostrar que é falso, como todos nós desejamos que ele consiga mostrar. E tem de mostrar, recebendo de alguém de credibilidade acima de qualquer suspeita o aval de que, de fato, isso é uma injustiça, de que isso é calúnia, de que não é nem mesmo a suspeita que deixaria de ser, quando se mostrasse que fora calúnia.

Isso só faz sentido, se esse grupo, seja o Ministério Público, seja o que for, ou um grupo até independente de personalidades respeitadas nesta cidade, trabalhar em um momento em que o Governador esteja sob licença.

Que ele deixe o Governo por um período, que seja por um mês, enquanto tudo isso é apurado. E não apurado só do ponto de vista legal, porque, do ponto de vista legal, isso vai levar meses, talvez anos.

Nós não podemos resistir meses, nós não podemos resistir anos com a cidade inteira sob suspeita, porque cada um que votou no Governador, como eu, está também sob suspeita, porque todos têm o direito de perguntar por que é que nós votamos em alguém que começa a ser alvo de tantas suspeitas.

É um apelo que eu faço ao Governador: encontre uma forma de termos um grupo, uma comissão, um conjunto de personalidades, e coloque sua vida nas mãos dessas pessoas, não sua vida do ponto de vista biológico, mas sua vida histórica, sua biografia, seus dados, suas contas. Abra tudo e espere o que vai ser dito, de tal maneira que a imprensa fique sem argumentos para continuar levantando dúvidas, já que as dúvidas seriam sanadas. Hoje elas estão pesando muito sobre cada um de nós que mora nesta cidade, sobre cada um de nós que é eleitor na cidade, especialmente – falo por mim, mas acredito que os outros também pensam assim – sobre cada um de nós que tem obrigação de ser líder nesta cidade, nós que fomos eleitos para Deputado Distrital, para Deputado Federal ou para Senador.

Era o que tinha a dizer, mas vejo que há dois pedidos de aparte. Quero ouvir esses dois Senadores.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a faz um pronunciamento sereno, é o pronunciamento de alguém que tem experiência administrativa e de alguém que, há muito tempo, está na vida pública e já está habituado com o fogo que envolve qualquer personalidade política. V. Ex^a dá um conselho sábio ao Governador Agnelo. Nós tivemos no DEM – V. Ex^a bem lembrou – o caso do ex-governador, e nós tivemos, dentro do partido, de tomar uma providência, e uma providência dura. Talvez essa providência tenha até levado ao esfacelamento do partido e gerado o núcleo de outro partido, mas nós tivemos de fazer essa atuação. Agora, não se compreende – e ressalvo a palavra ativa de V. Ex^a neste instante – como aqueles que estiveram ao lado do Governador e diante de uma série de, no mínimo, imprudências, mas que indicam também outras atividades, atos que podem até redundar em crimes, como é que essas pessoas se omitem, agem como se nada tivesse acontecido e como se a culpa fosse única e exclusivamente da imprensa? Ou que fosse da imprensa, porque todo mundo diz que a culpa é da imprensa. Ora, não é possível! Será que toda a imprensa, todos os segmentos, todos os setores estão contra o Governador Agnelo? Então, evidentemente, ele tem explicações a dar. E não adianta ficar adjetivando a pessoa: “Ah, isso é um bandido!”. Quando o João Dias, lá atrás, atacava o Orlando Silva e o protegia, era gente boa. “Não, esse aí, realmente eu conheci...” Chamava até de chefe. E agora, quando ele se tornou algoz, virou bandido. Então, não dá! V. Ex^a apresenta uma solução sensata. V. Ex^a é um homem que goza da confiança dos brasilienses, já foi governador, é Senador, tem uma história pública imaculada. Então, V. Ex^a é um desses homens que poderia fazer parte desse grupo em que o Governador confiasse. E ele poderia dizer: “olha, olha aqui minhas contas”. É claro que ele vai ter que abrir as contas para o Ministério Público. É claro que é vai ter que abrir as contas para outras instituições. Homens como V. Ex^a estiveram ao lado dele, e eventualmente a gente pode estar ao lado de qualquer um. Aliança política, com o tamanho que é o Brasil, é igual fotografia: existe fotografia nossa com as pessoas mais santas e com gente que, infelizmente, se acerca de nós e é desqualificado. Agora, bom discurso de V. Ex^a, boa palavra, aumenta a esperança nossa de que isso possa ir adiante. E a cobrança que V. Ex^a faz àqueles que apoiaram o Governador; muitos, talvez a grande maioria, são homens de bem, mulheres de bem, e não têm que se acovardar. O movimento social, os estudantes não podem se manifestar só quando alguém que não

é do lado deles não cumpriu devidamente o seu dever. É qualquer um. Ou senão não é movimento social, não é indignação. Não podemos ter uma indignação parcial. Se fulano cometeu um crime, eu vou para cima dele, mas se outro que é do meu lado cometeu o mesmo crime, eu vou ficar quieto. Então, não dá! Parabéns a V. Ex^a! É um discurso de altíssimo nível. Quero crer que, se os homens de Brasília seguirem o que V. Ex^a acabou de dizer, nós poderemos ter uma boa solução para este caso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, agradeço.

Antes de passar a palavra ao Senador Cassol, com muito prazer, quero lhe dizer que, primeiro, não posso fazer parte desse grupo porque eu o apoiei. E aí qualquer opinião minha levantará suspeita a favor. Segundo, porque não entrei no Governo. E aí pode ser a suspeita ao contrário.

Tem que ser pessoa, inclusive, sem partido. Talvez sem ser político na atividade.

Mas o senhor lembrou uma coisa que eu quero tocar aqui, Senador Pimentel: o PT tem um patrimônio neste País graças ao Lula, mas tem um patrimônio na cidade. O PT foi governo aqui e, durante quatro anos, não houve uma suspeita de nada errado. Ao contrário, durante quatro anos, o Governo do PT aqui serviu de exemplo para muitas cidades, para muitos estados e até para o Brasil inteiro, com políticas sociais que foram feitas aqui. Eu temo e me incomodaria muito de ver esse patrimônio do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal ser apequenado, por não está tomando uma posição de eliminação das suspeitas.

Vejam bem: não estou defendendo que façam acusações, mas que se eliminem as suspeitas. Em nome, primeiro, do Distrito Federal é que falo aqui, mas é uma preocupação também com esse patrimônio que eu ajudei a construir aqui, que o Partido dos Trabalhadores ainda tem, mas que pode perder de um dia para o outro, porque nunca percebemos o que vai acontecendo de apequenar-se aos pouquinhos, mas é de repente que se descobre que talvez não tenha mais jeito.

Quero dizer aqui que o meu partido, o PDT, recentemente passou por um problema como esse, e eu, o Senador Taques e mais alguns recomendamos ao Ministro Lupi que fizesse isto que eu estou recomendando ao Governador Agnelo: que ele saísse naquele primeiro momento das suspeitas e dissesse à Presidenta: “Apure tudo; se depois a Senhora quiser, eu volto; se não quiser, eu não volto”.

No caso dele, ele não podia pedir licença, mas, no caso do Governador, ele pode pedir licença, não precisa renunciar – como o ministro precisa.

Agradeço ao Senador Demóstenes e passo a palavra ao Senador Cassol.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Cristovam. Aproveito as suas palavras para reforçar. Nasci no Estado de Santa Catarina, mas me criei no Estado de Rondônia. Fui governador e prefeito durante dois mandatos. Todo mundo sabe que, na nossa capital federal, o governador também exerce o papel de prefeito. Todo o trabalho aqui, de embelezamento, de manutenção, é de responsabilidade dele. E a nossa capital federal, infelizmente, está desleixada, está abandonada, até parece que não tem governante. Atrás do Banco Central, por exemplo, se facilitar, dá para cercar e colocar até criação de gado, de tão alto que o capim está. E não é só lá, é nos quatros cantos. Os asfaltos que se veem nas principais rodovias aqui dentro estão cheios de buracos. O senhor foi governador, está aqui o Blairo Maggi, que foi governador do Mato Grosso, e, infelizmente, vejo com tristeza, pois é a nossa capital federal, é o nosso espelho mundial, não é só o espelho nacional. Todos os prefeitos, todos os vereadores que se deslocam de outras cidades vêm para cá e a dificuldade que têm. E, quando chove, como choveu ontem, como choveu hoje, anteontem também, a gente vem pelas avenidas e, quando a gente menos espera, está de ponta-cabeça num buraco, arrebentando o carro por baixo, porque até nisso está faltando competência. Por mais que tenha denúncia de um lado, tem que apurar, tem que se afastar, não pode deixar do jeito que está. Mas a gestão não pode parar por conta disso. Mas ela já estava parada antes das denúncias. Então, está na hora de toda a equipe, não só do Governador, mas de toda a equipe tirar o pé do chão e cuidar bem da nossa capital federal, porque está uma vergonha, e eu falo como um gestor público que fui, hoje estou aqui no Senado, mas é o nosso espelho nacional. Parabéns pela sua iniciativa, o senhor que apoiou o Governador atual, e, ao mesmo tempo, o senhor está repetindo o que o senhor fez com o seu colega Ministro, há poucos dias atrás – e não é diferente aqui –, para poder dar condições de todo mundo poder apurar, como os democratas fizeram aqui e em outros lugares também, da mesma maneira fizemos também com o PP. Um abraço. Obrigado e boa sorte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Cassol. De fato, quando a gente passa por um cargo como esse, prefeito, a gente nunca mais olha para as cidades do mesmo jeito. A gente olha vendo problemas que os outros não veem. É como um músico: ele ouve a música diferente de nós, que somos apenas aficionados.

Mas eu nem quero entrar nesse detalhe da gestão do funcionamento ou não dos serviços locais. Quero

me concentrar nesse lado da autoestima. Embora sujeira numa cidade também tire autoestima, cidade sem saúde funcionar também tira autoestima, eu quero ficar no outro lado. No lado dessas suspeitas que estão pesando sobre todos nós, do Distrito Federal. Quando pesa sobre o Governador, pesa sobre todos nós.

E, tomando um pouco o Senador Demóstenes, de fato, na eleição, a gente se aproxima até por razões outras. No caso do Agnelo, não: era mais do que natural que eu estivesse junto, porque é o lado que eu sempre estive; e, do outro lado, estava o outro lado. Então, era natural. Mas, sinceramente, eu não sei se estaria se eu soubesse que pesavam tantas suspeitas, porque a única vez que apareceu algo disso foi desfeito no programa eleitoral. Quem acusou apareceu, dizendo que não tinha dito aquilo. Então, tem uma tranquilidade. Mas agora não está dando mais, não está mais podendo continuar dessa maneira. As suspeitas têm que desaparecer, ou mostrando “são calúnias”, ou mostrando “são verdadeiras”.

Senador Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Cristovam, quero parabenizá-lo pela coragem e honestidade, porque V. Ex^a apoiou o atual Governador. Existe um ditado que diz: “Quem pariu Mateus que embale Mateus”. V. Ex^a, eu perguntei, um tempo atrás, sobre o apoio ao Governador. V. Ex^a disse que foi o último a entregá-lo num táxi. Essa foi a expressão depois da campanha.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu fechei a porta do carro dele no último ato da campanha, no 1º turno. E fiz o mesmo no último ato, no 2º turno.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Imagine a responsabilidade de V. Ex^a, que ajudou nessa campanha. Então, V. Ex^a vem aqui com responsabilidade, buscando a apuração desses fatos, sem prejudicar quem quer que seja. Mas tem que ser apurado. Precisamos entender que o tempo não é absoluto. Desde Einstein, o tempo é relativo. O tempo estático é diferente do tempo dinâmico. O tempo do Ministério Público é diferente do tempo político. O tempo político é mais rápido do que o tempo do Ministério Público, que leva em conta prazos processuais que são terríveis, sem contar as chicanas jurídicas. Eu quero parabenizá-lo por esse discurso sério, honesto e, sobretudo, corajoso. Agora, algumas pessoas falam: “Esta testemunha aqui não tem moral para falar, porque tem um passado não recomendável”. Eu pergunto: Será que, nesse tipo de atividade, nós teremos testemunhas como Dom Eugênio Sales, por exemplo, ou Dom Paulo Evaristo Arns? É lógico que não! Nós não teremos testemunhas assim. As testemunhas serão desse tipo mesmo. E existe ju-

risprudência consolidada, dizendo que não interessa quem seja a testemunha, ou a qualidade da testemunha; o que interessa são os fatos por ela revelados. Parabéns pela coragem do seu discurso. V. Ex^a ajudou na campanha, mas não tem responsabilidade sobre esses fatos, até porque não participa desse Governo. Eu quero cumprimentá-lo pela honestidade e pela coragem desse discurso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Taques.

Eu quero concluir, dizendo que esse é talvez um dos discursos que faço com mais tristeza, porque é reconhecimento de uma falha minha também, no processo político, não eleitoral. Naquele momento, tinha de ter sido assim o apoio ao Governador Agnelo, não tenho dúvida. Mas falo porque não fui capaz de encontrar algo que hoje estivesse acima de qualquer suspeita.

Então, como líder da cidade, não como político apenas, mas como uma das pessoas que tem responsabilidade sobre a cidade...

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Faltou a boa e velha bola de cristal, que V. Ex^a não tinha obrigação de ter, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade. É verdade. Mas, de qualquer maneira, é com tristeza que falo de não ter tido a perspicácia, a percepção ou a bola de cristal. Não acho nem que seja algo de coragem, Senador Taques, porque é uma necessidade tão grande que tenho de dizer isso que, quando a gente faz por absoluta necessidade, nem coragem é.

É por necessidade que faço este discurso e este apelo também ao nosso Governador, porque o é ainda, e espero que elimine toda suspeita e fique até o último dia de seu Governo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para fazer um pleito a V. Ex^a. Há um entendimento entre os líderes presentes para mantermos o painel até segunda-feira. Vamos ter sessões ordinárias na sexta-feira e na segunda-feira, e há um pleito para que se mantenha o painel. Então, gostaria de solicitar isso a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência consulta as lideranças presentes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Não, não há problema, porque o único item da pauta é a DRU e, assim mesmo, para discussão. A votação se dará na terça-feira.

Da nossa parte, não tem problema.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da nossa parte também não tem problema.

Eu queria aproveitar para registrar que a Comissão Mista do Orçamento, coordenada pelo nosso Presidente, o Senador Vital do Rêgo, fez um acordo também com todas as lideranças. E já foi comunicado ao Presidente do Congresso Nacional que a pauta da sessão do Congresso na terça-feira, às 10 horas da manhã, é a mesma pauta que estava prevista para hoje. Por isso, os trabalhos também estão suspensos, voltando na terça-feira, dia 20, às 10 horas da manhã. E queremos nessa terça-feira, dia 20, votar o PPA por acordo, demonstrando a capacidade que tem o Congresso Nacional de dialogar sobre os vários problemas e tendo na sua liderança o nosso Presidente Sarney e, acima de tudo, o nosso Senador Vital do Rêgo, que conduz muito bem a Comissão Mista de Orçamento. E o nosso Presidente desta sessão, o Senador Moka, também já presidiu muito bem aqueles trabalhos da Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência, então, quer registrar o acordo feito aqui no plenário, na presença das lideranças, e recomendar que o painel, a presença seja mantida daqui até a próxima segunda-feira.

É esse o entendimento que V. Ex^{as} propõem. A Presidência está entendendo assim e determina à Secretaria da Casa que mantenha, então, essa decisão de Plenário.

Com a palavra, pela Liderança do PT, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero trazer a esta Casa um importante debate que, hoje, fizemos na Comissão de Direitos Humanos, coordenada pela Senadora Lídice da Mata, em que tratamos da classificação indicativa, que é objeto de uma apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF). O STF deve julgar se é ou não inconstitucional a fixação dos horários. Do que se trata?

No Brasil, na nossa Constituição, há a mais ampla defesa do princípio democrático, das liberdades,

e, em vários artigos, é incluída a proteção à criança. E eu diria que o ponto principal hoje regulamentado é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Essa área da classificação é dividida em idades, ou seja, na avaliação da exposição pública de peças de teatro e de cinema e também na apresentação em rádio e em televisão, há sempre um cuidado com a proteção à criança, especialmente, e ao adolescente. Essa classificação é colocada por idade: existem programações que são classificadas como livres; outras recebem classificação para menores de 10 anos, de 12 anos, de 14 anos, de 16 anos e de 18 anos.

A nossa Constituição, quando trata da liberdade, quando trata de todos os aspectos em relação à imprensa, coloca uma liberdade relacionada à política e à ideologia e, no mesmo artigo, faz questão, em seus parágrafos, de dizer que, no Brasil, haverá regras em relação à proteção da ética, dos preceitos da família e da criança. Além do art. 221, vários artigos tratam desses temas.

Quando um filme ou uma peça de teatro, por exemplo, não são recomendados para menores de 12 anos, há uma fixação de horário, que leva em conta a proteção à família e que também se soma aos pais na defesa da criança ou do adolescente. Quando essa indicação de idade é de 12 anos, o filme não pode ser exibido em caráter público – nem se pode permitir o acesso, quando é o caso do cinema ou do teatro – até as 20 horas, somente pode ser exibido a partir das 20 horas. Quando a classificação feita para um filme ou para uma peça é de 14 anos, é recomendada a exibição a partir das 21 horas; quando a classificação é de 16 anos, a exibição é recomendada a partir das 22 horas; quando a classificação é de 18 anos, a exibição se dá a partir das 23 horas.

Ora, sobre os canais fechados há um controle; para esses, consegue-se fazer uma senha, um código. Mas estamos falando de canal aberto. Acredito que o Brasil amadureceu muito. Houve um amplo debate para podermos chegar a esses termos, com a realização de assembleias. Eu me lembro de toda essa discussão que travamos no Brasil inteiro. Havia os que diziam que aquilo era a volta da censura; outros diziam que estavam escandalizados com novelas, com determinadas cenas de sexo, de violência, de drogas. A grande proteção – e isto está claro no Estatuto da Criança e do Adolescente e na nossa legislação – é a relativa ao menor, exatamente por essa precocidade em relação ao sexo, à violência e à droga. Ou seja, mesmo com todo o respeito que todos temos pelo setor artístico, não podemos permitir uma indução, uma formação, uma preparação que altere a vida e a saúde mental de crianças e de adolescentes.

Esse é o conceito brasileiro. Aliás, é um conceito comum em diversas áreas. Ou seja, no Brasil, 18 anos é a idade base. Consideramos que as pessoas nessa idade estão aptas a tomar suas próprias decisões. Aliás, em alguns casos, tomamos por base os 21 anos de idade.

Então, começou esse julgamento. Aqui, cito mais claramente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2.404, que foi movida pelo Partido Trabalhista Brasileiro e que visa à inconstitucionalidade do art. 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a Lei nº 8.069, de julho de 1990, que completa 12 anos. É dito o seguinte: "Fica proibido transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de classificação".

Vejam que o aviso de classificação relacionado à idade se mantém livre, ou se diz que o programa não é recomendado para menor de 14 anos, de 16 anos ou de 18 anos. Mas a divergência de quem defende essa ação é relativa ao horário, pois se compreende que não poderia ali ser fixado o horário. Isso tem como argumento principal a defesa da Constituição, alegando que, ali, não há qualquer proibição. Mas veja que a própria Constituição diz que a liberdade está vinculada aos preceitos constitucionais e à legislação em vigor. Compreendo que, quando buscamos nos diversos outros artigos que dizem respeito à proteção da ética, da decência, da família, da criança e do adolescente, como direitos, deveres e obrigações mesmo da família, do Estado e da sociedade, vemos que ali é colocada, então, a necessidade de o Congresso Nacional fazer uma regra. E repito: foi assim que foi feito.

Então, Senador Jayme Campos, o fato é que faço daqui um apelo. Creio que o arcabouço que existe no Brasil nos permite ficar tranquilos, sem qualquer problema. Qual será o interesse de alterar algo que está maturado na sociedade? Acho que, a partir daí, houve um conjunto de regras, em que avançamos. Então, qual é o sentido dessa alteração? Não podemos acreditar que prevaleçam interesses comerciais, interesses de venda desse ou daquele produto. E, muitas vezes, esses produtos são proibidos. Vou citar um exemplo, para compreendermos. A legislação proíbe a propaganda de produtos como o cigarro. Avalia-se se ali, em nome do artístico, há alguma apologia, algum incentivo ou motivação, e, a partir dali, na regra, há a necessidade de uma classificação que aponte uma idade em que a pessoa possa tomar sua decisão. No Brasil, a partir de 18 anos, a pessoa pode dirigir e tem de assumir os crimes que pratica. Enfim, de um lado, há liberdade, mas, do outro, há também responsabilidade.

Veja que, quando se trata da criança e do adolescente, são os pais que são os responsáveis.

Alguém pode dizer que o controle é do pai, que tem de controlar para que o menino não assista à televisão, o pai que tem de controlar se ele vai ao cinema. É claro que a responsabilidade é comum, é da sociedade, é da família, mas é também do Estado. É assim que o Estado, em nome da família, em nome da sociedade, fez esse conjunto de regras.

Repito: o que se faz aqui, na minha visão, não é censura, é a defesa de quem é indefeso. Tão indefeso é que, quando um menor, uma criança, enfim, pratica algum crime, quem responde por ele é o pai.

Então, quero aqui, nesta ocasião, fazer um apelo aos membros do Supremo. Já começamos a votação, e o que chama a atenção, o que nos desperta... O Ministro, parece-me, Marcelo Ribeiro pediu vista ao processo, e fazemos um apelo aos Ministros que já votaram e aos que ainda não votaram, no sentido de que, ao fazer essa votação, possamos colocar o Brasil em condição de dar proteção à criança e ao adolescente. Não podemos confundir liberdade, principalmente a liberdade de imprensa, que todos defendemos, quando há neste instante em causa a defesa do ser humano. Não podemos permitir que interesses comerciais, interesses grupais, interesses econômicos, quaisquer que sejam, estejam acima da vida. Cenas de violência, cenas de uso de drogas, enfim, cenas que ferem princípios necessários à ética, à decência que forem colocados de forma aberta para as crianças e os adolescentes podem criar uma sociedade deformada.

Quero fazer esse apelo e parabenizar a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, da Senadora Lídice e de todos os que hoje participaram. Tivemos a presença da Abert, que manifestou que não é de sua iniciativa essa ação, que defende a liberdade, mas compreende que há mesmo a necessidade da classificação dos títulos, da qualificação para o cinema, para o rádio, para a televisão, para todas as formas de espetáculos, principalmente aqueles em canal aberto e de caráter público.

Então, Sr. Presidente, era esse o ponto que eu queria trazer hoje ao conhecimento desta Casa. Acho que o Congresso Nacional precisa acompanhar esse fato com muita atenção. A nossa legislação é clara, os artigos que são citados hoje, na defesa, por exemplo, do Ministério da Justiça são perfeitamente bem concebidos, já estão em vigor e demonstram eficiência. Se isso é verdade, então, não há que se falar em uma nova alteração.

Espero que, além da indicação da idade, permanecemos com a indicação de tempo.

Quem viaja pelo Brasil deve, de vez em quando, encontrar pessoas que dizem: "Olha, é um absurdo,

muitas vezes, a cena – normalmente falam da novela –; há, lá, coisas escandalosas”.

Enfim, quando examinamos, na verdade aquele programa passa a partir de 21h ou de 22h. Aí, realmente, o pai precisa controlar, porque o que se percebe é que a família deve também ter participação.

A sociedade e o Estado não podem abrir mão da sua parte. Por essa razão, faço aqui a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente do art. 254, na forma como ele se encontra.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve, mas fiz questão de fazer este registro porque estamos com o coração mais leve, a partir da notícia de que o tumor que acomete o Presidente Lula, de acordo com o que foi analisado no Hospital Sírio-Libanês, regrediu mais de 75%, e os médicos descartaram qualquer necessidade de cirurgia. Isso, sem dúvida nenhuma, é um alívio muito grande não só para mim, pessoalmente, como amigo do Presidente, como Líder que fui dele nesta Casa, mas também para todo povo brasileiro. Independentemente de questões de simpatia partidária ou não, o Presidente Lula, hoje, está no coração de todos os brasileiros.

Sem dúvida nenhuma, essa matéria, essa informação, esse resultado do exame fez com que o Presidente Lula ficasse um pouco mais aliviado, mas o tratamento continua, porque estamos efetivamente acompanhando, torcendo, orando para que o Presidente Lula possa até março ficar curado dessa enfermidade, que possa voltar às suas atividades normais.

Então, sem dúvida nenhuma, esse é um momento de satisfação por esse resultado. Eu gostaria de externar a minha posição, a posição da Liderança do Governo. Falo em nome do povo de Roraima, que, sem dúvida nenhuma, ficou radiante com essa notícia.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Romero, também queria me juntar a V. Ex^a e trazer essa boa nova ao povo brasileiro, ao povo de Roraima e também ao povo do Piauí. Alegria-nos mais o fato

de que os médicos colocam que é definitiva a cura na parte onde já vem sendo anulado o tumor e ainda a perspectiva de se cumprir o que foi planejado. Ou seja, a equipe médica fez um plano de sessões – parece-me que essa foi a quinta sessão de quimioterapia...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Foi a terceira sessão.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Aliás, desculpe-me. Foi prevista uma série de cinco sessões, e essa é a terceira, E a avaliação do resultado, após a terceira, aponta esse resultado. Ao mesmo tempo, cumprimento o povo, que tem feito muitas orações. Eu tenho andado – e acho que no seu Estado deve acontecer também – e visto muitas pessoas dizendo que todos os dias, em suas orações, colocam lá o Presidente. Está aí o exemplo da Presidente Dilma, um exemplo de sucesso. Quero parabenizar a equipe médica brasileira. Permita-me também registrar a presença no plenário do nosso quase Senador Amaury Claudino, que, juntamente com o Sr. João, é suplente do nosso querido Senador Ciro Nogueira. Então, quero aqui registrar a presença dele, que tem um trabalho muito importante na defesa dos interesses do Piauí. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB –RR) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Quero, encerrando minhas palavras, registrar que o tratamento do Presidente Lula continua. A partir da outra etapa, haverá quimioterapia e, sem dúvida nenhuma, o Presidente será vitorioso, registrando, assim, a cura definitiva dessa enfermidade.

Quero agradecer a todo o povo brasileiro pelas orações. Efetivamente, todos nós estamos nessa corrente positiva em prol do Presidente Lula. O resultado está aí, mostrando que o Presidente Lula vai vencer essa enfermidade.

Solicito, Sr. Presidente, a transcrição da matéria “Tumor de Lula regride 75%, e médicos descartam cirurgia.”

Agradeço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tumor de Lula regride 75%, e médicos descartam cirurgia

Ex-presidente deve retomar atividades em março, prevê equipe médica

Lula terminou ontem quimioterapia e agora fará radioterapia para tentar eliminar de vez o câncer na laringe

DANIEL RONCAGLIA
DE SÃO PAULO

O tumor na laringe do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma redução de 75% em seu tamanho após tratamento quimioterápico.

Depois de uma bateria de exames realizada ontem, a equipe médica do hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, descartou de vez a necessidade de uma cirurgia.

Lula foi ao hospital para se submeter à terceira e última fase da quimioterapia. Hoje, ele deve receber alta.

"Houve uma redução expressiva no tamanho do tumor", disse o médico de Lula, Roberto Kalil Filho.

Os médicos informaram que, em janeiro, o ex-presidente irá iniciar tratamento de radioterapia para tentar eliminar de vez o tumor. Essa etapa deve durar de seis a sete semanas.

As sessões de radioterapia serão diárias, mas o ex-presidente não deve ficar internado durante o período.

Nesse tratamento, ele receberá uma dose menor de me-

dicamentos quimioterápicos, que têm a função de potencializar o efeito da radioterapia, segundo os médicos.

Para eles, a voz do ex-presidente pode ser afetada durante a radioterapia.

A expectativa, de acordo com os médicos, é que o ex-presidente volte a suas atividades normais em março.

"Se existe um caminho que leva à cura, esse caminho forçadamente passa por esse estágio [da radioterapia]", afirmou o médico Artur Katz.

Segundo ele, o resultado do tratamento até o momento foi extraordinário. "Nós evidentemente esperávamos encontrar uma redução [do tumor]. Mas nem sempre ela é tão expressiva", disse.

CORDAS VOCAIS

De acordo com os médicos, as cordas vocais de Lula estão com mobilidade normal e ele não apresenta dificuldade de deglutição. A laringe tem apenas um abalo residual e está aparentemente saudável, segundo a equipe.

O diagnóstico foi feito em outubro após o ex-presidente ter reclamado de rouquidão. Dias antes, ele tinha comemorado 66 anos.

Quando foi diagnosticado, em 29 de outubro, o tumor classificado como de agressividade média tinha diâmetro

de 3 centímetros — próximo ao de uma moeda de R\$ 1.

Ontem, Lula chegou ao hospital às 7h30. Sorridente, cumprimentou os funcionários. Mas Kalil Filho revelou que Lula estava tenso. "Ele é um ser humano como nós."

Segundo Kalil, os resultados foram recebidos com alívio por Lula e pela equipe.

Ontem, o ex-presidente foi submetido a uma tomografia, uma ressonância e uma laringoscopia. Fez ainda um PET-Scan, que faz uma busca mais precisa de possíveis novos focos do câncer.

O resultado surpreendente levou os médicos a antecipar a última sessão de quimioterapia, marcada inicialmente para hoje.

Kalil disse que Lula sofreu efeitos colaterais da quimioterapia apenas na primeira fase, e em grau reduzido.

Colaborou FLÁVIO FERREIRA, de São Paulo

“Nós evidentemente esperávamos encontrar uma redução. Mas nem sempre é tão expressiva

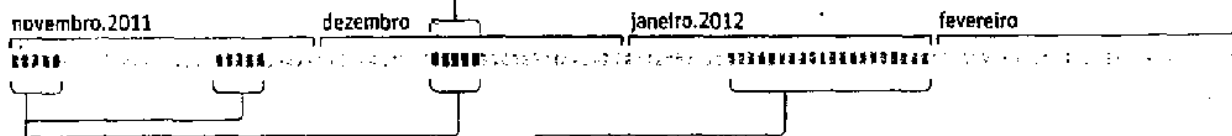
ARTUR KATZ
médico da equipe que cuida de Lula

COMO É O TRATAMENTO

Tumor está sendo combatido com quimioterapia

ESTÁGIO ATUAL

Ex-presidente iniciou ontem terceiro ciclo



1ª fase Quimioterapia

O tratamento será feito em três ciclos, realizados a cada 21 dias

Como é feito

Parte dos remédios é dada no hospital. Um deles precisa ser dado por 120 horas. Por isso, é administrado em casa. Lula ficará, nesse período, ligado a uma bomba de infusão, que leva a droga ao sangue por meio do cateter, implantado na região da clavícula

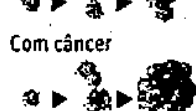
Como agem as drogas

Os remédios atacam as células do corpo que se dividem mais rápido, uma das características das células cancerosas

Divisão celular

Normal

Com câncer



2ª fase Radioterapia

Começa de três a quatro semanas após o fim da quimioterapia

Como é feito

O paciente deita em uma maca e a radiação é dirigida para a região do tumor. Também pega regiões próximas, como medida de segurança. O tratamento pode levar até quatro semanas

Como funciona

Raios semelhantes aos de um aparelho de raio-X combatem as células doentes que ainda sobram após a quimio

3ª fase

Pós-tratamento

A expectativa dos médicos é a cura. Nos primeiros dois anos, o ex-presidente precisará passar por exames periódicos para que os médicos saibam se a doença não voltou, como laringoscopia (que permite ao médico iluminar a laringe) ou ressonância magnética. Só haverá certeza de cura depois de cinco anos livre da doença

Precauções

Fumar e beber álcool aumentam as chances de a doença voltar

Efeitos colaterais

- > Queda de cabelo
- > Náusea
- > Cansaço
- > Alterações na voz

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento-o e tenho certeza de que todo o Brasil torce pelo restabelecimento da saúde plena do Presidente Lula.

Eu quero me associar às suas palavras também, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Waldemir Moka, valoroso Senador pelo Mato Grosso do Sul.

V. Exª tem vinte minutos, na forma regimental.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para registrar

que, ontem, na OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, que tem como presidente o Márcio Lopes de Freitas, tivemos a ilustre presença do Ministro dos Esportes, o nosso Deputado Federal Aldo Rebelo; do Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, nosso amigo José Carlos Vaz; do ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que é o atual Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; do Dr. Luís Eduardo Feltrin, que representava, nesse ato, o Banco Central; e do Dr. Américo Utumi, que é membro do Conselho de Administração da Aliança das Cooperativas Internacionais.

É com um orgulho muito grande, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna, porque, ontem, registramos lá a presença de aproximadamente 30 parlamentares, entre Senadores e Deputados Federais.

O evento, Sr. Presidente, era para marcar, como se fosse o lançamento, embora o ano que vem... Isso foi instituído neste ano. Eu estive na ONU, Organização das Nações Unidas, junto com o Márcio Lopes, junto com o Dr. Américo, representando a Frente Parlamentar do Cooperativismo, que tenho o orgulho de presidir. Na verdade, substituo o grande amigo e companheiro Odacir Zonta. Substituo-o interinamente, porque, na verdade, eu sou o vice-presidente e presidente em exercício.

Como eu dizia, foi feito o lançamento e 2012 será o Ano Internacional do Cooperativismo.

Nós temos aqui, neste ano, algumas coisas para comemorar, como por exemplo, Sr. Presidente, nós temos votado, com a ajuda de V. Ex^a, o PLC 1, que foi sancionado na semana passada pela Presidente Dilma.

E o que é esse PLC 1?

É um projeto que fixou normas para a cooperação entre Entes federativos na questão administrativa do exercício da competência comum às matérias ambientais.

Na verdade, Sr. Presidente, esse projeto vai estabelecer o que é competência de um órgão ambiental no Município, no Estado e na União em função do porte do investimento e da envergadura da obra, quando esses órgãos tiverem de se manifestar em relação à licença ambiental.

Eu acho que houve um avanço muito grande. Nós diminuimos a burocracia. Caso seja algo pequeno, e se houver no Município um organismo ambiental, o próprio órgão vai, licencia, fiscaliza e se tiver alguma coisa errada, multa; se não houver um organismo no Município, recorrer-se-á ao organismo estadual. Mas, se for uma obra de grande porte, como uma usina, aí teremos a fiscalização do órgão federal, no caso, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente.

De tal forma que essa questão, a meu ver, diminuiu a burocracia e vai agilizar, a meu juízo, vai aumentar também, e poder fazer... Porque quando você tem atribuição de muita gente, acaba não tendo uma fiscalização. Você responsabiliza: "Este aqui é o órgão ambiental do Município, do Estado ou da União que vai ...".

Então, esse PLC nº 1 foi um avanço.

Nós também tivemos, aqui no auditório Petrólio Portela, o 3º Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional com foco nas cooperativas agropecuárias.

Lá na ONU, quando se lançava o ano internacional para o ano que vem, falou-se muito, Sr. Presidente, que as cooperativas agropecuárias podem ser a alternativa para diminuir o número de pessoas que passam fome neste Planeta. E nós sabemos que essa é uma alter-

nativa viável, porque as cooperativas, diferentemente... Eu costumo dizer que o socialismo, na minha avaliação utópica, é capaz socializar, de distribuir riqueza; o capitalismo selvagem é capaz de gerar riqueza, mas tem dificuldade de distribuí-la de forma equânime, social; já as cooperativas têm a competência para gerar riquezas e as distribuir entre os seus cooperados. Por isso acredito firmemente nas cooperativas. Um grande exemplo disso são as cooperativas de crédito, Sr. Presidente. E recentemente, lá nas Comissões, aprovamos matéria para que as cooperativas de crédito possam acessar recursos do FAT e emprestar para as pequenas cooperativas lá na ponta do sistema.

De forma, Sr. Presidente, que quero concluir minha fala, dizendo que foi um evento importante e concorrido. Quero, mais uma vez, em nome do Presidente Márcio Freitas, registrar e agradecer ao Renato Nobile, Superintendente lá, e a todos que ajudam a OCB nesse trabalho de organizar a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), com o apoio do Presidente Márcio, sobretudo com os funcionários dedicados que atuam na OCB.

Em nome do Presidente Márcio, quero cumprimentar todos os presidentes de cooperativas, todos os cooperados. Na verdade, chegamos à casa de 30 milhões de cooperados no Brasil – só a OCB. No mundo, estamos na casa de um bilhão de pessoas. Então, esses são os números do cooperativismo brasileiro e internacional.

Sr. Presidente, antes de encerrar, quero também dizer que, esta semana, não estava lá em Campo Grande, mas houve a missa de sétimo dia do saudoso amigo, do meu amigo Deputado Federal Nelson Trad. Quero, mais uma vez, em nome da população sul-mato-grossense – tenho certeza que falo em nome de todos os Parlamentares de Mato Grosso do Sul –, solidarizar-me com a família, com seus filhos em especial.

Nelson deixou uma herança política importante no Estado: o Prefeito da nossa Capital, Nelson Trad Filho; o Deputado Federal, Fábio Trad; e o Deputado Estadual, Marcos Trad. É uma família que tem uma tradição muito grande.

Fui Deputado Estadual e Federal com Nelson Trad, meu amigo, meu conselheiro. Senti muito, lastimei muito a perda desse grande amigo.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Waldemir Moka. Somo-me a V. Ex^a quando falou do cooperativismo brasileiro. Indiscutivelmente, é a maneira mais fácil de nós socializarmos e sobretudo buscarmos uma melhor distribuição de renda neste País.

O cooperativismo tem dado tão certo – particularmente lá em Mato Grosso tem crescido –, que hoje nós temos uma grande força no campo graças também ao cooperativismo.

Da mesma forma, associo-me ao senhor quando homenageia o velho, querido e saudoso Deputado Nelson Trad. Sem dúvida alguma – a sua biografia por si só fala –, ele era um grande homem público. Eu acho que era um homem de uma retidão de caráter invejável

e que deixou um legado em que certamente alguma geração poderá se espelhar. De maneira que eu me somo a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, na homenagem que presta uma vez mais a esse velho, grande político e exemplo de pai de família que foi Nelson Trad.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

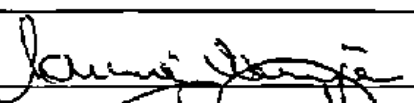

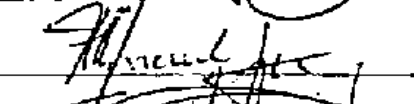

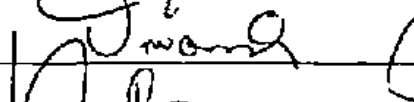
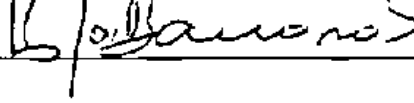
REQUERIMENTO Nº 1.554, DE 2011 (Do Senador Valdir Raupp)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal
Senador JOSÉ SARNEY,

Com fundamento no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 27 de Fevereiro de 2012, destinada a homenagear os 107 anos de fundação do Rotary Internacional.

Sala das Sessões,


Senador VALDIR RAUPP

ASSINATURA	SENADOR
1. 	Líria Viana
2. 	Davi
3. 	Cyrco Miranda
4. 	Sérgio Sampaio
5. 	Vanessa Grazziotin
6. 	José Pimentel

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.555, DE 2011

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno, requeiro voto de congratulação aos cidadãos de Rio Branco – AC pelos 129 anos de fundação da cidade, a ser encaminhado ao Prefeito Municipal, Raimundo Angelim e para o Presidente da Câmara Municipal, Juraci Nogueira, na qualidade de legítimos representantes da população local.

Justificação

Rio Branco nasceu no final do século XIX, quando o pioneiro Newtel Maia aportou numa acentuada curva do Rio Acre, sob a sombra de uma frondosa gameleira. O explorador decidiu fazer ali a sede do *Seringal Empreza*. Era o dia 28 de dezembro de 1882.

Com o passar do tempo, a sede do seringal ficou muito movimentada com a abertura de pontos comerciais para abastecimento das embarcações que transportavam a borracha. Já era, então, o povoado *Volta da Empresa*. Depois da Revolução Acreana, em 1904, recebeu o nome de Villa Rio Branco, em homenagem ao Barão de Rio Branco. Afirmou-se, então, como o principal centro urbano do Vale do Acre.

Em 1920, tornou-se a capital do Território Federal do Acre e, na década de 1940, viveu dias de prosperidade com a estruturação da maior parte dos serviços públicos. Em 1962, tornou-se a capital do Estado.

Nos anos 1970 e 1980, com a expansão pecuária, o Acre recebeu migrantes do centro-sul. Ribeirinhos e seringueiros foram forçados a abandonar o interior da floresta e formaram bairros precários nos arredores de Rio Branco.

Em 1999, entrou em curso um novo modelo de desenvolvimento no Acre, baseado no uso racional e sustentável da floresta, como pregava o líder ambientalista Chico Mendes. Todo o Estado passou por profundas mudanças políticas, econômicas e culturais.

A capital acreana é uma forte expressão deste conceito. Nos últimos doze anos, a cidade passou por uma revolução urbanística. Prédios e espaços públicos foram reconstruídos e modernizados, as principais avenidas foram duplicadas e, além da urbanização de diversos bairros, surgiram vários conjuntos habitacionais. Ganhou ciclovias, duas novas pontes e uma passarela para pedestres sobre o Rio Acre. Com a urbanização de dois importantes fundos de vales, nasceram o Parque da Maternidade e o Parque do Tucumã, que mudaram radicalmente a feição da capital acreana.

A educação pública de Rio Branco é uma das cinco melhores entre as capitais brasileiras. Foi a primeira cidade do país com sinal de internet gratuito. Rio Branco está se tornando uma cidade inclusiva, com espaços públicos que oferecem acesso aos bens culturais e tecnológicos para a população, especialmente a juventude. Um dos mais avançados centros de atendimento ao cidadão do país, a OCA, funciona desde o ano passado, concentrando mais de quinhentos serviços públicos num único lugar, moderno e ágil.

A capital dos acreanos concentra a metade da população do Estado, com pouco mais de 300 mil habitantes. Tradicional e moderna, Rio Branco chega aos seus 129 anos com bons motivos para comemorar. Por todas as suas conquistas, e ainda em memória dos seus pioneiros, esta cidade da floresta merece as congratulações do Senado Federal neste seu aniversário.

Sala das Sessões, – Senador **Jorge Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 1.556, DE 2011

(REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011)

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

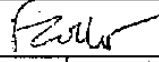
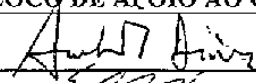
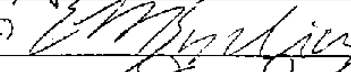
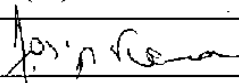

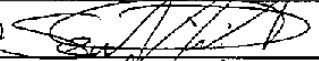
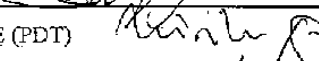
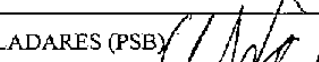
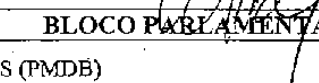
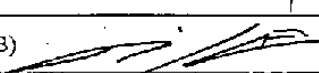
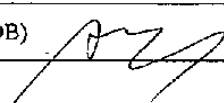
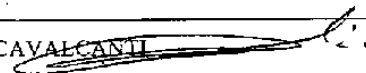
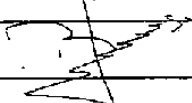
Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a recente promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências*, requiero, do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações:

1. relação dos tratados bilaterais e multilaterais em vigor sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade;
2. relação dos tratados bilaterais e multilaterais que tenham sido assinados pelo Brasil, mas ainda não aprovados pelo Congresso Nacional (nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal), que versem sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade;
3. cópia dos tratados referidos nos itens 1 e 2;
4. a percepção do Governo Brasileiro no que concerne à aplicabilidade de cláusulas dos tratados nos itens 1 e 2 que porventura confrontem com o disposto na Lei nº 12.521, de 2011.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2011.


FERNANDO COLLOR
Senador

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011 – CRE
 ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 15/12/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR 	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) 	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	2 - JORGE VIANA (PT) 
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) 	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB) 	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) 	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) 	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) 	2 - RÔMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) 	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI 	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.557, DE 2011

Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Justificação

Requeiro, nos termos do art. nº 101 do RISF, a apreciação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008, que estabelece que a taxa de juros cobrada no cheque especial não pode superar a taxa cobrada em operações de crédito pessoal sem garantia.

A proposição trata de matéria regulada diretamente pela Constituição Federal e merece análise detida da comissão em referência. Ademais, considerando as amplas repercussões que a eventual adição dos comandos do projeto em referência ao marco regulatório do sistema financeiro podem acarretar para provedores e tomadores de crédito no País, entendo que o envio da proposição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dará a esta Casa a oportunidade de decidir de maneira qualificada acerca do PLS nº 82, 2008. – Senador **Francisco Dornelles**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido

será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.558, DE 2011

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda Constitucional nº 59, de 2007, da qual sou o primeiro signatário, que altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011. – Senador **Francisco Dorneles**.

REQUERIMENTO Nº 1.559, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2011, que “altera dispositivos da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia”. Trata-se de matéria já vencida em decorrência da aprovação do PLV nº 25 de 2011, originário da MPV 536 de 2011, transformada na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011. – Senadora **Marta Suplicy** PT/SP.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.426, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2011 (nº 19/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, celebrado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2011 (nº 19, de 2011, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, celebrado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Acompanha o acordo a Mensagem nº 485, de 19 de agosto de 2010, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 139 (MRE – DAI/CGPI/DAF I/AFEPA/PAIN-BRAS-GABA), de 30 de março de 2010, do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A Mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Nesse primeiro colegiado, a Mensagem deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo ora analisado, que, posteriormente, passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Trabalho, Administração e Serviço Público. O Acordo foi aprovado pelo Plenário daquela Casa em 25 de agosto de 2011.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Composto de 11 (onze) artigos, o acordo em apreciação segue, com pequenas adaptações, o padrão de tratados desta natureza. Nesse sentido, os *consideranda* indicam que o tratado, considerando o estágio avançado de entendimento entre os dois países, objetiva estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das relações diplomáticas bilaterais.

A parte dispositiva do acordo adota, em linhas gerais, o que dispõem tratados sobre a mesma temática assinados com mais de quarenta países. O texto acordado, de resto, reproduz tendência verificada no plano internacional de estender aos dependentes do pessoal das missões diplomáticas e consulares a oportunidade de trabalhar no exterior. Esse modo de proceder favorece, entre outras coisas, a ampliação da experiência profissional do interessado. O acordo estimula, por igual, o fortalecimento de laços de confiança entre os dois países.

O tratado em análise é, assim, conveniente aos interesses nacionais e aos reclamos do relacionamento bilateral nesse campo.

III – VOTO

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2011.

Sala da Comissão, em 15 de dezembro de 2011.

, Presidente



, Relator

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, DE 2011
 ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 15/12/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RELATOR: SENADOR FRANCISCO DORNELLES	
TITULARES	SUPLENTEs
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTE
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 1.427, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2011, (nº18/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2011 (nº 18, de 2011, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Acompanha o acordo a Mensagem nº 488, de 19 de agosto de 2010, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 48 (MRE – DAI/CGPI/DE-II/AFEPA/DIMU PAIN-BRAS-ESLN), de 8 de setembro de 2010, do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A Mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Nesse primeiro colegiado, a Mensagem deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo ora analisado, que, posteriormente, passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Trabalho, Administração e Serviço Público. O Acordo foi aprovado pelo Plenário daquela Casa em 22 de setembro de 2011.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Composto de 9 (nove) artigos, o acordo em apreciação adota o modelo de tratados desta natureza. Nesse sentido, os *consideranda* dão notícia de que o tratado visa a fortalecer as relações de amizade entre os dois países e de facilitar o exercício de atividade remunerada de dependentes do pessoal diplomático e consular.

A parte dispositiva do acordo segue, em linhas gerais, o que dispõem tratados sobre a mesma temática assinados com mais de quarenta países. O texto acordado, de resto, reproduz tendência verificada no plano internacional de estender aos dependentes do pessoal das missões diplomáticas e consulares a oportunidade de trabalhar no exterior. Esse modo de proceder favorece o engrandecimento da experiência profissional do interessado. O instrumento estimula, por igual, o fortalecimento de laços de confiança entre os dois países.

O tratado em análise é, assim, conveniente aos interesses nacionais e aos reclamos do relacionamento bilateral nesse campo.

III – VOTO

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2011.

Sala da Comissão, em 15 de dezembro de 2011.



, Presidente

, Relator

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 237, DE 2011
 ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 15/12/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RELATOR: SENADOR FRANCISCO DORNELLES	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTTI (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELIA (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAMBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARJAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUÍZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCA (PMDB)
VALDIR RAUFF (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTE
JOIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 1.428, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011 (nº 218/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, 14 de setembro de 2009.

RELATORA "AD HOC" Senadora: VANESSA GRAZZIOTIN

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 585, de 11 de outubro de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo, decorrente da mensagem presidencial e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O projeto foi, também, examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Recebida no Senado Federal em 21 de outubro de 2011, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e em seguida ao Relator signatário após o prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Não se verificam vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade da proposição.

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre os dois países, Brasil e Guiana decidiram firmar o instrumento em análise em que define a isenção de vistos em passaportes no trânsito entre os dois países.

O Acordo segue o padrão dos demais instrumentos de isenção de vistos assinados pelo Governo brasileiro e aprovados no Congresso Nacional. Ele estabelece, em seu Artigo 1, a desnecessidade de vistos em passaportes válidos para entrar, permanecer, transitar e sair do Estado da outra Parte Contratante para fins de turismo e negócios. Essa isenção é válida para períodos de até 90 (noventa) dias, durante um intervalo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da primeira entrada.

A dispensa de visto introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais do Estado de uma Parte Contratante da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes sobre entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros no território da outra Parte Contratante (Artigo 3).

O Acordo está vazado em oito artigos, onde se anotam as cláusulas de praxe. As mais importantes e dignas de nota, além das mencionadas acima, são a necessidade de comunicação à outra Parte quando houver modificação na lei interna sobre entrada e permanência de estrangeiros, o direito de encurtar a estada em seu território de quem considere indesejável e a hipótese de suspensão parcial do instrumento nos casos de segurança nacional, ordem pública ou proteção à saúde, com a necessária notificação à outra Parte.

O acordo mostra-se importante sobremaneira porque abrange a isenção de vistos para negócios. A vizinhança com a Guiana, o crescimento da economia regional certamente levará ao incremento do fluxo de pessoas entre os dois países. Além disso, o Brasil tem proporcionado assistência militar à Guiana, com treinamento de guerra e de logística.

Depois da independência da Guiana, em 1966, houve intensa atividade diplomática bilateral. Além disso, quando da discussão de fronteiras entre Guiana e Venezuela, o Brasil manteve uma política consistente a favor do estabelecimento de limites por meio de acordos e se opôs a mudar as

fronteiras na América do Sul. Em 1968, imediatamente após o presidente venezuelano Raul Leoni decretar a posse de mais de 14 km de faixa oceânica, incluindo 5 km de limites marinhos do território da Guiana, o Brasil mostrou apoio à Guiana na controvérsia com a Venezuela. Tal fato promoveu a aproximação nas relações bilaterais e a abertura da Embaixada do Brasil em Georgetown. Em 1970, o Governo brasileiro inaugurou o Centro Brasileiro de Estudos em Georgetown e começou a construção de uma rodovia que ligaria Manaus à capital da Guiana.

O Acordo insere-se, assim, no movimento de reforço dos laços de amizade e cooperação entre o Brasil e a Guiana. A facilitação das viagens de portadores de passaportes entre os territórios dos dois países há de ser útil para a promoção do movimento transfronteiriço de pessoas, com as mais diversas finalidades: turismo, lazer e negócios, o que estimulará o maior contato, maior comércio e maior compreensão recíproca entre os povos.

Considerando, portanto, o potencial da integração sul americana, indo ao encontro dos anseios brasileiros de melhoria no relacionamento e protagonismo no cenário continental, espera-se que o relacionamento bilateral alcance um maior grau de densidade com esse acordo de isenção de vistos.

III – VOTO

Por todo o exposto, por considerarmos ser conveniente aos interesses do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2011.

, Presidente



, Relator

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, DE 2011
 ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 15/12/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>FC</i>	
RELATOR(A) AD HOC: SENADOR(A) VANESSA GRAZZIOTTIN <i>Vanessa</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT) <i>Jorge Viana</i>
VANESSA GRAZZIOTTIN (PC do B) <i>Vanessa</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUÇÁ (PMDB)
VALDIR RAUPE (PMDB) <i>Valdir Raupe</i>	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTÔNIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIANO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR ()	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAÍRO MAGGI <i>Blairo Maggi</i>	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2009**, do Senador Jayme Campos, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2011**, da Senadora Ana Amélia, que *altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural*.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional será no dia 20 de dezembro, terça-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 57, de 2011** (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.347, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 278, de 2011**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação do Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº 152, de 2007).

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 278/2011 – PRES/CAS

Brasília, 14 de dezembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 1 – CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciante, de autoria do Senador Paulo Paim, e a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 152, de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciante, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências, de autoria do Senador Pedro Simon.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com referência ao Ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.


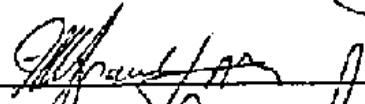
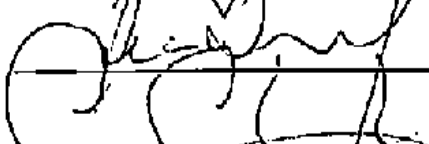
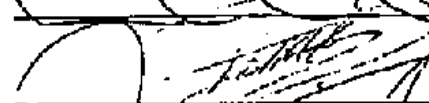
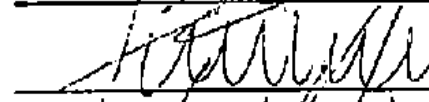
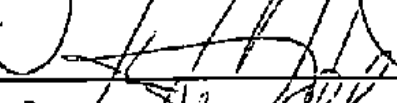

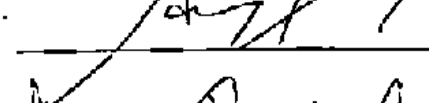
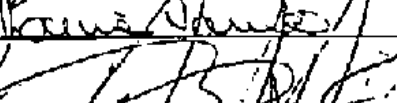

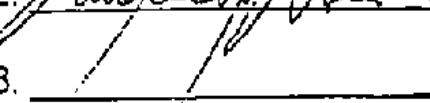


O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 21, de 2011**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 391, 2003**, do Senador Paulo Paim, que *proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante*.

É o seguinte o Recurso:

RECURSO Nº 21, DE 2011

Nos termos do artigo 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso para a apreciação em Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003, que "Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante".

Sala das Sessões, de dezembro de 2011.

- | | | |
|-----|---|---------------------|
| 1. |  | SEN. ALVARO DIAS |
| 2. |  | Sen. Cyro Gomes |
| 3. |  | Sen. Aécio Neves |
| 4. |  | Sen. Cássio |
| 5. |  | SEN. ROBERTO SANTOS |
| 6. |  | Sen. Jarbas |
| 7. |  | Sen. Iguapino |
| 8. |  | Sen. Aécio |
| 9. |  | Sen. Alayrino |
| 10. |  | Senadora Lúcia |
| 11. |  | Senador Paulo |
| 12. |  | FLEO RIBEIRO |
| 13. |  | |

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 567, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 567/11/PS-GSE

Brasília, 14 de dezembro de 2011

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.456, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 51/06 na Casa de Origem), o qual “Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 467, de 2011**, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do **Aviso nº 92, de 2011**, e recomendando o seu arquivamento.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 467/2011/CAE

Brasília, 6 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Na qualidade de Vice-Presidente no exercício da Presidência, comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 68ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 6 de dezembro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 92 de 2011 (nº 1.672-Seses-TCU-Plenário), de 23 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-016.321/2011-1, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 23-11-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 5 de 2011 desta Casa. O expediente foi encaminhado

aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 56/2011– Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O **Aviso nº 92, de 2011** vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência designa o Deputado Neilton Mulim, como membro suplente, em substituição à Deputada Liliam Sá, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, conforme **Ofício nº 503, de 2011**, do Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 503/2011

Brasília, 14 de dezembro de 2011

Assunto: **Substituição de membros à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI**

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de substituir a Deputada Liliam Sá (PSD/RJ) pelo Deputado Neilton Mulim (PR/RJ) como membro Suplente para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, de autoria da Senadora Ana Rita, que “Requerem, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 21, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados Federais e igual número de suplentes, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos com lei para proteger as mulheres em situação de violência” – Requerimento (CN) nº 4, DE 2011.

Respeitosamente, – Deputado **Lincoln Portela**, Líder do Bloco Parlamentar, PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sobre a mesa, ofício do Supremo Tribunal Federal que será lido.

É lido o seguinte:

Offício nº 8.610/R

Brasília, 13 de dezembro de 2011.

Mandado de Segurança nº 30896

IMPTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL-
SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
IMPDO.(A/S) : UNIÃO
IMPDO.(A/S) : MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
GESTÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

(Seção de Processos Diversos)

Senhor(a) Presidente,

Comunico que foi proferido(a) despacho/decisão nos autos em epígrafe e cuja cópia segue em anexo.

Apresento o testemunho de apreço e consideração.

Ministro LUIZ FUX

Relator

MANDADO DE SEGURANÇA 30.896 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
IMPTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER
JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA
UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL-SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
IMPDO.(A/S) : UNIÃO
IMPDO.(A/S) : MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Considerando a documentação anexada na presente data pela Presidência da República, oficie-se às Mesas das Casas do Congresso Nacional para que apreciem a proposta de orçamento do Poder Judiciário, anexas à Mensagem nº 355/2011, oficialmente elaborada, como integrante do projeto de lei que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012'.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2011.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O ofício que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, DE 2011

Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo período de dez anos, os defensivos agrícolas e os pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade, conforme classificação toxicológica adotada pelo Poder Executivo Federal.

Art. 2º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28

XXI – defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade, conforme classificação toxicológica adotada pelo Poder Executivo Federal, pelo período de dez anos.

.....” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Justificação

Os defensivos agrícolas e os pesticidas de uso veterinário são insumos muito importantes para a produção agropecuária de alta produtividade. No entanto,

esses produtos oferecem riscos à saúde humana, razão pela qual a produção e manipulação desses insumos devem observar normas rigorosas.

No Brasil, a produção, comercialização e aplicação de produtos tóxicos destinados à agropecuária dependem de autorização do governo federal. O Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, estabelece em seu art. 6º, que cabe ao Ministério da Saúde, entre outras atribuições, avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos, seus componentes, e afins.

O registro para a autorização de fabricação ou importação dessas substâncias pode ser negado ou cancelado em função do potencial de causar prejuízos ambientais e à saúde das pessoas. O potencial de dano depende, entre muitos fatores, da classe toxicológica do produto, que considera a dose média letal suficiente para matar 50% de uma população de animais de teste, mantida em laboratório.

Um dos grandes desafios da indústria química atualmente é o desenvolvimento de produtos pouco tóxicos, mas que sejam eficientes no controle das pragas e doenças que reduzem os rendimentos agropecuários.

Para colaborar com esse esforço, tão importante para produção agropecuária nacional, a proposta que trago, na certeza de contar com o apoio parlamentar necessário, objetiva reduzir a carga tributária sobre produtos que permitem sustentabilidade às atividades rurais e um meio ambiente mais saudável para as gerações atuais e futuras. – Senador **Acir Gurgacz**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: (Vide Lei nº 11.727, de 2008) (Vigência)

I – papel destinado à impressão de jornais, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; (Vide Lei nº 11.727, de 2008)

II – papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da TIPI, destinados à impressão

de periódicos pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno; (Vide Lei nº 11.727, de 2008)

III – produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI; e

IV – aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008)

V – sementes e embriões da posição 05.11 da NCM. (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004)

VI – livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; (Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)

VII – preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005) (Vide pela Lei nº 11.727, de 2008)

VIII – veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da Tipi, destinados ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008)

IX – embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da Tipi, destinadas ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, quando adquiridas pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008)

X – materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro; (Incluído pela Lei nº 11.774, de 2008)

XI – veículos e carros blindados de combate, novos, armados ou não, e suas partes, produzidos no Brasil, com peso bruto total até 30 (trinta) toneladas, classificados na posição 8710.00.00 da Tipi, destinados ao uso das Forças Armadas ou órgãos de segurança pública brasileiros, quando adquiridos por órgãos e entidades da administração pública direta, na forma a ser estabelecida em regulamento; (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)

XII – material de defesa, classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da Tipi, além de partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na sua industrialização, montagem, manutenção, modernização e conversão; (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)

XIII – equipamentos de controle de produção, inclusive medidores de vazão condutivímetros, aparelhos para controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos, quando adquiridos por pessoas jurídicas legalmente obrigadas à sua utilização, nos termos e condições fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto às suas especificações técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

XIV – produtos classificados na posição 87.13 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM. (Incluído pela Lei nº 11.774, de 2008)

XV – artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM; (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (Produção de efeito)

XVI – artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM; (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (Produção de efeito)

XVII – almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (Produção de efeito)

XVIII – bens relacionados em ato do Poder Executivo para aplicação nas Unidades Modulares de Saúde de que trata o Convênio ICMS nº 114, de 11 de dezembro de 2009, quando adquiridos por órgãos da administração pública direta federal, estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

XX – serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade (TAV), assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinquenta quilômetros por hora). (Incluído pela Lei nº 12.350, de 2010)

XXI – projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM. (Incluído pela Medida Provisória nº 545, de 2011)

XXII – produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, e 9021.40.00, todos da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXIII – calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXIV – teclados com colmeia classificados no código 8471.60.52 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXV – indicadores ou apontadores – **mouses** – com entrada para acionador classificados no código 8471.60.53 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXVI – linhas braille classificadas no código 8471.60.90 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXVII – digitalizadores de imagens – **scanners** – equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXVIII – duplicadores braille classificados no código 8472.10.00 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXIX – acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXX – lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 da TIPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXXI – implantes cocleares classificados no código 9021.90.19 da TIPI; e (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

XXXII – próteses oculares classificadas no código 9021.90.89 da TIPI. (Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXII do **caput**. (Redação dada pela Medida Provisória nº 549, de 2011).

Art. 29. As disposições do art. 3º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, do art. 5º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e do art. 53 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alcançam também o comerciante atacadista.

LEI COMPLEMENTAR
Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Seção III

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º – A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º – A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º – O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º – Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º – A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º – Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º – Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano

plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

.....
DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002

Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Art. 6º Cabe ao Ministério da Saúde:

I – avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos, seus componentes, e afins;

II – avaliar os agrotóxicos e afins destinados ao uso em ambientes urbanos, industriais, domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública, quanto à eficiência do produto;

III – realizar avaliação toxicológica preliminar dos agrotóxicos, produtos técnicos, pré-misturas e afins, destinados à pesquisa e à experimentação;

IV – estabelecer intervalo de reentrada em ambiente tratado com agrotóxicos e afins;

V – conceder o registro, inclusive o RET, de agrotóxicos, produtos técnicos, pré-misturas e afins destinados ao uso em ambientes urbanos, industriais, domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública atendidas as diretrizes e exigências dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente; e

VI – monitorar os resíduos de agrotóxicos e afins em produtos de origem animal.

.....
(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 738, DE 2011**

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

“Art. 3º

.....
Parágrafo único. O financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão terá taxas de juros inferiores em, pelo menos, 1 (um) ponto percentual, relativamente aos encargos financeiros aplicados aos demais sistemas de irrigação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O consumo de água por habitante vai além das quantidades utilizadas no dispêndio doméstico, e está muito além do volume utilizado no banho, na irrigação do jardim e na lavagem do carro, da roupa ou da louça.

Cada produto consumido deixa para trás uma pegada hídrica, equivalente à quantidade de água utilizada direta ou indiretamente no processo produtivo. Os produtos agrícolas que chegam às mesas de todas as partes do mundo, pelas suas características orgânicas, estão entre os que mais demandam água para sua produção.

Pesquisas demonstram que é muito elevado o consumo de água necessário para a produção de uma tonelada de carne, feijão ou arroz. No entanto, esse consumo pode se reduzir de forma extremamente significativa nas lavouras irrigadas, quando se utilizam equipamentos de aplicação de baixa vazão e alta frequência, capazes de alcançar eficiência superior a 90%.

Dentre os sistemas de irrigação, os por gotejamento e por microaspersão se apresentam como os mais eficientes, agregando as vantagens ambientais relativas à redução da pegada hídrica de todos os produtos agrícolas que a utilizam.

Por essa característica peculiar, o financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão deve receber tratamento diferenciado na execução de nossa política agrícola, como forma de estímulo à substituição de sistemas menos eficientes do ponto de vista econômico e ambiental. Dessa for-

ma, com toda justiça, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, precisa estabelecer como diretriz um estímulo direto à adoção de sistemas mais eficientes de irrigação.

Nesse sentido, apresentamos a alteração no referido instrumento normativo, cientes do apoio desta Casa para a aprovação dessa Proposta, que, a um só tempo, concilia economia e ecologia, pensando no presente, sim, mas também nas futuras gerações de brasileiros. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Art. 3º Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I – a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II – a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;

III – a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV – a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V – a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI – a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, DE 2011

Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica, sempre que forem requeridos na licitação, para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.

Art. 2º Para os fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições:

I – sustentabilidade econômica: capacidade de o equipamento público que resultar da obra ou serviço de engenharia apresentar viabilidade econômica pelo seu uso e aproveitamento, em respostas a demandas e exigências da sociedade, considerando-se, inclusive, a preservação do patrimônio público a longo prazo.

II – sustentabilidade social: capacidade de garantir o bom aproveitamento, pela sociedade, do equipamento público que resultar da obra ou serviço de engenharia, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, inclusive de gerações futuras.

Art. 3º Nas obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta, o projeto básico de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverá contemplar, sempre que for requerido na licitação, plano de sustentabilidade social e econômica do empreendimento.

§ 1º A União e as entidades da administração indireta federal não poderão atuar como avalista, garantidor, fiador ou outra figura jurídica similar em operação financeira destinada à obtenção de recursos para aplicação em obra ou serviço de engenharia que não cumpra os requisitos desta Lei.

§ 2º Estão dispensados da obrigação de que trata o *caput* as obras e serviços de engenharia de valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 3º O valor referido no § 2º será reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) da Fundação Getúlio Vargas ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 4º Cabe a cada um dos Poderes regulamentar a elaboração dos planos de sustentabilidade social e econômica dos respectivos empreendimentos, que deverão contemplar, no mínimo:

I – estudo que demonstre as sustentabilidades econômica e social do empreendimento, acompanhado de um plano de gestão de uso;

II – definição das principais atividades de uso;

III – plano de manutenção da obra;

IV – definição das intervenções e melhorias decorrentes da obra ou serviço.

§ 1º Caso o uso do empreendimento em uma única atividade seja considerado social ou economicamente inviável, admite-se a demonstração, objetiva e fundamentada, de que a flexibilização e a adaptação de uso para atividades diversas da originalmente definida permitirão conferir-lhe sustentabilidade.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a definição de que trata o inciso II do *caput* deverá contemplar as atividades de uso normais e adaptáveis.

Art. 5º Uma obra ou serviço de engenharia somente poderá ser considerado social e economicamente sustentável se também obtiver o licenciamento ambiental, nos casos em que for exigível.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício fiscal subsequente.

Justificação

As edificações projetadas a partir da década de 1970 passaram a adotar o conceito de eficiência energética. Depois vieram as preocupações ambientais com os resíduos sólidos, com a água, com o lixo e, mais recentemente, com os chamados gases geradores de efeito estufa. Diante desses desafios da modernidade, surgiu o conceito de sustentabilidade, bastante apropriado às questões do meio ambiente. Trata-se de um conceito ainda em processo de caracterização, ou seja, que pode sofrer modificações, inclusive, em termos conceituais. Todavia, já é possível seu emprego para definir questões de interesse social e econômico de interesse da sociedade. É isso que desejamos com a proposição ora apresentada.

Consideramos fundamental tomar obrigatória, em casos específicos, a elaboração de estudos e planos de sustentabilidade social e econômica de obras e serviços de engenharia a serem contratadas com recursos federais, direta ou indiretamente.

Nosso objetivo é evitar o surgimento de verdadeiros “elefantes brancos”, a exemplo da Cidade da Música, no meu Rio de Janeiro, construída com recursos daquele Estado e que, antes mesmo de ficar pronta, se mostrou economicamente inviável.

Muitas outras obras, inclusive de estádios de futebol, estão sendo realizadas sem a preocupação com seu aproveitamento futuro. Não é admissível que se destinem os sempre escassos recursos públicos para obras que não tenham capacidade de serem mantidas no futuro. Empreendimentos que atendam a apenas um evento, ainda que de realização periódica, não podem ser admitidos. É preciso que se estabeleçam planos de aproveitamento econômico e social dos espaços públicos.

Nesta proposição, para os fins a que se destina, definimos o conceito de sustentabilidade econômica (viabilidade da obra) e social (seu bom aproveitamento por parte da sociedade). Estabelecem-se os elementos mínimos que deverão constar dos planos de sustentabilidade social e econômica dos empreendimentos: estudo que demonstre as sustentabilidades econômica e social do empreendimento, acompanhado de um plano de gestão de uso; definição das atividades de uso; plano de manutenção da obra; e definição das intervenções e melhorias urbanas decorrentes da obra ou

serviço. Caberá a cada um dos Poderes regulamentar a elaboração dos planos de sustentabilidade social e econômica dos respectivos empreendimentos.

Decorrencia natural do que expusemos no primeiro parágrafo desta justificativa, considerando a interpenetração dos vários conceitos de sustentabilidade, é natural que a sustentabilidade socioeconômica de um empreendimento não prescindia da sustentabilidade ambiental. Por esse motivo, quando for exigível o licenciamento ambiental, este condiciona a avaliação do empreendimento como social e economicamente viável.

Buscando não gerar transtornos desnecessários, que poderiam emperrar o bom andamento da Administração, estabeleceu-se um valor mínimo para a exigência de planos de sustentabilidade social e econômica fizessem parte de projetos básicos de obras e serviços de engenharia. Empreendimentos desse jaez orçados em valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) estarão dispensados dessa exigência. O limite monetário mínimo será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) da Fundação Getúlio Vargas ou outro que venha a substituí-lo.

Ademais, a exigência de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica se restringe a obras que possam apresentar, no seu plano de utilização, viabilidade socioeconômica demonstrável. Tal medida não se aplica a obras outras para as quais não se justifica tal exigência. Para tanto, o requerimento da obrigação deverá constar, previamente, no processo licitatório.

Em face da importância social e econômica da medida que ora propomos, pedimos o apoio dos ilustres Senadores para a aprovação deste Projeto de Lei.
– Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Seção I

Dos Princípios

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I – projeto básico;

II – projeto executivo;

III – execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I – houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II – existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III – houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV – o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, DE 2011

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A. A publicação, em meios de comunicação social, de matérias de cunho jornalístico ou de difusão de informação científica sobre medicamentos e terapias deverá ser acompanhada de mensagem que informe,

no mínimo, o nome, o volume e a data da publicação científica em que foram publicados os resultados dos estudos, na forma do regulamento estabelecido por órgão federal.

Parágrafo único. A critério da autoridade sanitária, poderá ser exigida a publicação concomitante de informação sobre a fase de experimentação em que se encontre o referido medicamento ou terapia e sobre as reações adversas mais frequentes, inclusive para a falta de comprovação científica, associadas ao seu uso ou emprego.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

As matérias jornalísticas sobre medicamentos e terapias têm sido cada vez mais frequentes em nossos meios de comunicação, em especial aquelas tratando de medicamentos e procedimentos inovadores.

Essa divulgação, feita sem normas, tem resultado na criação de expectativas infundadas, no aumento da demanda a serviços de saúde e – o mais grave – no uso irracional de medicamentos e na criação de riscos para a saúde da população desavisada.

Tivemos, recentemente, um exemplo dessa situação quando a autoridade sanitária teve de vir a público para alertar a população sobre um determinado medicamento recentemente registrado para o tratamento de uma condição, e que teve outro uso – inadequado – divulgado com estardalhaço por uma revista de circulação nacional. O referido medicamento foi registrado para tratamento da diabetes tipo 2, no entanto a revista – em matéria de capa – informava seu uso para emagrecimento.

A matéria jornalística levou a uma corrida aos consultórios médicos e o seu uso sem acompanhamento, ao registro da ocorrência de reações adversas variadas em frequência que obrigou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária a publicar alertas nos meios de comunicação social sobre o problema.

Essa proposição objetiva instituir por lei exigências para a publicação e divulgação de matérias jornalísticas sobre medicamentos e terapias, de tal forma que elas sejam acompanhadas de mensagem, regulamentada pelo órgão competente, alertando para questões como a falta de comprovação científica, os riscos para a saúde associados ao seu uso e outras que a autoridade sanitária julgar importantes para conscientizar a população sobre o uso racional de medicamentos e terapias.

Esperamos o apoio e a contribuição dos nobres colegas Senadores para o aprimoramento do projeto – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996.

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Art. 7º A propaganda de medicamentos e terapias de qualquer tipo ou espécie poderá ser feita em publicações especializadas dirigidas direta e especificamente a profissionais e instituições de saúde.

§ 1º Os medicamentos anódinos e de venda livre, assim classificados pelo órgão competente do Ministério da Saúde, poderão ser anunciados nos órgãos de comunicação social com as advertências quanto ao seu abuso, conforme indicado pela autoridade classificatória.

§ 2º A propaganda dos medicamentos referidos neste artigo não poderá conter afirmações que não sejam passíveis de comprovação científica, nem poderá utilizar depoimentos de profissionais que não sejam legalmente qualificados para fazê-lo.

§ 3º Os produtos fitoterápicos da flora medicinal brasileira que se enquadram no disposto no § 1º deste artigo deverão apresentar comprovação científica dos seus efeitos terapêuticos no prazo de cinco anos da publicação desta Lei, sem o que sua propaganda será automaticamente vedada.

§ 4º É permitida a propaganda de medicamentos genéricos em campanhas publicitárias patrocinadas pelo Ministério da Saúde e nos recintos dos estabelecimentos autorizados a dispensá-los, com indicação do medicamento de referência. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 5º Toda a propaganda de medicamentos conterá obrigatoriamente advertência indicando que, a persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado. (Renumerado pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Art. 8º A propaganda de defensivos agrícolas que contenham produtos de efeito tóxico, mediato ou imediato, para o ser humano, deverá restringir-se a programas e publicações dirigidas aos agricultores e pecuaristas, contendo completa explicação sobre a sua aplicação, precauções no emprego, consumo ou utilização, segundo o que dispuser o órgão competente do Ministério da Agricultura e do Abas-

tecimento, sem prejuízo das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou outro órgão do Sistema Único de Saúde.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

.....
§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.
.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os Srs. Senadores Cícero Lucena, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Para Serra, grampo do PSDB é ‘gravíssimo’”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 08 de novembro de 2011.

A matéria destaca que a gravação de conversas do diretório tucano na campanha do Acre em 2010, será avaliada pelo partido.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Para Serra, grampo do PSDB é ‘gravíssimo’

Gravação de conversas do diretório tucano na campanha do Acre em 2010, revelada pelo ‘Estado’, será avaliada pela cúpula do partido

08 de dezembro de 2011 | 3h 04

Andrea Jubé Vianna / Brasília - O Estado de S. Paulo

A cúpula do PSDB e o ex-governador de São Paulo José Serra condenaram ontem a interceptação de linhas telefônicas do diretório do partido no Acre durante a campanha eleitoral de 2010, revelada ontem pelo Estado. Os líderes tucanos marcaram reunião na próxima semana, em Brasília, com o candidato derrotado ao governo daquele Estado, Tião Bocalon. Ele perdeu a eleição para o petista Tião Viana por uma margem apertada - cerca de 3 mil votos, ou 0,5% do total.

Em nota divulgada ontem, Serra considerou a denúncia “um fato gravíssimo, que precisa ser investigado a fundo”. Foram interceptados diálogos entre integrantes da coordenação nacional da campanha presidencial de Serra e funcionários do diretório do PSDB no Acre sobre estratégias, material de propaganda e agendas.

Segundo Serra, esse episódio soma-se a outros da mesma natureza, “como a quebra de sigilo fiscal na tentativa de usá-los como armas eleitorais”. Na campanha presidencial, o PSDB denunciou violações de sigilo fiscal de dirigentes do partido. Uma das vítimas da manobra foi Verônica Serra, filha do candidato tucano.

O Ministério da Justiça preferiu não se pronunciar sobre as denúncias, mas ressaltou que fornecerá as informações solicitadas pelo PSDB. O presidente do PSDB no Acre, deputado Márcio Bittar (RR), requereu ontem informações ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre as denúncias de escutas telefônicas no diretório estadual.

No documento, Bittar diz que não pode contestar a “utilidade das escutas telefônicas como instrumento de investigação”, mas condena sua utilização como “instrumento de intimidação e de espionagem política”.

Bittar afirma que os grampos não foram uma surpresa para ele. “Isso prova para nós do Acre que a turma que nos governa são coronéis da política”, observou. Com a vitória de Tião Viana na última eleição, o PT deu início ao quarto mandato consecutivo no comando do Estado.

“O fato é escandaloso se ficarem provadas essas questões, como de fato tudo leva a crer”, afirmou Bittar. “A diferença (no resultado da eleição) foi na fotografia. O PSDB poderia ter vencido a eleição, com certeza. Qualquer informação privilegiada que pudesse prejudicar a estratégia do PSDB ou dar vantagem ao adversário nos tirou do jogo.”

Grampo 'legal'. A Polícia Federal trata as interceptações como escutas legais, porque as interceptações teriam sido feitas nos telefones da deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), aliada do PSDB no Estado, e que estava sendo investigada por formação de caixa dois e compra de votos. Pela versão da PF, o grampo no PSDB, portanto, teria sido indireto, pois o telefone da deputada teria sido emprestado ao diretório. A deputada nega.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista com o senador Aloysio Nunes Ferreira, intitulada, “Por 2014, o PSDB está condenado a ficar unido”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 04 de dezembro de 2011.

Segundo o senador Aloysio Nunes Ferreira, lideranças como Serra e Aécio têm que esquecer diferenças se quiserem voltar ao poder e alerta sobre eleição de São Paulo.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Por 2014, o PSDB está condenado a ficar unido

Tucano diz que lideranças como Serra e Aécio têm de esquecer diferenças se quiserem ficar unidos

3 de dezembro de 2011 | 23h 14

Expoente do grupo serrista que saiu das urnas com mais de 11 milhões de votos, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sabe que o ex-governador José Serra e o senador Aécio Neves não se bicom, mas só vê um caminho para a vitória do PSDB em 2014. “Estamos condenados a estar juntos para chegarmos ao que queremos, que é o poder”, afirma, destacando que cabe à sigla criar condições para a unidade interna.

Convencido de que a direção partidária pode converter rivalidades em força motriz do projeto tucano, integrando os concorrentes a partir, por exemplo, da garantia de prévias para a escolha do candidato a presidente, o senador adverte que 2014 passa por 2012 e que a desunião pode levar à derrota na briga pela Prefeitura de São Paulo.

“Com Lula conduzindo seu pupilo (Fernando Haddad) pela mão, como aqueles domadores de elefan-

te (risos) conduzem seu animal de estimação, não há lugar para uma terceira via.”

O problema maior do PSDB continua sendo o racha interno?

O problema não é a desunião; é a falta de união dinâmica e direcionada. Não há racha interno. O que há são lideranças com projetos inevitavelmente conflitantes quando a ambição se dirige a um único cargo.

O sr. se refere a Aécio Neves e José Serra?

Não são só a Serra e Aécio. Tem os governadores. Basta lembrar que, na convenção do PSDB, o governador Marconi Perillo (GO) tinha seguidores gritando ‘Marconi presidente’. Acho que um Geraldo Alckmin é alguém que não pode ser afastado de uma cogitação presidencial, assim como nosso líder no Senado, Álvaro Dias (PR), que é ex-governador, está colando sua imagem na oposição e é muito articulado. O que está na ordem do dia hoje não é o conflito. É a busca do entrosamento que faça com que diferenças de temperamento se transformem em força motriz do nosso projeto. Nenhuma dessas lideranças tem condições de tocar sozinhas um projeto de poder.

Serra e Aécio convivem ou apenas se toleram?

Eu não saberia te dizer. Não tenho a radiografia da alma de cada um e nem é isso que me interessa. O que me interessa é que são líderes importantes, de prestígio, que podem, um ou outro, e sem a exclusão de terceiros, conduzir uma eleição vitoriosa do PSDB em 2014. Todos sabemos que estamos condenados a estar juntos para chegarmos ao que queremos, que é o poder. E o partido tem que criar condições para que Serra e Aécio estejam juntos e presentes. O que precisamos é de uma ação política em que a coexistência de projetos divergentes se transforme em uma força motriz. Basta que o comando partidário crie um mecanismo para que os dois possam conviver e para que esses conflitos tenham uma resultante positiva.

E que mecanismo seria esse?

Vou lhe dar um exemplo: a prévia. Estabelecendo que faremos prévia para a escolha do candidato a presidente, temos, em primeiro lugar, uma garantia contra a antecipação desnecessária da escolha do candidato. Em segundo, o partido terá de fazer uma revisão de seus quadros, saber quantos somos, onde estamos e recadastrar nossos militantes. Terceiro: aqueles que pretendem ser candidatos serão levados a desenvolver uma atividade pública junto ao partido e junto à sociedade, explicitando suas ideias. Isto transforma eventuais conflitos em uma rivalidade positiva.

A direção não está mobilizada?

Está cada um pro seu lado. Falta integração. É preciso mobilizar este povo todo.

Com Serra fora da presidência do partido, da secretaria-geral e do comando do Instituto Teotônio Vilela (ITV), os aecistas avaliam que têm hegemonia na direção partidária. O sr. concorda?

Não. Não adianta ter a hegemonia agora. Mas não me sinto bem em ser porta-voz de serristas, nem de fazer avaliação sobre aecistas. Eu não gosto de colocar a questão nesses termos.

Em entrevista ao Estado em outubro, Aécio se colocou à disposição para ser candidato contra Lula ou contra Dilma. Serra teria a mesma disposição?

Você tem que perguntar ao Serra. Eu acho que o Aécio fez muito bem de dizer algo que até o porteiro do Senado sabe, que ele gostaria de ser candidato a presidente. E acho ótimo que tenha se colocado com disposição de enfrentar a parada, qualquer que seja ela. Agora Serra, só falando com ele. Condições ele tem. Agora, não sei se tem disposição. Acho o Serra um homem extraordinário, capaz, com belíssima história política, prestígio eleitoral. Se quer ser candidato, só ele pode dizer.

Aécio começou a fazer um giro pelo País, mobilizando os tucanos. O que o sr. acha disso?

Acho ótimo que faça essas visitas, sobretudo aos locais onde o partido estiver mais fraco. Mas imagine se fosse uma caravana do PSDB, uma coisa dirigida pelo partido no estilo das caravanas da cidadania que o Lula fez, com Serra e Aécio participando. Quando falo em criar formas de convivência e transformar rivalidades em força, me refiro a formas como esta.

O sr. imagina mesmo os dois juntos em caravanas?

Não estamos falando de um convescote, de um chá de comadres. Estamos falando de política e os dois são perfeitamente maduros. Não se pode fazer política como se faz crônica social. Essas questões não podem depender dos humores e subjetividades de cada um.

O PSDB tem quatro pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo. O sr. acredita numa candidatura Serra a prefeito?

Não. Não acredito.

Pode haver uma aliança com o PSD na cabeça e PSDB na vice?

Esta eleição municipal em São Paulo vai ser muito polarizada. O Lula está movendo céus e terras para unir todos que puder contra o nosso campo político. E o nosso campo político é comum ao PSDB e ao PSD, a todos os que não querem o PT em São Paulo e sim a continuidade de uma experiência exitosa que já dura oito anos. Esse campo político é majoritário no eleitorado paulistano e mostrou isso na votação do Serra, do Alckmin, e na minha, para senador. Em uma eleição polarizada, com Lula no primeiro plano conduzindo

do seu pupilo pela mão, como aqueles domadores de elefante conduzem seu animal de estimação, não há lugar para uma terceira via.

O sr. está dizendo que ou o seu campo se une ou perde a eleição?

Exatamente. Na eleição municipal passada foi assim. O Alckmin tem extraordinário prestígio popular em São Paulo e, no entanto, não foi para o segundo turno em 2008 porque o eleitor simplesmente não entendeu o que ele estava fazendo ali. Eu não vejo muito sentido em o PSDB brigar no primeiro turno com o vice-governador do Alckmin. Também não vejo muito sentido em ver o Guilherme Afif (vice-governador) brigar com o PSDB. Quem vai ser o cabeça da chapa e o vice, a gente vê depois. Alguém que é candidato em uma prévia é no máximo pré-candidato. O PSDB precisa entender que a aliança não se faz só quando nos beneficia.

Tem 2014 sem 2012?

Claro. Uma coisa não está necessariamente vinculada à outra, mas eu considero que nós - e assim tem trabalhado o governador Alckmin - devíamos já, a partir de agora, ir juntando nossas forças com vistas a 2014.

2014 será mais fácil ou mais difícil que 2010? Serão 12 anos de PSDB fora do poder.

É perfeitamente possível ganhar a eleição presidencial e 2010 mostrou que isto. Não foi contra a maré que remamos. Foi contra um tsunami, com Lula no auge, a economia bombando e o pré-sal como o novo eldorado brasileiro. Com tudo isso, ganhamos no primeiro turno em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e Serra ainda teve 43% dos votos no segundo turno. As condições da reeleição da presidente Dilma serão muito menos favoráveis do que foram as da eleição de 2010.

O governo Dilma é mais fraco na gestão do que Lula?

É o governo Lula sem um presidente com a vocação para o picadeiro que o Lula tem. Com 40 ministérios, é inviável. Temos escândalos e promessas não cumpridas demais e carisma de menos. E tudo indica que a economia estará longe do esplendor de 2010. Mas não podemos acordar três meses antes, contratar um marqueteiro e achar que vamos ganhar a eleição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O mal essencial”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 08 de dezembro de 2011.

Na matéria, o ex-governador de São Paulo, José Serra, faz uma análise dos malfeitos perpetrados pelo governo da presidente Dilma Rousseff, destacando o fato de que o sexto ministro do governo foi demitido

em decorrência da corrupção e de irregularidades administrativas.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O mal essencial

8 de dezembro de 2011 | 3h 06

José Serra, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo
- O Estado de S.Paulo

Dias atrás a presidente Dilma Rousseff aceitou a demissão do sexto ministro acusado de corrupção, irregularidades administrativas, malfeitos, o nome que se queira dar. A terminologia é de menos, importantes são os fatos. O primeiro ano de governo nem acabou e um em cada seis ministros já caiu em consequência de acusações relacionadas ao mau uso do dinheiro público. Deve ser um recorde mundial.

A primeira constatação é a do comprometimento do governo anterior, pois quase todos os demitidos sob suspeita saíram da cota dos herdados. Nesse sentido, é razoável considerar que a própria presidente foi fraca e aceitou do mentor um pacote estragado, por não ter força para resistir à pressão continuísta. Num esforço de leitura benigna, ela estaria agora fazendo a “faxina” na casa que herdou. Os fatos, porém, são soberanos. A presidente não pode alegar surpresa diante do pacote recebido, pois ela própria compunha o núcleo do governo a que sucedeu. Foi ministra durante todo o tempo, boa parte na posição estratégica de chefe da Casa Civil. Na prática, governou o País quando o então presidente passou a cuidar exclusivamente da sucessão. Não há como, portanto, alegar desconhecimento ou surpresa. Ela era parte importante do jogo.

Há, por certo, a versão fantasiosa de que os caídos em desgraça são vítimas de tramoias da imprensa. É o autoritarismo seminal do PT em ação. Para a presidente essa versão só é boa na aparência. Será ela tão fraca que não saiba distinguir fato de conspiração? Caso as suspeitas se confirmem, e a própria Controladoria-Geral da União se mostra abismada em certos casos, duas hipóteses se abrem, ambas negativas: ou Dilma ignorava tudo mesmo, evidenciando alheamento da realidade, ou sabia das coisas, mas se mostrava disposta a conviver com o triste cenário

para manter o apoio dos partidos que a levaram ao Palácio do Planalto.

Não há, no plano dos fatos, como fazer desse limão uma limonada. O governo Dilma vai encerrando seu primeiro ano, seus primeiros 25%, sem estabelecer uma marca. Uma solenidade aqui, um programa prometido ali, um factóide acolá, mas nada de substancial, a não ser a tal faxina, metáfora que, bem pensado, é incômoda, porque remete, necessariamente, à sujeira. Ora, trata-se uma evidência de mau, não de bom governo, em especial quando a governante é obrigada a ir a reboque das revelações quase diárias de atos ruins na administração. Trata-se de um governo refém da disposição dos jornalistas para investigar. Vive-se aquele clima de “basta procurar para achar”.

Onde está a raiz do mal? No loteamento da máquina, na transformação do governo numa federação desconexa de feudos entregues a partidos, grupos e personalidades, ocupando cada qual o seu pedaço para obter vantagens pecuniárias. Em troca, garantem à presidente apoio político. Cabe, a propósito, fazer uma indagação: apoio político pra quê? Qual é a agenda de Dilma?

Esse é um modelo que a presidente copiou do antecessor e mentor, que, por sua vez, o adotou a fim de resistir às dificuldades políticas decorrentes das graves revelações sobre o estado moral da administração.

Estamos diante de um mal estrutural, não circunstancial. Existe esperança de que a presidente vá romper com a lógica do condomínio que a elegeu e a sustenta. Não é plausível. Basta olhar para o maciço apoio parlamentar e a divisão dos feudos partidários, inclusive nas grandes empresas públicas e nas agências reguladoras, e se notará que tudo segue como sempre. O petismo é um sistema sem espaço para muita criatividade pessoal.

Será mesmo que governabilidade e patrimonialismo exacerbado têm sempre de andar de mãos dadas? Trata-se, creiam os leitores, de falso dilema, porém confortável para os que estão no poder. É possível, sim, montar um governo de coalizão, com maioria no Legislativo, sem permitir a drenagem setorializada dos cofres públicos pelos malfeitores.

Todos os partidos contam com pessoas honestas e competentes e reúnem parlamentares realmente preocupados com o País e com suas bases eleitorais, ansiosos por levar às regiões que representam investimentos, empregos e benefícios sociais, o que é não só legítimo, como desejável. Os governos dispõem de mecanismos legais e éticos para atender às demandas políticas sem se desfigurar e se transformar numa máquina de produzir escândalos.

Basta compreender que não é o poder que corrompe os indivíduos, mas são estes que corrompem o poder. Basta que o exemplo venha de cima. O País, aliás, cobra o fim dos erros, dos crimes e da impunidade, muitas vezes adornados pelo deboche de quem acredita estar fora do alcance da lei. Basta andar nas ruas, conversar com as pessoas, dando um pouco menos de crédito aos áulicos, e se notará a imensa demanda social pela ética na vida pública. Quem precisa ganhar a vida honestamente não se conforma com o deprimente espetáculo, mesmo quando este é tratado como “natural”, como algo inerente ao processo político.

As últimas décadas assistiram à crescente pre-ocupação com o combate à injustiça social. Embora lentamente, com algum resultado, vamos combatendo a péssima distribuição de renda, marca registrada do País. Mas há uma forma de injustiça social igualmente perversa: é a que separa o cidadão comum dos governantes e define padrões distintos de conduta moral. Se é preciso continuar com o esforço para reduzir a grande distância entre pobres e ricos, é indispensável também eliminar este outro traço terrível da nossa formação: a existência de duas morais, de duas éticas, de dois códigos de conduta distintos - o das pessoas comuns e o dos poderosos, que adquirem o direito de fazer qualquer coisa.

O PT formou-se um dia proclamando a luta contra essa desigualdade que infelicitava o Brasil. Hoje vemos algumas de suas estrelas a declarar que Fulano de Tal “não é um homem comum” ou que a palavra de uma “autoridade”, contra a evidência dos fatos, “vale como prova”. É nesse ambiente que prospera a aposta na impunidade e, pois, o crime reiterado contra os cofres públicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro dos editoriais, “Ex-militante do PC do B acusa Orlando Silva”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 16 de outubro de 2011 e “Ministro recebeu propina, afirma revista”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* de 16 de outubro de 2011.

Os editoriais destacam que o ex-militante do PC do B João Dias Ferreira alega que o Ministro do Esporte Orlando Silva é o principal beneficiário de um esquema de corrupção na sua pasta, recebendo propinas até mesmo na garagem do Ministério.

Sr. Presidente, requeiro que os editoriais acima citados sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Ex-militante do PCdoB acusa Orlando Silva

Policial militar revelou a “veja” esquema de desvio de recursos de programas do ministério.

O ministro do Esporte, Orlando Silva, é apontado como principal beneficiário de um suposto esquema de desvio de dinheiro público por meio de convênios de sua pasta com Organizações Não Governamentais (ONGs) pelo policial militar João Dias Ferreira, investigado como um dos integrantes do grupo.

O jornal **O Estado de S. Paulo** revelou, em uma série de reportagens publicadas em fevereiro deste ano, que o principal programa do ministério, o Segundo Tempo, se transformou em um instrumento financeiro do PCdoB, partido de Orlando Silva. Sem licitação, o ministro entregou o programa a entidades ligadas ao partido, cujos contratos com essas ONGs somaram R\$ 30 milhões só em 2010.

Em entrevista à revista *Veja*, o policial militar e ex-militante do PCdoB confirma o favorecimento do partido nos contratos e afirma que o ministro recebeu pessoalmente remessas de dinheiro do esquema. A entrega, segundo a reportagem, foi feita dentro da garagem do Ministério do Esporte por Célio Soares Pereira, que servia de motorista e mensageiro do grupo. À revista, Pereira afirmou que esteve pelo menos quatro vezes entregando dinheiro na garagem do ministério, além da ocasião em que repassou diretamente ao ministro “maços de notas de R\$ 50 e R\$ 100” em uma caixa de papelão.

Pereira afirma que recolheu o dinheiro com representantes de entidades no Distrito Federal que recebiam verba do programa Segundo Tempo. Ele disse ainda que fazia as cobranças nas ONGs quase todo mês. Dentro do esquema, segundo revelou o policial João Dias Ferreira na entrevista, cabia ao PCdoB indicar os fornecedores e as pessoas encarregadas de arrumar notas fiscais frias para justificar as despesas fictícias. As ONGs tinham de dar até 20% no ato de cada liberação dos recursos.

O esquema, segundo a reportagem, funciona desde a gestão de Agnelo Queiroz, ministro do Esporte (de janeiro de 2003 a março de 2006) e atual governador do Distrito Federal. O ex-militante comunista afirma que o ministro chegou a usar parte do dinheiro desviado do ministério para pagar uma gráfica que fez adesivos para a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006.

O ministro deve ir à Câmara dos Deputados esta semana para prestar esclarecimentos sobre as denúncias nas comissões de Fiscalização e Controle e de Desportos e Turismo. “Pessoas inidôneas não possuem condições morais para fazer acusações levianas e indignas. A resposta será a transparência e a vinda a público para oferecer a verdade à opinião pública”, afirmou o líder do PC do B, deputado Osmar Júnior (PI).

O Estado de S. Paulo – 16 de outubro de 2011.

Ministro recebeu propina, afirma revista

Acusado de fraude no Esporte disse à “Veja” que entregou a Orlando Silva maços de notas na garagem do ministério.

Testemunha confirmou acusação à Folha; Silva nega acusações e afirma que vai à Justiça contra os denunciantes

O segundo, segundo a polícia, foi assinado na gestão de Orlando Silva, que substituiu Queiroz no ministério.

Ontem o líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP), defendeu em nota o afastamento de Orlando Silva e disse que pedirá novas investigações sobre o ministro e o governador do DF. Procurado pela Folha, Ferreira não, foi localizado ontem. Funcionários das duas academias de ginástica do PM em Sobradinho (DF) disseram que o policial não tem aparecido nas empresas.

O advogado de Ferreira, Wellington Medeiros, informou que o julgamento de, ação sobre a Shaolin, na qual Ferreira é réu, deve ocorrer, nas próximas semanas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vinte de novembro é a data oficial em que se comemora, no Brasil, o Dia da Consciência Negra. Trata-se de ocasião propícia para refletir sobre a imensa importância que tem a etnia negra na composição de nosso povo e de nossa cultura. Trata-se, mais ainda, de momento privilegiado para que se possa avaliar – em face de um processo histórico ainda demasiadamente marcado pela escravidão, pela pobreza e pela exclusão – o quanto falta para que asseguremos a todos, e, em especial, aos negros, o estatuto da cidadania plena e igualitária.

Na busca dessa compreensão, é propício que utilizemos hoje, como ferramenta maior, a nossa Carta-Cidadã – a Constituição de 1988, documento sempre generoso, documento sempre pronto a nos oferecer boas luzes e bons caminhos no rumo da construção de uma república mais inclusiva e mais cidadã.

Já em seu preâmbulo, a Lei Fundamental declara como finalidade última do Estado Democrático, no Brasil, a tarefa de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-

-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”, considerados em seu conjunto como valores supremos de uma sociedade que se quer reconhecer “fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

Logo em seguida, e de modo igualmente incisivo, o artigo primeiro estabelece como fundamentos da própria República, entre vários outros princípios relevantes, dois que, de maneira especial, valem aqui ser destacados e lembrados: o da cidadania e o da dignidade da pessoa humana.

Por isso, Senhoras e Senhores Senadores, no Dia da Consciência Negra é de todo recomendável que perguntemos a nós mesmos: que avanços a igualdade e a justiça fizeram, entre nós, até o dia de hoje? Até que ponto a sociedade política dos brasileiros tem materializado os ideais de uma comunidade fraterna, pluralista e sem preconceitos? E, por fim: em que medida os ideais de cidadania e de dignidade da pessoa humana avançaram concretamente na prática política e na vida social, quando a diversidade étnica está em jogo?

É verdade, por um lado, que avanços foram feitos.

Uns, no sentido concreto de promover políticas afirmativas de superação do preconceito e da leniência com a qual as diferenças raciais foram tratadas, na maior parte de nossa história. É o caso, por exemplo, do sistema de cotas estabelecido para acesso às vagas disponíveis nas instituições públicas de ensino superior.

Outros – alguns dos quais colocados a cargo da estrutura pública criada para tal finalidade, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, na busca de algo ainda mais difícil: a superação do preconceito para com a diferença na sua própria raiz: o coração humano. Assim, em uma série de oportunidades, vemos como a imagem pública do cidadão negro vem chegando mais íntegra e se tornando mais constante, por exemplo, na publicidade oficial. Com isso, o Brasil cada vez se vê mais negro, e, portanto, se vê mais fiel à sua efetiva identidade.

Mais exemplos poderia dar; e eles, embora não fossem poucos, decerto ainda não seriam o suficiente; longe disso! Muito mais há, de fato, que fazer!

É preciso, ao fim e ao cabo, que o Governo persista na linha programática de combate ao preconceito e de promoção da igualdade que até aqui vem perseguindo, fazendo todo o esforço para que, a cada dia, mais e mais recursos possam ser alocados nessa tarefa absolutamente urgente de transformação de valores, no seio da sociedade.

Mais ainda, Senhor Presidente, é preciso que esse esforço seja também levado em frente por cada cidadã, por cada cidadão brasileiro. É efetivamente lá, na consciência dos homens e das mulheres de bem deste País, que estão as mais profundas e consistentes

fontes de transformação social, em especial das que consubstanciam, como é o caso da igualdade racial, valores centrais da cultura da cidadania.

Por isso, por ocasião da passagem do Dia da Consciência Negra, registro meu voto de confiança e de otimismo na superação do preconceito e na plena aceitação da diversidade em todo o Brasil, num breve período de tempo. Essa fé obtenho da certeza de que, entre os brasileiros, está cada dia mais forte a crença na igualdade; de que o apoio que eles cada vez mais concedem ao ideal de inclusão e ao acolhimento de toda diversidade ainda constituirão, no seu conjunto e no devido tempo, a maior riqueza desta Nação.

Viva a consciência negra; e, nela, viva o povo brasileiro!

Muito obrigado pela atenção. É o que tinha a dizer, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como não temos mais nada a tratar, imagino que, salvo melhor juízo, eu posso declarar encerrada a presente sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 09 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2011 (nº 227/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.379, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Gim Argello.

2

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

3

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

4

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

5

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de STEVEN PAUL JOBS, co-fundador, presidente e, até agosto de 2011, diretor executivo da Companhia Apple, ocorrido no dia 05 de outubro de 2011, na cidade de Palo Alto, Califórnia, Estados Unidos da América.*

Parecer favorável, sob nº 1.399, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Sérgio Souza.

6

REQUERIMENTO Nº 1.422, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.422, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (proíbe visitas íntimas aos presos por crime organizado).*

7**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007, 169, de 2008, e 494, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (destinação e descarte de embalagens e resíduos).*

8**REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (sociedades cooperativas).*

9**REQUERIMENTO Nº 1.432, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.432, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).*

10**REQUERIMENTO Nº 1.438, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.438, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inserir no manual automotivo referência das principais peças que compõem o veículo).*

11**REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de*

distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva).

12**REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.440, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva).*

13**REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.446, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro).*

14**REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.453, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de sua autoria.*

15**REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.454, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2006; e 635, de 2007-Complementares, por regularem matéria correlata (cobrança de multa decorrente de inadimplência de obrigações do consumidor).*

16**REQUERIMENTO Nº 1.522, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.522, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).*

17

REQUERIMENTO Nº 1.523, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.523, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; e 21, de 2011, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limitação de empenho e movimentação financeira no Orçamento da União).*

18

REQUERIMENTO Nº 1.524, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.524, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, do Projeto*

de Lei da Câmara nº 42, de 2010 (descontos nas tarifas de energia elétrica).

19

REQUERIMENTO Nº 1.532, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1532, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas).

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.
Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, II do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISE	PERÍODO	FINALIDADE
733-M	Paulo Bauer	13	13.12	Atividade Parlamentar
734-M	Mário Couto	13	13 a 15.12	Atividade Parlamentar
736-M	Eduardo Braga	13	25 e 28.11	Atividade Parlamentar
737-M	Romero Jucá	13	14.12	Atividade Parlamentar
738-M	Ricardo Ferraço	13	15.12	Atividade Parlamentar
739-M	Armando Monteiro	13	15.12	Atividade Parlamentar
740-M	Armando Monteiro	13	16.12	Atividade Parlamentar
741-M	Armando Monteiro	13	19.12	Atividade Parlamentar
742-M	Sérgio Petecão	13	15 e 16.12	Atividade Parlamentar
743-M	Lobão filho	43, II	15.12	Licença Particular
744-M	Cícero Lucena	13	15 e 16.12	Atividade Parlamentar
745-M	Lobão Filho	43, II	16.12	Licença Particular
746-M	Lobão Filho	43, II	19.12	Licença Particular

*Obs.: o Requerimento nº 735-M foi publicado no Diário do Senado Federal – DSF do dia 09 de dezembro de 2011.

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 18ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião realizada em 17 de novembro de 2011, às dezesseis horas e dez minutos, na Sala nº 3 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Marinor Brito, Cristovam Buarque e Paulo

Davim. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lídice da Mata e Ângela Portela. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos.

EMENTA Nº 121/11

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitado ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte a designação de Delegado ou Agente de Polícia da instituição, com o fim de fazer exposição, em reunião desta CPI na cidade de Natal-RN, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

EMENTA Nº 122/11

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitado ao Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte a designação de Delegado ou Agente de Polícia, com o fim de fazer exposição, em reunião desta CPI na cidade de Natal-RN, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

EMENTA Nº 123/11

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitada ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte a designação de membro do respectivo órgão para fazer exposição, em reunião desta CPI na cidade de Natal-RN, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

EMENTA Nº 124/11

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitado ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte a designação de membro do respectivo órgão com o fim de fazer exposição, em reunião desta CPI na cidade de Natal-RN, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

EMENTA Nº 125/11

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitado ao Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho da 21ª Região a designação de membro do respectivo órgão com o fim de fazer exposição, em reunião desta CPI na cidade de Natal-RN sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

EMENTA Nº 126/11

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja oficiado o representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Norte para fazer exposição, em reunião desta CPI na cidade de Natal-RN, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

EMENTA Nº 127/11

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, em conjunto com o art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, presidente da Comissão de Juristas para a Reforma do Código Penal, para tratar de assuntos pertinentes ao objeto de investigação desta CPI que se relacionem com o Código Penal Brasileiro.

Autoria **Vanessa Grazziotin**

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental.

Declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Eu proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação da ata da 17ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem se oponha, a ata está aprovada.

A presente reunião É uma reunião administrativa e se destina estritamente à aprovação de alguns requerimentos.

Primeiro, informo que está prevista para o dia 28 a próxima diligência no Estado de Goiás, na cidade de Goiânia, conforme aprovado em calendário anterior.

Nós temos aqui, sobre a mesa, alguns requerimentos fazendo solicitações ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, todos relativos ao Estado do Rio Grande do Norte, como forma de preparação para próxima diligência.

A próxima será no Estado de Goiás e em seguida, possivelmente no Estado do Rio Grande do Norte.

Portanto – há número para o requerimento? – é o Requerimento nº121.

REQUERIMENTO Nº 121

Solicita ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte a designação de delegado ou agente de polícia da instituição, com o fim de fazer a exposição e reunião da CPI, na cidade de Natal, sobre os fatos ocorridos na região atinentes ao tráfico interno e/ou internacional de pessoas.

REQUERIMENTO Nº 122

Requer ao Superintendente Regional da Polícia Federal, no Estado do Rio Grande do Norte, para designação de delegado ou agente de polícia, com o fim de fazer exposição também relativa ao tráfico de pessoas.

REQUERIMENTO Nº 123

Solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte a designação de membro para tratar também, perante a CPI, de fatos relativos ao tráfico de pessoas.

REQUERIMENTO Nº 124

Requer ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Estado do Rio Grande do Norte, para que designe membro do respectivo órgão com o fim específico de expor matéria relativa ao tráfico nacional e internacional de pessoas.

REQUERIMENTO Nº 125

Requer ao Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho da 21ª Região, também a designação de membro para expor, perante a CPI, fatos relativos ao tráfico de pessoas.

REQUERIMENTO Nº 126

Requer ao representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de designar represen-

tante para, na reunião da CPI, expor fatos relativos ao tráfico nacional e internacional de pessoas.

REQUERIMENTO Nº 127

Convite ao Exmº Ministro do STJ, Superior Tribunal de Justiça, Ministro Gilson Dipp, para vir à CPI a fim de tratarmos especificamente do Código Penal.

O Senado Federal criou, há pouco tempo, uma comissão de alto nível para trabalhar e apresentar ao Senado Federal, ao Congresso brasileiro, uma proposta sobre mudanças no Código Penal. Como o forte foco da CPI é a mudança do nosso Código Penal, sugerimos, neste momento, a aprovação de um requerimento convidando o Ministro Dipp a vir a esta Casa, a fim de debater a matéria e receber das mãos da CPI a nossa proposta para mudança do Código Penal.

Nós entendemos que poderemos trilhar dois caminhos: ou apresentar em forma de projeto de lei ou apresentar e encaminhar à comissão que foi designada pela Presidência da Casa. Entendemos que, até como forma de valorizar esta importante comissão, devemos apresentar a ela essa proposta.

Colocamos em votação todos os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, os Requerimentos de nºs121 a 127 estão devidamente aprovados.

Nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Levanta-se a reunião se às 16 horas e 15 minutos.)

Comissão Temporária, criada pelo RQS nº 171 de 2011, com o objetivo de avaliar e propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa, atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2011, às quatorze horas e quatorze minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Alexandre Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Jorge Viana (PT-AC)** e com a presença dos Senadores **Casildo Maldaner (PMDB-SC)**, **Eduardo Braga (PMDB-AM)**, **Acir Gurgacz (PDT-RO)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Luiz Henrique (PMDB-SC)**, **Cyro Miranda (PSDB-GO)** e **Rodrigo Rollemberg (PSB –DF)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Delcídio Amaral (PT-MS)**, **Lin-**

dbbergh Farias (PT-RJ), Inácio Arruda (PC do B-CE), Fernando Collor (PTB-AL), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Paulo Bauer (PSDB-SC).
Na ocasião foi aprovado o seguinte requerimento:

EMENTA Nº 14/11

Requer seja autorizada a participação do Sen. Casildo Maldaner, em companhia de um assessor, no VIII Fórum Nacional de Defesa Civil a realizar-se nos dias 21 e 22 de setembro de 2011 no município de Maceió/AL.

Autoria Sen. **Casildo Maldaner**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, destinada a avaliar e propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e outros temas.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação as Atas da 4ª e 5ª reuniões, solicitando a dispensa da respectiva leitura.

As Srªs e o Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos, especialmente aquele relativo ao Encontro Nacional de Defesa Civil em Alagoas.

Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, Relator desta Comissão, para que faça a leitura do requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC)

– Sr. Presidente, nos termos regimentais, apresento à consideração dos nobres pares, para consecução dos objetivos da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal, que seja autorizada a minha participação, em companhia de um assessor, no VIII Fórum de Defesa Civil, patrocinado pelo Ministério da Integração Nacional, a realizar-se nos dias 21 e 22 de setembro de 2011, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, no Município de Maceió (AL).

Sala das Comissões nesta data.

Eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, Relator. Eu submeto à apreciação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado

Queria apenas, por fim, fazer um comentário. Depois do conjunto de audiências que realizamos, das

diligências que fizemos, penso que a ida de V. Exª a esse VIII Fórum Nacional de Defesa Civil é também uma oportunidade de reencontrar todos aqueles que nos ajudaram com as suas opiniões, com as suas participações nos diferentes eventos que fizemos nas cinco regiões do País.

Ao mesmo tempo, talvez V. Exª tenha oportunidade de atualizar que agora estamos na elaboração, na feitura do relatório final, que, embora sob a responsabilidade de V. Exª, é fruto de um trabalho coletivo que fizemos, a fim de que, antes do recesso, possamos entregar um bom relatório e fazer os reparos necessários e que o aparato legal de proteção dos cidadãos, da Defesa Civil possa, de fato, ser modificado no Brasil.

Agora mesmo estamos vendo os problemas se repetirem. É muito importante esse trabalho, porque fica cada vez mais comprovada a maneira acertada com que o Senado tomou a atitude de criar esta Comissão Temporária.

Não sei se V. Exª deseja fazer algum comentário, mas o requerimento está aprovado e penso que isso deva ser fundamental para a conclusão desse trabalho e, obviamente, auxiliar na elaboração do relatório final.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero apenas agradecer a V. Exª por deferir e submeter à deliberação desta Comissão esse convite do Ministério da Integração Nacional.

Acho que, como diz V. Exª, que é o Presidente e foi o autor da proposição de criação desta Comissão Temporária, irmos a Maceió, capital de Alagoas, participar desse VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, onde todos estarão participando, para debater exatamente as questões de uma nova ordem, bem como, com certeza, aquilo que nós já coletamos, sob a Presidência de V. Exª, nós levaremos lá e captaremos mais algumas ideias naquele fórum para, então, ultimarmos o encaminhamento de um novo paradigma para a Defesa Civil no Brasil.

No retorno, prestarei contas e informarei maiores detalhes para que possamos avançar nessa linha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Querido Senador Casildo Maldaner, Relator, eu penso que, com a sua ida... Só lamento não poder estar presente, porque estarei também em outra missão, mas me sinto inteiramente contemplado com a sua ida ao VII Fórum Nacional de Defesa Civil. Estou seguro do quanto servirá de estímulo a todos que têm compromisso com a Defesa Civil a sua presença naquele evento, representando não só esta Comissão, mas, tenho certeza, o Senado Federal.

Por fim, penso que ainda temos, mais à frente, de ver a necessidade de mais algumas audiências, para concluirmos o trabalho desta Comissão a tempo.

Não tendo mais nada na pauta, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. – Senador **Jorge Viana**, Presidente.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 23 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
15-12-2011
Quinta-feira

11h – Cerimônia de Entrega do Prêmio FINEP de inovação 2011 – 14ª Edição
Salão Oeste, 2º andar do Palácio do Planalto

15h30 – Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Senado Federal e a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – expansão da Rede de TV e Rádio Senado

Sala de Audiências

16h – Ordem do Dia

Plenário

19h – Sessão solene de Inauguração da nova Sede do Tribunal Superior Eleitoral

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7,
Lote 1 e 2

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

VAGO ^(3,5,8)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
8. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

* Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (21)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,32)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,27)	1. Clésio Andrade
João Ribeiro ⁽²⁷⁾	2. Vicentinho Alves

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).

27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,23)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,24)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(33,35)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,25,28)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,31,32,34)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(19,29,30)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁹⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
 20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
 23. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
 24. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
 25. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
 26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
 28. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 29. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
 30. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).
 31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 32. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 34. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

35. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,2,6,8,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8,9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ^(11,12)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,31)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(30,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,24,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(8,11,12,17)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	4. João Durval (PDT)
Antonio Russo (PR) ^(23,25)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(28,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,29)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽³⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽⁹⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 13/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDb nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁷⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/PR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PE)	1. João Vicente Claudino (PI)
PSOL ¹	
Marinor Brito (PA)	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1.
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Liliam Sá (PSD/RJ) ²
PSB	
Sandra Rosado (PSB/RN)	1 Keiko Ota (PSB/SP)
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Arnaldo Jordy (PPS/PA)
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

Edição de hoje: 194 páginas
(OS: 16879/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

